

Lei dos excedentes da Função Pública:

Tribunal Constitucional dá razão aos protestos e chumba proposta do Governo...

Acordo de Schengen

...polícias espanhois podem fazer prisões em Portugal e ministro mente aos deputados

Nota da Comissão Política — Pág. 3

Notícias nas páginas centrais

Álvaro Cunhal em Espanha

Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do PCP, deslocou-se a Espanha onde proferiu uma conferência inserida nos cursos de Verão da Universidade Complutense de Madrid, no Escorial.

Nesse mesmo dia, Álvaro Cunhal teve um encontro, na sede da Esquerda Unida, com Júlio Anguita, Coordenador-Geral da Esquerda Unida. Ao fim da tarde realizou-se uma conferência de imprensa na sede daquela organização.

Cerca das 20 horas, Álvaro Cunhal teve na sede do Comité Central do Partido Comunista de Espanha um encontro com Júlio Anguita, na qualidade de secretário-geral do PCE.

O Secretário-Geral do PCP regressa a Lisboa hoje à tarde.

Da Cimeira de Madrid a Maastricht

A voz do PCP contra *esta* união europeia

Págs. 14 e 15

A PAC

— artigo
de Agostinho
Lopes

Pág. 12

RESUMO

15
Quarta-feira

Uma delegação do PCP, composta por Álvaro Cunhal, Octávio Teixeira e Carlos Brito, é recebida no Palácio de Belém pelo Presidente da República, a quem é transmitida a preocupação de que existe um processo intencional por parte do PSD de desvirtuar o regime democrático. A UGT e a CGTP-IP decidem adoptar formas de luta comuns contra as propostas do CDS e do PSD de revisão da lei da greve, que poderão tomar a forma de uma paralisação geral, caso o PSD faça aprovar o seu projecto de revisão. O Tribunal Constitucional ilegaliza a proibição de dois ex-oficiais dos serviços secretos militares testemunharem no julgamento do caso GAL. O secretário-geral da NATO anuncia o início das operações conjuntas com a UE de vigilância marítima, no mar Adriático, para controlar o embarco contra a Sérvia e o Montenegro decidido pelas Nações Unidas. O presidente da África do Sul dissolve três unidades de segurança conhecidas pelas suas acções radicais contra os negros, satisfazendo deste modo uma das exigências do ANC. O Tribunal Militar de Bilda decreta a sentença de 12 anos de prisão para dois dirigentes da dissolvida Frente Islâmica de Salvação da Argélia.

16
Quinta-feira

Deputados das bancadas do PSD, PS e CDS entregam na mesa da Assembleia da República, um projecto de lei que extingue a Alta Autoridade contra a Corrupção. Os aduanheiros decidem suspender a sua greve por 24 horas, numa tentativa de retomar o diálogo com o Governo. O Conselho de Ministros aprova medidas de apoio ao sector têxtil e de vestuário, incluindo a redução de impostos. O novo executivo israelita anuncia que vai suspender a construção de novos colonatos judaicos nos territórios ocupados. Ross Perot renuncia à candidatura a presidente dos Estados Unidos, logo a seguir à nomeação de Bill Clinton como o candidato democrata à Casa Branca. A Assembleia Nacional de Praga chumba à quarta volta a candidatura de Miroslav Sladek à presidência da Checoslováquia. As delegações do Governo moçambicano e da Renamo chegam a acordo, em Roma, quanto à distribuição de auxílio humanitário de emergência às populações carenciadas de Moçambique.

17
Sexta-feira

Trabalhadores e sindicalistas assistem, nas galerias de S. Bento, à aprovação do projecto do PSD de alteração à Lei da Greve, enquanto as centrais sindicais decidem adiar até Setembro a hipótese de declarar uma greve geral. O Tribunal Constitucional chumba a lei dos disponíveis. Uma delegação do PCP, constituída por Álvaro Cunhal, Octávio Teixeira e Carlos Brito, encontra-se com António Guterres, Almeida Santos, Alberto Costa e José Sócrates, do PS, para debater a situação política actual. Vaclav Havel apresenta a sua demissão da presidência da Checoslováquia, uma hora depois de o parlamento de Bratislava ter proclamado a soberania da República Eslovaca. É assinado um acordo de cessar-fogo, em Londres, entre as três partes em conflito na Bósnia-Herzegovina. O presidente Eduardo dos Santos convoca eleições presidenciais e legislativas simultâneas, em Angola, para 29 e 30 de Setembro.

18
Sábado

O presidente chileno, Patricio Aylwin, inicia uma visita a

Portugal. O presidente de Moçambique recebe o seu homólogo sul-africano, Frederik De Klerk, em Maputo. John Smith sucede a Neil Kinnock como líder do Partido Trabalhista britânico. Um documento da organização inter-regional da Iniciativa Centro-Europeia refere que a guerra nas repúblicas da ex-Jugoslávia provocou um êxodo de cerca de dois milhões de pessoas, o maior desde a segunda guerra mundial.

19
Domingo

Yitzhak Rabin decide, durante a reunião do seu gabinete, o congelamento dos novos contratos para a construção de colonatos políticos nos territórios. James Baker inicia a sua nona visita ao Estado hebreu enquanto o ministro dos Negócios Estrangeiros jordano confirma que irá participar na reunião das partes envolvidas nas negociações bilaterais de paz com Israel. O juiz italiano Paolo Borsellino, possível sucessor como chefe da estrutura anti-Mafia, é morto à bomba numa rua de Palermo.

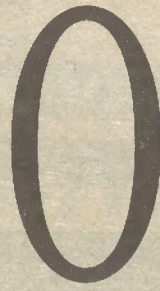
20
Segunda-feira

Carvalho da Silva e Torres Couto são recebidos pelo Presidente da República a quem apelam que veto o projecto de lei do PSD que revê a lei da greve. Portugal impede, em Bruxelas, o debate sobre um futuro acordo de cooperação entre a Comunidade Europeia e a Associação das Nações do Sudoeste Asiático, da qual a Indonésia faz parte, devido à ocupação de Timor -Leste pelas forças de Jacarta. Cavaco Silva reúne todos os seus ministros no forte de S. Julião da Barra para fazer o balanço dos últimos meses e dar novas orientações políticas. Responsáveis palestinos manifestam o seu desejo de que as conversações israelo-árabes sejam reatadas o mais cedo possível.

21
Terça-feira

O presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), Mário de Almeida, classifica de «cínica, leviana e estranha» a decisão governamental de transferir competências para as autarquias sem um debate prévio e sem aumento adequado de recursos financeiros. A Federação do Porto do PS anuncia uma iniciativa legislativa para revogar o visto prévio do Tribunal de Contas sobre actos administrativos dos municípios. A CGTP anuncia a reunião do seu Conselho Nacional para os dias 22 e 23 do corrente mês, para analisar a situação político-sindical, em particular a revisão da lei da greve. Entretanto, uma delegação da Comissão Executiva da Central encontra-se com o secretário permanente da Conferência Episcopal Portuguesa, o bispo Albino Cleto. O presidente do Egipto, Hosni Mubarak, recebe no Cairo o primeiro-ministro israelita Yitzhak Rabin, com quem debate o processo de paz para o Médio Oriente. Uma sondagem divulgada em Nova Iorque atribuiu uma vantagem de 30 pontos ao candidato democrata às presidenciais americanas, Bill Clinton. O Partido Social-Democrata alemão (SPD) pede a convocação de uma sessão especial do Bundestag para avaliar a decisão do governo de enviar tropas para a ex-Jugoslávia no âmbito da operação conjunta NATO/UEO na Adriático. O enviado especial do secretário-geral da ONU, Cyrus Vance, chega à África do Sul para tentar desbloquear o processo negociado no âmbito da Codesa (Convenção para uma África do Sul Democrática).

O mal e a caramunha



Governo de Cavaco Silva foi apanhado com a boca na botija. Tal é o significado, em termos institucionais, do recente acórdão do Tribunal Constitucional que «chumbou» a chamada «lei dos disponíveis», e que

constitui, igualmente, no plano político e social, uma importante vitória dos trabalhadores da função pública.

Uma prova tão flagrante da violação da Constituição por parte do Governo dá redobrada razão ao Presidente da República para fazer uso da faculdade de recorrer à fiscalização prévia da constitucionalidade dos diplomas oriundos do Governo ou aprovados pela maioria parlamentar do PSD, antes de proceder à sua promulgação.

Em contrapartida, a comprovada inconstitucionalidade da «lei dos disponíveis» constitui mais uma (e particularmente oportuna) demonstração da inconsistência das acusações feitas por Cavaco Silva no Conselho Nacional do PSD, de que o Governo estava a ser alvo de uma «obstrução sistemática e inadmissível» por parte do Presidente da República.

Como o PCP comentou na altura: «o normal funcionamento das instituições não é prejudicado pelo legítimo recurso ao Tribunal Constitucional por parte do Presidente da República para ajuizar da validade de acções do Governo ou da sua maioria parlamentar, mas na insistência por parte destes numa política que contraria permanentemente disposições essenciais da Lei Fundamental do país, que é a Constituição da República».

Os números vindos a público são esclarecedores. Para nos cingirmos apenas ao 2º mandato do Presidente da República, dos onze diplomas enviados ao Tribunal Constitucional, apenas três foram considerados inteiramente conformes com a Constituição.

Isto significa que foram declarados inconstitucionais 72 por cento dos mais importantes diplomas do PSD (da Assembleia ou do Governo) apreciados pelo Tribunal Constitucional.

Entre os diplomas «chumbados» contam-se matérias tão importantes como: «pacote laboral», lei dos baldios, objecção de consciência, alteração à lei eleitoral para as autarquias, suspensão do contrato de trabalho, alterações ao serviço doméstico, Estatuto do Ministério Público.

O Governo governa, e queria as mãos livres para governar ainda mais, contra a Constituição e isto é que «atinge a credibilidade das instituições», não o recurso ao Tribunal Constitucional.

Entretanto, como diz o nosso povo, Cavaco Silva faz o mal e a caramunha. Mas caramunha para paralisar e impedir que façam uso das suas competências os órgãos e as instituições que não conseguem controlar, como o Presidente da República, o Procurador-Geral da República, o Tribunal Constitucional e o Tribunal de Contas.

A furiosa campanha posta em marcha a partir do último Conselho

Nacional do PSD é reveladora dos ambiciosos propósitos governamentalizadores e da predisposição para o autoritarismo e o poder absoluto que estão no âmago do projecto político de Cavaco Silva e do PSD.

Momentaneamente frustrada pela oportuna alocação do Presidente da República e pelo balde de água fria que foi o último acórdão do Tribunal Constitucional, a campanha será retomada, como deu a entender, em termos, aliás, insolentes, o Secretário-Geral do PSD, Falcão e Cunha, e se depreende de algumas decisões que acompanham a farfalhada demagogia do Conselho de Ministros de S. Julião da Barra.

A imposição da votação das alterações à lei da greve e o teor do projecto laranja sobre o Segredo de Estado mostram que, a par da ofensiva governamentalizadora, o PSD está apostado em prosseguir o ataque aos direitos dos trabalhadores e dos cidadãos em geral.

É necessário, que em todo o campo democrático se compreenda, que em vez de ilusórias vantagens de aproximação com o Governo, é preciso optar por juntar forças com o povo que luta, como faz o PCP, e com ele trabalhar com determinação num plano de resistência e num projecto alternativo.

A vigorosa luta dos trabalhadores, com lugar destacado para as jornadas da CGTP, se não conseguiu impedir a votação de alterações à lei da greve, forçou o PSD a um considerável recuo em relação ao seu projecto inicial e aos objectivos que estavam na mira das forças da direita e do grande capital.

Mesmo assim, as alterações agora votadas pelos deputados do Governo e do CDS representam uma severa limitação no exercício do direito à greve, que pode ser muito ampliada pelos poderes arbitrários e discricionários que confere ao Governo em matéria de serviços mínimos e de requisição civil dos trabalhadores.

Este processo não pode considerar-se encerrado. Tratando-se de um direito fundamental com uma muito ampla base de mobilização, a luta deve prosseguir para impedir que as alterações votadas venham a ter consagração legal.

Em aberto deve manter-se também todo o processo relativo aos acordos de Schengen. Há fundadas razões para contestar a regularidade das votações feitas na Assembleia da República, chegando ao extremo de se dar por aprovado um documento que os deputados não conheciam e de que o ministro da Administração Interna negou a

existência. É um escândalo sem precedentes na história da Assembleia da República a decisão do Presidente da Assembleia, sob pressão do Governo, de enviar para promulgação o processo do Acordo de Schengen contra a posição da Comissão parlamentar dos Assuntos Constitucionais e a opinião da Assessoria Jurídica da Assembleia.

Não é possível separar uma tal decisão das práticas autoritárias, abusivas e por vezes truculentas que estão a caracterizar o estilo de intervenção do PSD nas mais diversas instâncias.

Na irregular e indecorosa situação institucional a que se chegou não se vê outra solução que não seja a própria Assembleia da República propor que o processo lhe seja devolvido para que possa «ser aprovado e votado de acordo com as normas constitucionais e regimentais aplicáveis», como foi preconizado na Conferência de Imprensa da Comissão Política do PCP, conduzida por Octávio Teixeira, na passada terça-feira.

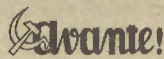
Na audiência com o Presidente da República, no recente encontro com o PS, nos contactos com outras forças políticas e personalidades e na acção política geral, o PCP tem manifestado tanto a sua preocupação pela inquietante evolução autoritária que se mantém e acentua na governação do PSD, como para a necessidade de lhe fazer frente através de uma decidida convergência das forças democráticas e da luta popular.

A situação não consente quaisquer dúvidas sobre a ofensiva descaracterizadora do regime democrático empreendida pelo PSD, nem sobre a natureza totalitária do seu plano de hegemocratização de todo o poder político.

A luta de massas tem obtido, apesar das difíceis condições, importantes resultados na contenção da ofensiva da direita, impondo-lhe mesmo algumas significativas derrotas. A luta contra a alteração da lei da greve vai prosseguir e pode alcançar importantes desenvolvimentos. Os trabalhadores da função pública acabam de alcançar, com a declaração de inconstitucionalidade da «lei dos disponíveis», uma importante vitória que lhes abre novas possibilidades de resistência aos planos discricionários do Governo. Vastos sectores permanecem em luta ou a ela terão que voltar para assegurar os seus direitos e interesses, duramente atingidos pela política económica e social decorrente da estratégia monopolista e da chamada «convergência nominal», que se tornará ainda mais grave se Maastricht for por diante.

O Governo não duvida que será assim e por isso recorre a uma nova campanha de promessas e demagogia.

É necessário que, em todo o campo democrático, se compreenda que, em vez de ilusórias vantagens de aproximação com o Governo, é preciso optar por juntar forças com o povo que luta, como faz o PCP, e com ele trabalhar com determinação num plano de resistência e num projecto alternativo.



Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$. CRC matrícula: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE'S Editorial «Avante!» — R. S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Fax: 3968793; Telex: 65791; Telef. (01) 395 21 93

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição

Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pipos, 326, Guilões, 4450 Matosinhos. Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Composto e Impresso na Heeka Portuguesa R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.790\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 6.786\$00

ESPAÑA — 50 números: 8.326\$00

MACAU — 50 números: 13.042\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.760\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____ Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.

Nota da Comissão Política Continuar a luta contra as alterações da lei da greve

Na sua reunião de 20 de Julho de 1992, a Comissão Política do Comité Central do PCP analisou aspectos da situação política e da actividade partidária.

1. A Comissão Política do PCP analisou o significado, consequências e perspectivas de luta decorrentes da aprovação pelo grupo parlamentar do PSD de alterações à lei da greve.

A Comissão Política reitera o repúdio e frontal oposição do PCP às alterações à lei da greve, que atingem gravemente um direito fundamental duramente conquistado pela luta de gerações de trabalhadores portugueses, e que se inserem na

persistente acção do Governo de limitação dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e na ofensiva governamental contra características essenciais do regime democrático constitucionalmente consagrado.

Por força da vigorosa intervenção dos trabalhadores e dos sindicatos, bem patente nas jornadas de luta promovidas pela CGTP-IN, o Governo e o PSD foram obrigados a recuar face ao conteúdo inicial do seu projecto de lei contra o exercício do direito à greve. Na perspectiva do Governo, trata-se de um recuo táctico, justificado pelo facto de, como afirmou um representante parlamentar do PSD, "não ser este o momento calhado".

Mas mantiveram e aprovaram alterações que conferem à arbitrariedade e discricionariedade do Governo poderes para limitar, através da definição dos serviços mínimos e da requisição civil dos trabalhadores, o exercício do direito de greve, os seus efeitos e extensão, ao mesmo tempo que alargaram o período de pré-aviso.

A Comissão Política do PCP exorta os trabalhadores e as associações sindicais a prosseguirem e intensificarem a luta para que as alterações à lei da greve agora aprovadas não venham a ter consagração legal.

2. A Comissão Política do PCP apreciou positivamente a decisão do Tribunal Constitucional de declarar a inconstitucionalidade do decreto governamental dos "excedentes da Função Pública", através do qual o Governo visava o despedimento arbitrário de dezenas de milhar de trabalhadores e o reforço do controlo partidário da Administração Pública.

O reconhecimento, pelo órgão competente, da inconstitucionalidade da

chamada "lei dos disponíveis" vem mais uma vez chamar a atenção para a natureza autoritária do Governo de Cavaco Silva e para a persistência da sua acção à margem da legalidade constitucional.

O acórdão do Tribunal Constitucional confirma as fundadas razões com que o Presidente da República tem recorrido à fiscalização preventiva da constitucionalidade de diplomas emanados do Governo, e explica a guerrilha institucional que o Governo alimenta contra o Presidente da República, contestando a este órgão de soberania o direito ao pleno e normal exercício das suas competências constitucionais.

3. A Comissão Política analisou a evolução recente do processo relativo aos Acordos de Schengen, e o seu envio para ratificação pelo Presidente da República em condições que não asseguram "a regularidade constitucional e regimental de vinculação da República Portuguesa às obrigações decorrentes da Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen", como se afirma num parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais da Assembleia da República.

Num Estado de direito, é inaceitável assumir a presunção de que a Assembleia da República conhecia todo o processo quando votou a referida Convenção de Aplicação, incluindo a Declaração do Governo de Cavaco Silva relativa à perseguição transfronteiriça das entidades policiais espanholas em território português.

A verdade é que não só os deputados não conheciam essa Declaração (por não ter sido enviada à Assembleia da República) como, quando questionado sobre o assunto, o próprio ministro da Administração Interna negou, na altura, a sua existência.

A decisão do Presidente da Assembleia da República de enviar para promulgação o processo relativo aos Acordos de Schengen, por pressão do Governo e contra a posição da Comissão Parlamentar competente e a opinião da Assessoria Jurídica da Assembleia, é uma atitude absolutamente inusitada, nunca antes verificada na história da Assembleia da República.

Independentemente da clara oposição do PCP aos conteúdos do Acordo de Schengen, da Convenção de Aplicação daquele Acordo e da Declaração sobre perseguição transfronteiriça, a Comissão Política do PCP entende que tal processo deve regressar à Assembleia

da República para ser apreciado e votado de acordo com as normas constitucionais e regimentais aplicáveis. Designadamente cindindo as duas Convenções e apreciando e votando a Declaração unilateral do Governo sobre perseguição transfronteiriça.

A Comissão Política sublinha, ainda, o facto de o ministro da Administração Interna ter faltado à verdade e escamoteado documentos ao plenário da Assembleia da República, numa manifestação de desrespeito por um Órgão de Soberania do qual depende politicamente, de desprezo pelas normas constitucionais e legais e de perversão do regime democrático.

4. No termo da actual Sessão Legislativa da Assembleia da República, a Comissão Política procedeu a um balanço da actividade parlamentar, apreciando positivamente a actuação do Grupo Parlamentar do PCP.

A apresentação pelo PCP de cerca de 90 projectos de lei - tantos quantos os apresentados por todos os restantes grupos parlamentares - dá conta do intenso nível de iniciativa legislativa mantido pelos deputados comunistas, em interligação com outros organismos partidários, concretizando compromissos eleitorais assumidos pelo Partido.

Trata-se de um vasto e consequente conjunto de projectos de lei que, inserido num programa mais amplo de iniciativas parlamentares, teve em vista o exercício pela Assembleia da República das suas competências constitucionais e legais.

Através deles o PCP apresentou as suas propostas para dar solução a problemas sentidos por largas camadas da população, relacionando-se com os direitos dos trabalhadores, com necessidades dos reformados, com aspirações dos jovens, com a democratização e melhoria do ensino, com a dignidade e os direitos específicos das mulheres, com o acesso dos portugueses aos cuidados de saúde, com a prevenção da toxic dependência e o combate ao tráfico da droga, com o apoio ao associativismo, com as competências e os meios das autarquias locais, com os direitos dos cidadãos, com o aprofundamento da democracia, etc.

Por outro lado, e em contraste com a actividade positiva do Grupo Parlamentar do PCP, a maioria parlamentar do PSD deu cabal demonstração da sua actual reprepotência. Denegou direitos regimentais da oposição. Deu cobertura à prática governamentalizadora do



Executivo de Cavaco Silva, com desrespeito pela esfera de competências da Assembleia da República, com a persistência abusiva nas propostas de autorização legislativa e com a inviabilização do exercício pela Assembleia dos seus poderes e deveres de fiscalização da actividade do Governo.

Sem prejuízo da convergência de posições que em situações concretas se verificou entre o PS e o PCP para combater iniciativas parlamentares do Governo e do PSD, de que é exemplo o projecto de alterações à lei da greve, a Comissão Política do PCP constata, e critica, o facto de o Grupo Parlamentar do PS ter mantido um sistemático silêncio em matérias como o processo de privatizações; as suas posições ambíguas quanto ao acentuado aumento das propinas e outras leis negativas aprovadas pela maioria parlamentar; a convergência de posições, e de votos, do PS com o PSD em matérias essenciais, de que são exemplos as relacionadas com os Acordos de Schengen e com a revisão extraordinária da Constituição tendo em vista a sua "adequação" ao Tratado de Maastricht.

5. A Comissão Política do PCP chama de novo a atenção para a preocupante evolução da economia portuguesa, com a realidade a desmentir de forma categórica o discurso optimista e irresponsável do Governo.

A forte desaceleração do crescimento do Produto e do Investimento é já acompanhada de efectivas recessões nos sectores da indústria transformadora e da agricultura e do crescimento acentuado do crédito bancário "malparado", pré-anunciando uma recessão global da economia portuguesa a curto prazo se o Governo persistir na política económica que vem aplicando.

O PCP reitera a sua apreciação dos resultados nefastos da actual política cambial sobre a actividade produtiva e reclama uma imediata redução substancial das taxas de juro que asfixiam as empresas portuguesas e pesam fortemente sobre as despesas e o défice orçamentais.

A Comissão Política do PCP reafirma a necessidade do abandono do chamado Programa de Convergência que enquadra a política macroeconómica do Governo, e a sua substituição por um programa com diferente orientação, que privilegie o crescimento económico, o investimento produtivo e a

melhoria das condições de vida dos portugueses.

6. O Governo prometeu ontem que o próximo Orçamento de Estado não comportará aumentos de impostos.

Trata-se de uma promessa ritual, repetida ano após ano, que nunca tem concretização.

Ainda não há muito tempo o Governo afirmava que no Orçamento do ano corrente não haveria aumento da carga fiscal, quer no IRS quer no IVA e outros impostos indirectos.

Hoje é o próprio Governo a justificar a aceleração da inflação com os efeitos do aumento da carga fiscal no IVA.

Hoje os contribuintes já pagaram o IRS e sabem que sofreram um novo agravamento da carga fiscal.

Hoje é indesmentível que a carga fiscal no âmbito do Imposto Automóvel aumentou para os automóveis de menores cilindradas.

Hoje é clara e evidente a falsidade da afirmação de que não haveria aumento da carga fiscal em 1992.

Hoje está à vista a total falta de credibilidade da nova promessa propagandística do Governo.

Em vez de operações de propaganda, como as que resultaram da reunião do Governo no Forte de S. Julião da Barra, a Comissão Política do PCP entende que

são necessários actos e factos. Que se exige, designadamente, que o Governo preste atenção à realidade económica e social do País e tome medidas concretas adequadas à solução de problemas urgentes.

Nomeadamente, a Comissão Política do PCP considera urgente que sejam tomadas medidas para baixar as taxas de juro do crédito e as margens de intermediação financeira;

que sejam adoptadas medidas excepcionais de apoio aos vitivicultores do Douro, aos seareiros de tomate e aos agricultores vítimas da seca;

que sejam revogadas as taxas moderadoras no acesso aos cuidados de saúde;

que se proceda ao aumento das pensões e reformas, tendo em atenção a ultrapassagem da meta governamental para a inflação e o excessivamente baixo nível das prestações actuais;

que se actue no sentido de facilitar o acesso à habitação, reduzindo as taxas de juro e os encargos fiscais e parafiscais que incidem sobre a construção e aquisição de habitação.

O País não vive de promessas.

Os portugueses exigem medidas e políticas que proporcionem uma efectiva melhoria das suas condições de vida.

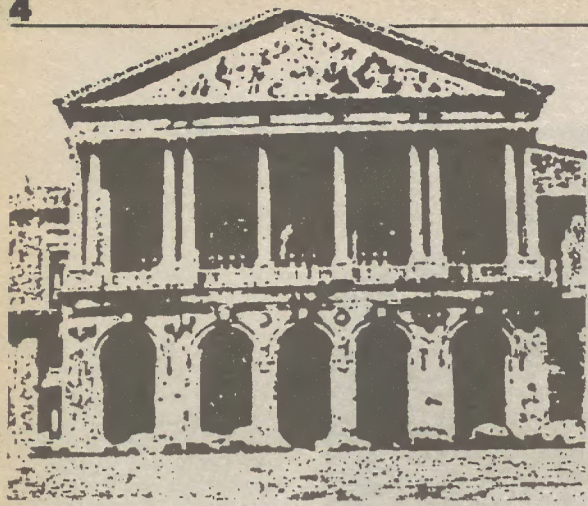
Lisboa, 21 de Julho de 1992
Comissão Política
do CC do PCP

Presidente da República recebe delegação do PCP

Na passada quarta-feira, 15 de Julho, o Presidente da República, Dr. Mário Soares, recebeu a pedido do PCP uma delegação da sua Direcção, constituída por Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do Partido, e pelos membros da Comissão Política, Octávio Teixeira e Carlos Brito.

No final da audiência, que se prolongou por cerca de uma hora e meia, Álvaro Cunhal, em contacto com os jornalistas, disse que a delegação do PCP tinha transmitido ao Presidente da República as preocupações do Partido em relação «ao processo de governamentalização e desvirtuamento do regime democrático que está a ser desenvolvido pelo PSD, através do Governo e da maioria parlamentar. A ofensiva verifica-se em todas as áreas, política, económica, social, cultural e nacional», observou Álvaro Cunhal, que afirmou também que «o Governo contesta as competências dos outros órgãos de soberania, foge à fiscalização dos seus actos e restringe, ao mesmo tempo, os direitos dos cidadãos».

Em dado momento, o Secretário-Geral do PCP advertiu ainda para o risco de «os portugueses acordarem um dia sob um regime político autoritário e arbitrário, até mesmo totalitário».



Segredo de Estado PSD quer calar jornalistas e poder judicial

Erigir como regra o princípio democrático da transparência numa sociedade aberta e informada ou, pelo contrário, impor de forma arbitrária o domínio do segredo como regra e sem controlo, eis a grande questão que opôs PSD e oposição no debate parlamentar sobre Segredo de Estado e acesso público a documentos da administração.

Apreciados em plenário a meio da passada semana, os sete projectos de lei sobre estas matérias vieram de novo pôr em confronto duas concepções distintas num domínio onde o que está em jogo, para utilizar a expressão de João Amaral, é o "direito à informação como direito fundamental dos cidadãos, e o princípio do arquivo aberto (de transparência da administração) como componente essencial, no plano administrativo, daquele direito à informação".

João Amaral, na sua intervenção, ao precisar o que de essencial no entender da bancada comunista estava em aberto com as propostas em debate, falou mesmo da opção entre uma "sociedade transparente e democrática e uma sociedade fechada e totalitária".

Inconsistente na argumentação, ao retorquir, pela sua parte, a maioria governamental não encontrou melhor defesa e explicação do que afirmar repetidamente que a opo-

sição não tinha lido atentamente os documentos em discussão apresentados pelo seu partido.

Insistindo na sua tese, porém, a formação comunista não deixou de demonstrar que nos seus propósitos o que o PSD pretende é "garantir o Estado secreto, calar jornalistas e o poder judicial", considerando que a proposta "subverte o princípio da separação de poderes" e que o "livre arbítrio é a chave do diploma". "A lei do segredo de Estado é a lei do segredo do Governo", concluiu ainda João Amaral, que sublinhou da proposta comunista, a "excepcionalidade" do segredo de Estado.

Criticada por comunistas e socialistas foi também a composição da comissão de acesso aos documentos administrativos, proposta pelo PSD, considerada "governamentalizada", uma vez que cinco dos seus nove elementos são nomeados pelo Governo ou por instituições onde detém a maioria.

Alvo de críticas contundentes foram ainda as "balizas" do segredo de Estado, que pelo seu carácter ambíguo permitem que toda a matéria possa ser classificada, bem como a falta de transparência que o PSD, em suma, pretende impor à sociedade portuguesa com estes projectos.

Alta Autoridade Contra a Corrupção

Extinto um órgão útil e necessário

O projecto de lei da autoria do PSD, PS, CDS e PSN que determina a extinção da Alta Autoridade Contra a Corrupção (AACC) foi aprovado na Assembleia da República na última sexta-feira, numa sessão plenária onde para além da votação final das alterações à Lei da Greve foi ainda aprovada por unanimidade a lei de enquadramento do orçamento da Região Autónoma da Madeira.

Solicitada pelo próprio Alto Comissário, Costa Brás, a proposta de extinção da AACC foi aprovada com os votos favoráveis do PSD (à excepção de Leonor Beleza que votou contra), PS, CDS e PSN e as abstenções do PCP e de "Os Verdes".

Esta abstenção da bancada comunista, apesar de estar contra a extinção da Alta Autoridade Contra a Corrupção, foi tomada por conside-

ração para com o coronel Costa Brás, a quem Odete Santos dirigiu palavras elogiosas pela sua "elevada idoneidade, dignidade e isenção de que deu provas".

Na declaração de voto que proferiu em nome da bancada comunista, Odete Santos considerou que continua a justificar-se plenamente a existência de um órgão independente como a Alta Autoridade, vocacionado para a prevenção e denúncia de actos de corrupção e fraudes, mantendo igualmente plena actualidade do seu ponto de vista e a ideia de que esta luta é "uma frente essencial para a defesa do Estado democrático, da sua credibilidade e do seu prestígio".

Fundamentando a sua afirmação, a deputada comunista recordou alguns factos recentes associados à prática governativa, de que são

exemplos os casos vindos a público relativos ao desvio de dinheiros do Fundo Social Europeu, às irregularidades cometidas no Ministério da Saúde ou ao escândalo das privatizações de empresas públicas, entre outros, para concluir que todos estes episódios revelam claramente a necessidade, "não de afrouxar, mas de reforçar todos os meios de combate à corrupção através de entidades independentes".

Depois de todas as bancadas terem elogiado a postura e actividade de Costa Brás, foi a vez de Barbosa de Melo ter uma palavra de atenção para com aquele militar de Abril, pondo em relevo as suas "virtudes cívicas, morais e democráticas" e destacando que, sem ele, as primeiras eleições para a Assembleia Constituinte "não teriam seguido o caminho feliz que seguiram".

PSD recua na lei antigreve impondo alterações inaceitáveis

Apesar do recuo táctico que o levou a deixar cair várias alterações no seu projecto inicial que desfiguravam por completo a lei actual, a isso obrigado pela intervenção decidida dos trabalhadores e dos sindicatos, o PSD conseguiu impor algumas disposições que representam em aspectos fundamentais uma mutilação do direito à greve.

Inserida num plano de descaracterização do regime e de ofensiva contra a democracia política, a operação conheceu o seu epílogo sexta-feira última, com a aprovação na generalidade, na especialidade e em votação final global do diploma da maioria governamental, com os votos contra do PCP, PS, "Os Verdes" e do deputado independente Mário Tomé e a abstenção do PSN.

Mais ambicioso no seu propósito antigreve, com alterações que representariam liminarmente a liquidação do exercício desse direito fundamental em vários sectores de actividade, e depois de ter cumprido o "papel de buldozer", como lhe chamou Carlos Carvalhas, o projecto do CDS, esse, contou apenas com os votos dos seus deputados, sendo recusado na generalidade pelos mesmos partidos que expressaram a sua oposição ao do PSD, enquanto este e o PSN optavam pela abstenção.

Muito embora tenha constituído uma "derrota para o CDS e uma vitória dos trabalhadores", para utilizar as palavras de Odete Santos ao qualificar a fase final deste processo cuidadosamente preparado e agendado para o fim dos trabalhos parlamentares, já

em pleno período de férias, e apesar do referido recuo da maioria governamental que não esconde no entanto o desígnio de aguardar por melhor oportunidade, a verdade é que subsistem no articulado do diploma agora aprovado, para além da sua manifesta inconstitucionalidade, disposições que comportam perigos e limitações, ferindo este direito fundamental dos trabalhadores.

O Governo ficará, a partir da promulgação, com efeito, em resultado das alterações que lhe conferem a última palavra em matéria de serviços mínimos, com o poder discricionário de, objectivamente, limitar o exercício do direito à greve, os seus efeitos e extensão, isto sem falar de outras disposições não menos negativas como sejam o alargamento do período de pré-aviso e da requisição civil dos trabalhadores. E de pouco valeu a Margarida Silva Pereira, em nome do PSD, tentar a certa altura do debate fazer passar a ideia de que o seu partido "não quer a alteração da lei da greve no seu conjunto", chegando a justificar a renúncia a algumas das alterações inicialmente propostas à lei da greve em nome da "paz e da concertação social". É que, a dado passo, fugiu-lhe a boca para a verdade e lá confessou não ser "o momento ideal para que a proposta fosse mantida na totalidade", assim dando razão aos que vêm alertando para os verdadeiros propósitos do PSD, de momento apenas à espera da desatenção ou desmobilização dos trabalhadores.

Isto porque, como sublinhou Jerónimo de Sousa, indo ao

fundo da questão colocada pelos dois projectos, "as classes dominantes e as forças que defendem e veiculam os seus interesses e a sua ideologia nunca se conformam com as parcelas do domínio perdido", sendo por isso certo "que nenhum direito dos trabalhadores, por muito duramente que tenha sido conquistado e constitucionalmente garantido, estará seguro". Daí que a reacção dos trabalhadores e suas organizações não se tenha feito esperar, surgindo de imediato os apelos exortando ao prosseguimento e intensificação da luta e das acções de protesto para que as alterações à lei da greve não tenham consagração legal e não venham a ser aplicadas.

Testemunho deste descontentamento dos trabalhadores e da sua não resignação face ao curso dos acontecimentos foi evidenciado, de resto, faz amanhã uma semana, logo que o diploma foi submetido ao júízo da Câmara no processo de votação.

Quando Barbosa de Melo, Presidente da Assembleia da República, fez a pergunta sacramental "quem vota contra faz o favor de se levantar", as centenas de trabalhadores (na sua maioria dirigentes sindicais) que assistiam ao debate das galerias, num gesto inédito, sem hesitação, acompanharam os deputados da oposição e num movimento simultâneo levantaram-se todos em sinal de protesto. Idêntico sinal fora aliás já dado na véspera pelas muitas centenas de trabalhadores que enchiam as galerias ao expressarem ruidosamente a sua desaprovação, com gritos de "a luta continua", logo que se soube do adiamento da votação para o dia seguinte em resultado de o CDS ter prescindido de requerer esse direito.

Mais do que sinais de esperança, razões para uma certeza, deixada por Jerónimo de Sousa nas suas palavras finais: "os trabalhadores em unidade não deixarão de dar a devida resposta a este projecto de lei e não deixarão de dar resposta a uma política que sistematicamente lhes retira direitos, que acentua as desigualdades e as injustiças sociais, numa sociedade cada vez mais alicerçada no autoritarismo, no negociamento, nos fermentos da corrupção e na lei do mais forte".

Nota do PCP

1. O PCP considera que o significativo recuo por parte da maioria do PSD em alguns dos aspectos gravosos do seu projecto inicial contra a Lei da Greve constitui uma importante vitória da luta persistente e determinada dos trabalhadores e uma importante derrota para o PSD e o seu Governo.

2. Entretanto, apesar da eliminação de algumas das disposições do projecto primitivo, as alterações agora aprovadas constituem por si gravíssimas limitações ao direito de greve - um direito vital dos trabalhadores.

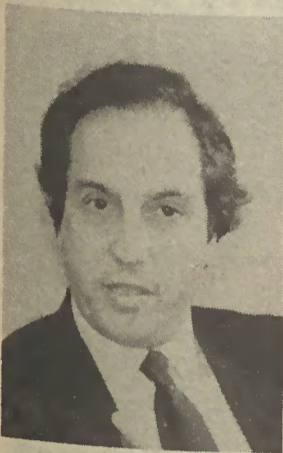
3. Esta situação exige e torna indispensável que os trabalhadores prossigam com firmeza e determinação a sua justa luta a fim de impedir que as alterações agora aprovadas possam ser levadas à prática.

17.7.92

O Gabinete de Imprensa do PCP

Carlos Carvalhas

«Os trabalhadores não deixarão de dar resposta a esta política»



Com o disfarce da «satisfação de necessidades sociais impreteríveis» o que se pretende é objectivamente liquidar em vários sectores o direito à greve, torná-lo ineficaz ou limitá-lo seriamente.

Os serviços mínimos e a preservação das «necessidades sociais impreteríveis» já estão previstos na lei.

E não venham o PSD e Cavaco Silva falar das recentes greves, como a dos transportes ou a dos adua-

neiros, para pretextarem a alteração da lei da greve. Estes conflitos foram prolongados artificialmente e com segundo sentido pela intransigência do Governo. E porquê? Porque o Governo entendia que o prolongamento do conflito, com todas as suas consequências e incómodos, era o melhor meio para se tentar criar na opinião pública «um clima emocional» que desse pretexto à mutilação do direito à greve. A prova dos nove at está com o inicial e inconstitucional projecto de lei anti-greve.

O projecto inicial era a jóia que o César tinha arquiectado para coroar, nesta sessão legislativa, a construção e prática do regime do «quero, posso e mando».

Depois da governamentalização da Assembleia da República e dos Tribunais; da asfixia do Poder Local; das pressões sobre o Presidente da República; da distribuição de benesses através dos sacos azuis orça-

mentais; da vigilância dos serviços de informações sobre os trabalhadores, os sindicatos e até, pasme-se, sobre o Presidente do Tribunal de Contas; depois da censura através do Segredo de Estado, vinha agora a concretização do velho sonho, a tentativa de «domesticação» dos trabalhadores...

A descaracterização do regime e a ofensiva contra a democracia política na qual se insere o projecto de lei antigreve não estão separadas da política de acumulação e da concentração da riqueza, com o seu corolário que é a acentuação das desigualdades sociais. Não estão desligadas dos processos escandalosos das privatizações e da política de convergência nominal que decorre do Tratado de Maastricht e que tem como consequências maiores dificuldades para os trabalhadores e os reformados: pressão sobre os salários e reformas, aumento do desemprego, precarização

do emprego, aumento da carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho.

Mas o Governo sabe que esta política de intensificação da exploração dos trabalhadores terá da parte destes o justo protesto.

O Governo sabe por experiência própria que os trabalhadores não vão ficar calados nem de braços cruzados. Considera por isso que toda e qualquer limitação já é um ganho seu para alterar a correlação de forças.

O seu recuo é tático. Fazendo tábua rasa dos mil e novecentos pareceres que se manifestaram contra a revisão da lei da greve, o Governo procura restringir e mutilar o que puder. Tem dificuldade em governar em democracia. O 25 de Abril é um fato que se lhe ajusta mal. O Governo que está do outro lado da barricada, do lado dos grandes interesses e dos senhores do dinheiro, sabe que, mesmo após o recuo, o que fica é negativo para os trabalhadores.

O processo não está encerrado

CGTP e UGT criam comissão de defesa do direito de greve e continuam a admitir a convocação de uma greve geral

Delegações da CGTP-IN e da UGT analisaram na sexta-feira, já depois da votação na AR, o processo de revisão da lei da greve desencadeado pelo PSD e o CDS. Nesta reunião foi decidido constituir uma comissão conjunta de defesa do direito de greve, como se refere no comunicado final conjunto em que CGTP e UGT dizem que «não consideram o processo encerrado».

No documento, subscrito por Carvalho da Silva e Torres Couto, as confederações «reafirmam a sua firme disposição de lutar contra as alterações da lei da greve por meio de acções e formas de luta comuns, incluindo a greve geral, mobilizando para o efeito a generalidade dos trabalhadores e da opinião pública».

Decidiram ainda solicitar, em conjunto, uma audiência ao Presidente da República «para lhe expor as suas preocupações» (ver notícia na última página).

As delegações congratularam-se pela reprovação do projecto do CDS. «Lamentando que igual decisão não tenha recaído sobre o projecto de autoria do PSD», CGTP e UGT assinalam, no comunicado conjunto, «as importantes vitórias já alcançadas em resultado da força das acções de repúdio desencadeadas por todo o movimento sindical, que obrigaram o PSD a recuar».

Declarando o seu «repúdio face do conteúdo do diploma imposto pelo PSD», o comunicado final reafirma que «nada justifica a revisão da lei da greve». As confederações manifestam «fundada preocupação face aos poderes concedidos ao Governo para decidir unilateralmente os serviços mínimos, impedindo o exercício do direito à greve pelos trabalhadores».

CGTP e UGT entendem que «as alterações aprovadas pela AR constituiriam um perigo de desequilíbrio nas relações sociais que caracterizam o regime democrático». Afirmando que «os trabalhadores continuarão a usar o direito de greve com o habitual sentido de liberdade e responsabilidade», o comunicado adverte que «as alterações introduzidas acabariam por entrar em conflito com a realidade social em período de greve e dificultariam a sua aplicação prática».

No final de uma primeira reunião que efectuaram no dia 15 (véspera do início do debate na AR) CGTP e UGT tinham já reafirmado a sua «total oposição» à revisão da lei da greve. A declaração conjunta divulgada no final do encontro contemplava uma apreciação comum, em quatro pontos, dos projectos apresentados pelo PSD e o CDS:

1 - «Ambos os projectos visam limitar o direito à greve, direito inalienável e constitucionalmente reconhecido, mesmo quando apresentados, no caso do projecto do PSD, sob o pretexto da revisão dos serviços mínimos.»

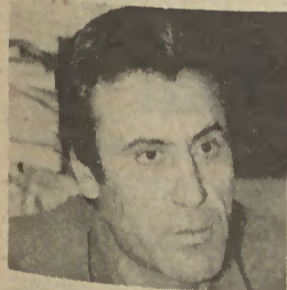
2 - «Da sua eventual aprovação resultaria um desequilíbrio nas relações laborais, favorável ao patronato, com inevitáveis consequências negativas na essência do regime democrático português.»

3 - «Ficaria ameaçada a garantia da utilização prática dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores, designadamente a eficácia da negociação colectiva.»

4 - «A actual lei da greve tem sido respeitada pelos trabalhadores e, simultaneamente, tem contribuído para a estabilidade social do País, demonstrando-se que o seu exercício é factor impulsor da justiça social e do progresso económico.»

Jerónimo de Sousa

«Jugular o direito à greve é mutilar a própria liberdade»



É inaceitável e antidemocrática a campanha promovida pelo Governo e pelos sectores mais retrógrados da sociedade portuguesa quando lançam anátemas aos trabalhadores em greve, quando choram lágrimas de crocodilo sobre os incómodos daí resultantes para os utentes, que sofrem, com greves ou sem greves, os efeitos de uma política social injusta.

Como afirmava a CGTP, na audiência com a Comissão de Trabalho, o exercício dos direitos dos trabalhadores, onde se insere o exercício do direito à greve, é condição essencial para o progresso e o desenvolvimento e factor indispensável para fazer frente aos desafios que estão colocados a Portugal.

Mas se não bastassem as razões económicas, sociais e laborais que assistem aos trabalhadores, o direito à greve dá uma dimensão mais avançada à própria liberdade em qualquer sociedade democrática.

Jugular este direito é mutilar a própria liberdade. Os dois projectos de lei em

apreciação, se não correspondem exactamente ao caderno de exigências das Confederações do patronato (que em posição enviada à Assembleia propõe que o direito à greve seja reduzido a cinzas), visam transformá-la num direito com liberdade vigiada, de eficácia reduzida e com pena suspensa.

Inconstitucionalmente, e por detrás de um falso democratismo, querem afastar os sindicatos não predominantes do direito de convocar a greve, impedir os trabalhadores não sindicalizados e de certos sectores profissionais específicos de nelas participarem. Visam afastar os piquetes de greve da zona vital onde a greve se exerce, ou seja, dos locais de trabalho, alargam desmesuradamente o pré-aviso de greve para retirar eficácia e impedir respostas prontas dos trabalhadores no deflagrar do conflito; estabelecem uma autêntica estratégia da aranha na definição dos sociais impreteríveis e dos serviços mínimos.

Porquê isto, assim, e agora?

É um acto de má consciência por antecipação. Um Governo disposto a praticar uma política socialmente justa, e em democracia, nunca receia o exercício do direito à greve.

O Governo receia-o. Receia-o porque no futuro

próximo quer acentuar a sua ofensiva em relação a outros direitos, o direito ao trabalho, aos salários mais justos, à liberdade da contratação colectiva. Como afirmava um dirigente de uma Confederação Sindical perante a Comissão de Trabalho no confronto permanente e desigual entre o capital e os sindicatos, entre Golias e David, o que o PSD faz é roubar a fígura aos Sindicatos, desarmá-los e manietá-los.

Poderão fazê-lo! Não têm nem razão, nem argumentos, nem a Constituição do seu lado. Têm a força do voto. Podem fazer passar, aqui, nesta Assembleia, a vossa lei do garrote a um direito conquistado a pulso por gerações inteiras de operários aliados a outros trabalhadores, aos estudantes e aos

democratas. Mas não esqueçam que antes de Abril, numa situação bem pior, os trabalhadores faziam greve, que mesmo depois de Abril quando alguns tentaram espartilhar por lei o exercício do direito, fizeram uma lei que nunca foi cumprida.

Jornalistas contra

O Sindicato dos Jornalistas pronunciou-se no início da semana passada contra os projectos de revisão da lei da greve, considerando que as alterações pretendidas pelo CDS e pelo PSD «limitam gravemente os direitos fundamentais dos trabalhadores».

Num comunicado distribuído dia 14, o SJ criticava a introdução de mecanismos de punição disciplinar, civil e criminal dos grevistas, a liberalização da requisição civil e a atribuição ao Governo da capacidade para a fixação dos serviços mínimos, a retirada aos sindicatos da possibilidade de declaração de greves, o alargamento do prazo do pré-aviso e ainda a imposição superior e de fora de formas de organização dos sindicatos.

Transportes sem direito

A alteração do regime dos serviços mínimos, alargando-os aos transportes, retira aos trabalhadores do sector o direito à greve reconhecido constitucionalmente. Em declarações prestadas à Lusa na passada sexta-feira, Francisco Amável, dirigente da Festru/CGTP, reafirmou a opinião da federação e dos sindicatos: os transportes não são um serviço social

impreterível e a luta contra a aplicação da lei do PSD vai continuar. Francisco Amável recordou que a questão dos serviços mínimos nos transportes não é nova e que uma tentativa para os impor depauro com a recusa dos trabalhadores, acabando por ser derrotada em tribunal.

Também os ferroviários entendem que as alterações à

lei da greve pretendidas pelo PSD e o CDS os deixariam praticamente impedidos de

recorrer a essa forma de luta, afirma-se numa moção aprovada dia 14 em centenas de plenários realizados ao longo da rede de caminhos-de-ferro e dada a conhecer à Lusa pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses.

TRABALHADORES

Disponíveis

Depois do «chumbo» os sindicatos reclamam negociações com o Governo

Depois de referir a inconstitucionalidade acabada de divulgar sobre a chamada lei do disponíveis, a Comissão Executiva da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública declarava aos jornais na sexta-feira esperar «agora que o Governo arripie caminho, pondo de lado projectos de reestruturação já em curso». A FNSFP, que considera a decisão do Tribunal Constitucional «uma vitória para os trabalhadores uma derrota para o Governo», destaca também que aquela decisão significa «uma clara derrota de uma certa visão de governação, viciada pelo autoritarismo e pela discricionariedade». Além de reclamar que sejam postas de parte as reestruturações que baseavam os respectivos projectos

nesta lei «chumbada» no TC, a FNSFP reclama do Governo que «se disponha a uma séria negociação com os sindicatos sobre a gestão dos recursos humanos na Administração Pública».

Sublinha a Comissão Executiva da FNSFP que, com a sua decisão, o Tribunal Constitucional vem afinal «dar plena justificação à atitude do Senhor Presidente da República e à razão dos argumentos invocados pelos sindicatos, nomeadamente quanto à violação do direito à segurança no emprego e à total discricionariedade, falta de transparência e ausência de critérios para a «escolha» dos disponíveis».

Na nota distribuída em 17 de Julho, a CE da FNSFP realça também que a incons-



Nem «excedentes» nem «disponíveis» lograram passar

titucionalidade declarada coroa de êxito «a luta firme e persistente desenvolvida pela Federação e pelos sindicatos da Função Pública contra este diploma, no plano institucional, através das diligências feitas, no início de Junho, junto de vários órgãos de soberania e, no plano reivindicativo, com inúmeras acções de luta que culminaram com a grande concentração de trabalhadores junto ao Centro Cultural de Belém, no passado dia 26 de Junho».

Comentário do PCP

1. A decisão do Tribunal Constitucional de declarar a inconstitucionalidade da Lei dos «disponíveis» da Função Pública, para além de ser uma decisão positiva, comprova as advertências que o PCP e outras forças há muito vinham fazendo quanto ao carácter inconstitucional de muitos dos diplomas governamentais inseridos na ofensiva do Governo PSD contra os trabalhadores e os seus direitos e liberdades.

2. A declaração de inconstitucionalidade pelo Tribunal Constitucional cons-

titui assim mais um revés para os projectos autoritários do Governo Cavaco Silva/PSD e confirma a justeza da luta que os trabalhadores da Função Pública têm vindo a travar.

3. As declarações entretanto proferidas por responsáveis governamentais no sentido de retomar o projecto agora declarado inconstitucional põem em evidência a necessidade dos trabalhadores prosseguirem unidos e coesos a sua luta.

17.7.92

O Gabinete de Imprensa do PCP

Aduaneiros

Greve suspensa — novos contactos

O Governo foi acusado de não ter sabido aproveitar medidas comunitárias

Para novos contactos com membros do Governo, foi anunciada quinta-feira a suspensão em 18 do corrente do período de greve que os aduaneiros estavam a cumprir a semana passada. Os novos contactos não passavam nessa altura de uma tentativa. A decisão foi tomada

em plenários em Lisboa e no Porto, a partir de uma proposta dos sindicatos Stade e Sitiese. Se não forem alcançados «resultados satisfatórios» nos contactos com o Governo, as formas de luta agora suspensas serão retomadas.

Entretanto, os aduaneiros

acusavam o Governo de desconhecimento total das medidas comunitárias a que poderia ter recorrido para impedir o desemprego dos oito mil trabalhadores.

Simplificação ineficaz

A Câmara dos Despachantes Oficiais (CDO) considerou em 15 de Julho que a simplificação das formalidades aduaneiras, decidida pelo Governo, se revela «perfeitamente ineficaz». As operações de desalfandegamento estão agora a demorar «entre três e cinco dias».

Quando intervinham os despachantes (a CDO apoia a greve) demoravam apenas um dia — no máximo. Depois de algumas considerações técnicas, a Câmara conclui que «as medidas de simplificação, para além de não estarem a ter efeitos práticos», vieram ainda «agravar a situação».

Guardas florestais marcam greve nacional

«O primeiro de uma série de dias de greve» dos guardas florestais, em Julho e Agosto, foi anunciado segunda-feira pela Comissão Executiva da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública. A FNSFP, que representa estes agentes do Estado a nível nacional, marcou a primeira greve para ontem, 22 de Julho.

A Federação acusa «os responsáveis da Direcção-Geral das Florestas» de se revelarem incapazes de resolver os problemas relacionados com as condições de trabalho dos guardas florestais, forçando assim «os trabalhadores a realizar uma greve em plena época dos fogos» nas matas.

A FNSFP chama a atenção para o longo processo reivindicativo destes trabalhadores e para «o claro desinteresse em dar solução» aos seus problemas laborais.

Como aqui referimos frequentemente, há muito tempo que os sindicatos procuram «promover um diálogo sério e construtivo» com os responsáveis do Governo, vendo-se obrigados a apoiar os seus esforços com diversas formas de luta, cujos objectivos são perfeitamente

conhecidos da Direcção-Geral das Florestas.

Continuam, porém, a faltar condições de trabalho em matéria de equipamento (transportes, meios-rádio, armamento); «o processo de renovação do fardamento arrasta-se sem solução à

vista; o número de guardas é insuficiente para as necessidades da protecção da floresta; o trabalho extraordinário e nocturno não é pago; o horário de trabalho não está regulamentado e as arbitrariedades acumulam-se», acusa a FNSFP.

Alergias na Segurança Social

Alergias semelhantes «às que se verificaram há dois anos no princípio do Verão» voltaram a afectar «três a quatro dezenas de funcionários» do departamento das Doze Casas do Centro Regional de Segurança Social do Porto. Em 16 de Julho, o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Norte afirmava que apresentaria queixa na Direcção-Geral da Higiene e Segurança sobre as condições de trabalho, pois, apesar de há dois anos a situação ter ficado aparentemente debelada, as alergias voltaram a aparecer, o que motivou um plenário de trabalhadores em 14 do corrente.

No plenário, o Sindicato foi mandatado para apresentar queixa da Direcção-Geral da Higiene e Segurança e desencadear acções para que se proceda ao encerramento do edifício até serem determinadas as causas das alergias. Estas manifestam-se através de picadelas no corpo, náuseas, aparecimento de borbulhas e alterações da tensão arterial.

Um relatório tornado público recentemente atribua as alergias de há dois anos, em tudo semelhantes às de agora, ao «mau manuseamento de um líquido destinado à limpeza das bandas magnéticas de caracteres do sistema informático». As alergias voltaram a aparecer, apesar das medidas tomadas na ocasião.

Serviço doméstico Idade de admissão

Uma autorização legislativa publicada no «Diário da República» de 16 de Julho, quinta-feira, estabelece que a idade mínima de admissão de empregadas domésticas não pode ser inferior a 16 anos. A regra consta de uma lei do Parlamento que autoriza o Governo a rever o regime legal do contrato de serviço doméstico. A semana de trabalho será fixada em 44 horas. O direito à alimentação mantém-se nos dias de descanso semanal e nos feriados.

Até cinco anos de casa, o subsídio de Natal não poderá ser inferior a metade do ordenado. Passado esse período, será de 100 por cento.

Vereadores da CDU exigem: Há que reflorestar o que ardeu em Sintra/Cascais

Os recentes incêndios ocorridos no Concelho de Cascais em plena Área de Paisagem Protegida/Cascais (APPSC) «vieram pôr a nu a falta de instrumentos de organização e gestão para tão importante território e de outras medidas complementares», afirmaram os Vereadores da CDU nas Câmaras de Cascais e Sintra.

«Curiosamente — prossegue o comunicado —, os incêndios que regularmente vêm acontecendo nos últimos 4 anos nesta Área são coincidentes com o agendamento da APPSC por parte da CDU na Câmara de Cascais, como foi o caso dos últimos incêndios ocorridos na 5.ª-feira passada, para além de se desenvolverem em áreas expectantes de construção de grandes empreendimentos».

Para a CDU, «os incêndios que têm ocorrido e que têm devastado vastas áreas de floresta e destruindo ecossistemas importantes poderão estar suportados pelo facto consumado:

— Em lugar do queimado e do deserto, então que se construa».

A CDU considera que «a inexistência de instrumentos de gestão para uma Área de fundamental importância no Património Ambiental e Paisagístico da Região de Lisboa, que defina as regras e considere mecanismos de preservação e construção, pode estar a influenciar o aparecimento desta calamidade, acrescido da deficiente limpeza da floresta e dos maus acessos a esta Área».

Na visita que fizeram ao local no próprio dia dos incêndios, os vereadores da coligação puderam constatar «os graves prejuízos que daí advêm e para a progressiva e galopante desertificação de tão riquíssima Área». Por isso, «continuarão a exigir a



reflorestação das áreas queimadas e a proibição de construir, como forma de recuperar todo esse Património e do Plano de Macrozonamento que contemple a sua defesa».

Segundo terá afirmado, na Comunicação Social, o Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais, «o plano de ordenamento da Área de Paisagem Protegida encontra-se pronto e em vias de se transformar em Decreto-Lei». A CDU considera estranhas tais afirmações, porque os executivos camarários de Cascais e Sintra desconhecem tal plano em versão final e nunca o discutiram nem deliberaram». Ainda na última reunião de Câmara do Município de Cascais, por agendamento dos vereadores da CDU, «o vereador responsável pelo Pelouro do Urbanismo não foi capaz de esclarecer o executivo camarário sobre o assunto e confirmou a in-

xistência de opinião por parte do mesmo». Pelo que a CDU pergunta: «Será que tão importante assunto vai

passar ao arripio dos Municípios?

Se tal acontecer — é um acto grave!»

Eleições em Riba D'Ave

Em 26 de Julho próximo, a população de Riba D'Ave vai ser chamada às urnas, para uma eleição intercalar que «teve e tem a ver, ainda sob formas e cambiantes diferentes, com a tentativa de desresponsabilização dos eleitos do PS e do PSD no que se refere ao projecto de instalação da ETRS/LIXEIRA, na Quinta do Mato, área que o bom senso e o respeito pelo meio ambiente impunham que se preservasse».

Quem o diz são os candidatos da CDU à Assembleia de Freguesia, no Manifesto à população de Riba D'Ave, através do qual fazem a sua apresentação pública na abertura da campanha eleitoral.

Os candidatos da CDU - força que em 1989 ganhou as eleições na Freguesia e esteve à frente da respectiva Junta nestes dois anos e meio - afirmam-se «mais temperados e preparados para responder aos grandes e pequenos anseios dos Ribadavenses».

«Pela continuação de uma Junta reivindicativa, dialogante e transparente», os 12 membros da lista, encabeçada por José Miguel da Silva Lopes - empregado de escritório, independente -, e os outros, membros do PCP e independentes, afirmam que «se disponibilizam de novo à recondução na lista da CDU, porque não viram a cara à luta por mais difícil e complexa que ela seja. Na história do processo de queda da anterior Assembleia de Freguesia, os primeiros a abandonar os cargos foram os eleitos do PS - na vã esperança de encobrir a própria cumplicidade e compromissos com Agostinho Fernandes (Presidente da Câmara de Vila Nova de Famalicão), no processo de instalação da ETRS/ Lixeira na Freguesia; o PSD fê-lo, quando se tornou claro o envolvimento do Governo (quem não se lembra do infável Secº Estado, António Taveira?) no mesmo projecto, em que são directamente responsáveis a A.M.V.A. e as respectivas Câmaras de Santo Tirso, Guimarães, Fafe e Famalicão», afirma ainda a CDU de Riba d'Ave, que acrescenta:

«Aos eleitos da CDU não podem ser assacadas responsabilidades, razão por que estão confiantes, assumindo nesta recandidatura, como objectivo fundamental, o compromisso público de continuar ao lado do povo, a bater-se com firmeza e sem cedências de qualquer espécie, contra o presente envenenamento que representaria para as gentes de Riba D'Ave a instalação da ETRS/Lixeira, em defesa de uma terra ambientalmente sadia, para o povo, hoje e amanhã, saudável».

«A sua recandidatura tem também o objectivo de continuar a pugnar pela completa realização, apesar das dificuldades que têm sido levantadas e certamente continuarão a sê-lo, do seu programa, que mereceu a aprovação da população em 1989.»

Quem apoia o associativismo?

Como é do conhecimento público, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou na Assembleia da República um projecto de lei sobre o Movimento Associativo, propondo entre outros, a criação de um Instituto dotado de meios necessários para o apoio ao Associativismo, a isenção fiscal, um novo estatuto de utilidade pública e o estatuto de dirigente associativo. Esta proposta contida no Projecto visa dar resposta à falta de apoios, por parte do Estado, ao associativismo. Na discussão na Assembleia da República sobre o projecto foram bem claras as posições dos vários partidos e nomeadamente do partido do Governo, o PSD, o qual veio a votar contra o projecto de lei do PCP, não apresentando, contudo, qualquer projecto. O PS absteve-se. Com estas posições, ficou demonstrado quem apoia e quem não apoia o Associativismo e a sua valorosa obra prestada às comunidades locais e ao País.

É tendo em conta esta situação, que achamos no mínimo estranho e demagógico vir o PSD de Matosinhos, em carta enviada às Associações, mostrar estar interessado em contribuir para a resolução dos problemas das Associações, quando na Assembleia da República votou contra o projecto de lei de apoio ao Associativismo. Afinal, qual é o interesse do PSD?

O Grupo de Estudos do PCP denuncia claramente esta posição do PSD, como forma de pressão sobre as Associações, tentando interferir na sua autonomia e independência.

Visita a Matosinhos

No passado dia 11, estiveram, de visita e participaram em várias iniciativas no Concelho de Matosinhos, Carlos Rabaçal, membro da Comissão Executiva Nacional do CC, e o deputado António Filipe.

O debate sobre o Movimento Associativo, Desporto e Poder Local na Junta de Freguesia de Matosinhos mostrou o interesse dos dirigentes associativos em discutir os seus problemas, contribuindo, com as suas opiniões, não só para que o PCP possa intervir melhor junto dos poderes central e local, mas também para um melhor desenvolvimento cultural, recreativo e desportivo junto das comunidades locais.

Carlos Rabaçal e António Filipe visitaram o Leixões Sport Club, onde foram recebidos pela Direcção, na pessoa do seu presidente Américo Jorge. Ouviram do presidente do Leixões os problemas e dificuldades do clube, entre os quais a implementação do bingo, como fonte de receita para o clube, e outros, nomeadamente a necessidade de se estabelecer um protocolo entre o Leixões e a Câmara, que permita o melhoramento e a criação de infra-estruturas para servir o Concelho e particularmente a sua juventude.

No âmbito da visita, assistiram, ainda, à tomada de posse de novos Corpos Sociais do Sport Clube de Matosinhos, onde ouviram as suas principais carências, muito particularmente a grande necessidade do pavilhão gimnodesportivo.

Sobre estes problemas, o PCP, através dos seus eleitos na Assembleia da República e na Autarquia, irá intervir defendendo os interesses destas Associações e ainda de outras que utilizam o Pavilhão Municipal e pagam elevadas taxas.

Jogos Olímpicos

Após os Jogos Olímpicos de Seul de 1988, o Governo PSD/Cavaco Silva fez inúmeras promessas de apoio, que foram desde a construção de infra-estruturas a apoios monetários às federações e aos atletas.

Quando apenas faltam 8 dias para o início da maior manifestação desportiva mundial, em Barcelona, o Grupo de Estudos para o Associativismo e Desporto da DORP do PCP afirma que, mais uma vez, tudo não passou de promessas oportunistas e eleicoeiras.

Aos atletas portugueses presentes, e particularmente aos do Distrito do Porto, queremos desde já deixar uma palavra de reconhecimento pelo esforço que desenvolveram para conseguirem estar presentes em Barcelona.

Pode-se afirmar que, para estes atletas, face a toda a falta de apoio governamental, a sua presença é já um êxito assinalável.

O Grupo de Estudos quer desejar a todos os atletas, e particularmente aos do Distrito do Porto, os maiores êxitos desportivos nestes Jogos Olímpicos de Barcelona.

O Grupo de Estudos para o Associativismo
e o Desporto da DORP do PCP

Interioridade já não é pretexto

O abandono das ligações aéreas para Vila Real e para todo o interior, até aqui asseguradas pela LAR - Linhas Aéreas Regionais, é fortemente condenado pela Direcção Regional de Vila Real do PCP que acusa a empresa de «trair os compromissos».

O PCP salienta que «a interioridade serviu como bandeira de propaganda para a LAR e permitiu recolher financiamentos, fundos estatais, apoios, louvores e dinheiros das autarquias». O recente corte das ligações aéreas significa o desrespeito pelas condições em que foram concedidos os meios financeiros, devendo a LAR «dar explicações claras e o Governo averiguar o comportamento da administração, bem como repor as ligações com o interior».

Como se afirma num comunicado da DOR VIR, «o concelho de Vila Real e toda a região transmontana investiram na construção da empresa LAR e como tal exigem que os seus investimentos sejam rentáveis e úteis». Na opinião do PCP, o presidente da CM de Vila Real, «com altas responsabilidades na LAR, deve explicações aos munícipes».

CNA defende vinicultores do Douro

Em comunicado, a CNA afirma não poder «ficar indiferente face à grave situação em que se encontram os viticultores durienses e apoia as justas reclamações, repudiando a brutal carga policial de que os agricultores do Douro foram alvo.

«Os últimos governos são os grandes responsáveis pela situação dramática em que se encontra a lavoura duriense», sublinha a CNA, que acrescenta que «uma das causas dos excessos de vinho tratado reside em várias portarias que permitem às multinacionais legalizarem vinhos com direito a benefício ou permitindo-lhes fazer novas plantações, ao mesmo

tempo que proíbem plantações a áreas inferiores a 3 ha.». Isto configura uma política em que é dado todo o apoio às multinacionais, concomitante com proibições e faltas de apoio para os pequenos e médios viticultores do Douro.

Entretanto, segundo a CNA, o problema de fundo dos viticultores durienses começa na Casa do Douro, que «tem servido de almofada a esta política dos últimos governos», às vezes com manifesta conivência; todavia, adverte a CNA, «destruir a Casa do Douro seria ir ao encontro dos anseios do Governo e das multinacionais».

«Os problemas do Douro não podem ser mistificados com ambições e luta pelo poder», afirma a CNA, que exige do Governo medidas imediatas, nomeadamente:

— Crédito com juros altamente bonificados à Casa do Douro, para o envelhecimento de vinhos e ainda para a intervenção da próxima colheita.

— Preços de vinho para a próxima campanha, pelo menos iguais aos da campanha passada.

— No caso da necessidade de redução de benefício, que este seja reduzido às multinacionais, às quais foi autorizado o plantio ou lhes foram legalizadas as vinhas».



Chefiadas pelos respectivos secretários-gerais

Delegações do PCP e do PS encontram-se no Largo do Rato

Para análise da situação política actual, uma delegação do PCP, chefiada por Álvaro Cunhal e integrando Carlos Brito e Octávio Teixeira, deslocou-se no passado sábado à sede do PS no Largo do Rato, encontrando-se com António Guterres, Almeida Santos, Alberto Costa e José Sócrates.

No final, e em declarações aos jornalistas, o Secretário-Geral do PCP declarou que os dois partidos «têm opiniões diferentes mas manifestam-se contrários à política actual». Assim sendo, «pensamos que já é um ponto de partida suficiente para justi-

ficar que se encontrem os caminhos de convergência na luta social, na acção política, na luta parlamentar, na acção institucional, nas mais variadas formas de intervenção para tentarem travar esta ofensiva» e lutar por uma alternativa. Estas declarações teriam pontos de contacto com as proferidas pelo lado do PS, onde se reconheceu, após a constatação de que «existem alguns factores graves em desenvolvimento na democracia portuguesa», nomeadamente a hostilização do Governo «a todos os centros de poder independente da sociedade portu-

guesa», que existem «análises no mesmo sentido» por parte dos dois partidos, nomeadamente nas questões «dos trabalhadores da Função Pública, da Lei da Greve, da acção governamental que diminui e constringe os poderes independentes na sociedade portuguesa».

Álvaro Cunhal sublinhou ainda, nas breves declarações aos jornalistas proferidas no final do encontro, que «a actual situação exige que todos os que pensam que a política actual é má encontrem as linhas de convergência necessárias para contrariar essa política».

Câmara Municipal de Lisboa promete apoio aos Resistentes Antifascistas

A Câmara Municipal de Lisboa acolheu com um Porto de Honra, efectuado no passado dia 15, os participantes do Encontro-Convívio de 4 de Julho dos Resistentes Antifascistas.

Falando em representação do presidente da Câmara, Dr. Jorge Sampaio, o vereador eng. Rui Godinho prestou homenagem à Resistência Antifascista e aos Capitães de Abril, manifestou o apoio da Câmara aos objectivos da Comissão dos resistentes, designadamente, o Museu da República e da Resistência e o monumento ao 25 de Abril e à Resistência. Quanto a este último informou mesmo que já havia uma deliberação favorável da Câmara.

Agradeceram em nome da Comissão dos Resistentes o eng. Tito Morais e António Dias Lourenço. O primeiro salientou os objectivos da Comissão e a sua oportunidade num momento em que se renovam ameaças à democracia. Dias Lourenço detalhou factos e números da repressão fascista, denunciou as manobras para perdoar a ditadura e os ataques aos direitos dos trabalhadores e dos cidadãos. Protestou contra dissolução da Comissão do Livro Negro do Fascismo e salientou a necessidade de se continuar a sua obra.

Entre os presentes chamaram a atenção o Tenente-

-Coronel Vasco Lourenço e o Brigadeiro Pezarat; os dirigentes do PCP, Sérgio Vilarigues, José Vitoriano, Jaime Serra, Dias Lourenço, Aurélio Santos, Carlos Brito, Manuel Pedro, José Bernardino, Marília Cabral, Manuela Bernardino, Euclides Pereira; os socialistas Tito Morais, Raul Rego, Luís Filipe Madeira, Maria Emília Tito Morais; os dirigentes da ID, Blasco Hugo Fernandes e Marcos Antunes, e ainda outras individualidades como Luísa Irene Dias Amado, Carvalhão Duarte, Carlos Marques, Gustavo Soromenho, Pedro Ramos de Almeida, Alexandre Castanheira e muitos mais.

Deputados pedem revisão do bloqueio a Cuba

Doze deputados e senadores de vários países, durante a sessão da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa que se realizou em Budapeste, de 30 de Junho a 2 de Julho, assinaram o texto que reproduzimos abaixo, exigindo que os EUA revejam o bloqueio económico que atinge Cuba há mais de três décadas. O documento foi encaminhado ao Secretariado da Assembleia da Europa com o pedido de inscrição, como Projecto de Resolução, na agenda da próxima sessão daquela organização a ser realizada em Setembro, em Estrasburgo.

«Há mais de três décadas que o povo de Cuba sofre os efeitos do bloqueio imposto àquele país pelo governo dos EUA.

- Considerando que a quase totalidade dos produtos, cuja venda a Cuba está proibido pelas autoridades norte-americanas, não é de natureza estratégica, sendo constituída de alimentos e medicamentos;

- considerando que as principais vítimas do bloqueio são crianças e pessoas idosas;

- considerando que o governo dos EUA e o Congresso desse país têm elaborado projectos legislativos - por exemplo as emendas Connie Mack e Torricelli - que tendem a reforçar o bloqueio económico e comercial a Cuba;

- considerando que algumas destas iniciativas implicam a aplicação extraterritorial da política norte-americana;

- considerando que vários governos, entre os quais o do Reino Unido, o do Canadá e o da Irlanda, já expressaram em documentos oficiais a sua preocupação, em face das medidas norte-americanas que interditam a outros países o comércio com Cuba, por considerarem que a sua aplicação prática atenta contra a soberania de terceiros em violação flagrante de princípios do direito internacional aceites em todo o mundo;

- considerando que a guerra fria terminou, mas graves conflitos se desenvolvem em diferentes regiões do mundo, com recurso frequente à violência, dificultando a concretização das aspirações da

humanidade e uma Nova Ordem Mundial;

- considerando que o bloqueio imposto a Cuba nasceu de uma decisão unilateral e não de uma resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas e suscita hoje reprovação e inquietação crescentes da opinião pública internacional;

a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, independentemente das diferentes opiniões dos seus membros sobre o regime cubano, espera que o governo e o Congresso dos EUA procedam a uma revisão das medidas do bloqueio da sua iniciativa, que atingem o povo de Cuba e outros países (nomeadamente a interdição de venda de alimentos e medicamentos) e ferem princípios do Direito Internacional».

Assinaram este documento os deputados portugueses Miguel Urbano Rodrigues, Carlos Candal, Raul Brito, Abílio Curto e Alberto Martins; Aahho Lackso (Finlândia); Ugo Pecchioli, Piero Pieralli, António Rubbi e Maurizio Mesorarca (Itália); Tony Banks (Reino Unido); Mauro Fiorini (San Marino).

ALDA questiona ministro da Agricultura

No passado sábado, o ministro da Agricultura, Arlindo Cunha, teve a recebê-lo à chegada à Agrovouga/92 uma concentração de agricultores que ali se deslocaram mobilizados pela Associação da Lavoura do Distrito de Aveiro (ALDA) com o objectivo de protestar contra o agravamento das condições de vida e de sobrevivência nos campos, nomeadamente com a continuação dos problemas do escoamento do vinho, do gado, da batata e de outros produtos. Os preços à produção são cada vez mais onerosos (o da batata é um exemplo, a vender-se a 10\$00 o quilo), enquanto a especulação no mercado continua, tal como continuam as dívidas do Estado aos agricultores do Distrito, algo na ordem dos milhares de contos e atingindo principalmente as zonas mais desfavorecidas.

A ALDA apresentou ao ministro uma

declaração onde se exige «intervenção no vinho, no gado, na batata e no pagamento das dívidas à lavoura», a bonificação das taxas de juro do Crédito Agrícola, a baixa dos factores de produção, o cumprimento pelo Governo e pela Comunidade das ajudas e subsídios à modernização e reestruturação das explorações agrícolas, o saneamento financeiro do movimento cooperativo, uma política ambiental que defenda com urgência os campos do Baixo Vouga e das suas produções tradicionais, um maior diálogo governamental com a ALDA e um apelo a uma nova política agrícola Comum e Nacional, «por uma renegociação da II Fase de Adesão de Portugal à Comunidade que assegure melhores condições, mais favoráveis, de desenvolvimento da nossa agricultura».

Timor em foco na Comunidade Europeia

Portugal bloqueia acordo CEE/ASEAN

Após um longo período de incompreensível silêncio, Portugal volta a colocar a questão de Timor-Leste no centro das atenções da Comunidade, ao impedir que o Conselho de Ministros da CEE mandatasse a Comissão Europeia para renegociar o acordo de cooperação com a ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático), que integra a Indonésia.

A renegociação do acordo CEE/ASEAN era um dos pontos da agenda do Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros, cujos trabalhos se iniciaram segunda-feira em Bruxelas. Logo no início da reunião, o ministro João de Deus Pinheiro declarou que Portugal se opõe à celebração de qualquer acor-

do de cooperação entre a Comunidade e a Indonésia, ou com qualquer grupo de países que inclua a Indonésia.

Segundo informações da Lusa, a questão "não teve praticamente discussão", tendo o presidente em exercício, o britânico Douglas Hurd, decidido adiar a discussão da matéria para Setembro.

Ao justificar a posição portuguesa, Deus Pinheiro invocou "razões de dignidade nacional e comunitária", salientando que Portugal se recusa a aceitar a negociação de um novo acordo que inclua a Indonésia enquanto este país "não alterar a sua atitude face ao povo de Timor-Leste e da própria comunidade internacional".



Segundo Deus Pinheiro, negociar um acordo que beneficiará a Indonésia constituiria "uma negação do tratado de Maastricht, o qual inscreve o respeito pelas liberdades fundamentais como elemento essencial da política de cooperação" da

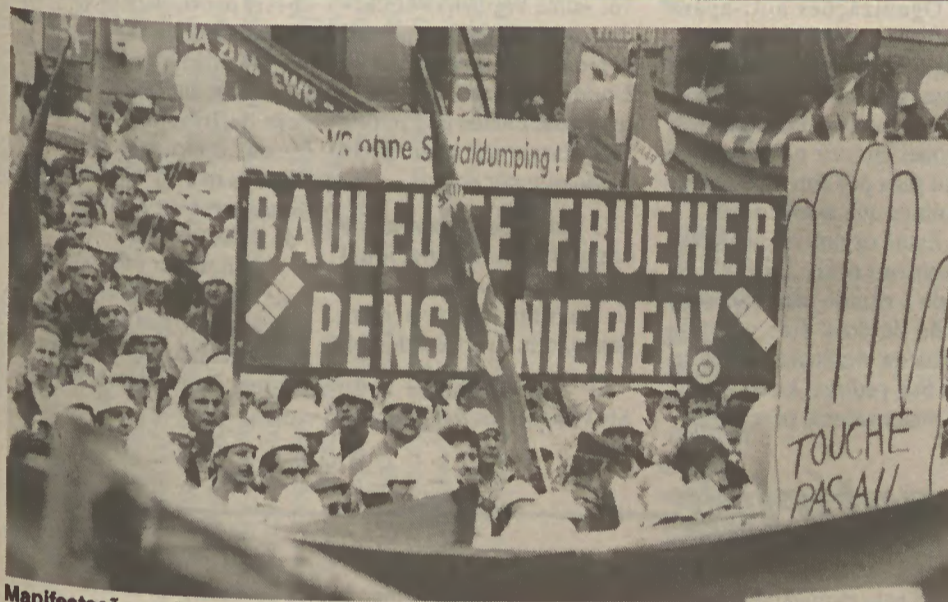
Comunidade e da futura união europeia. "Não podemos - acrescentou - negar ou recuar quanto a declarações do Conselho Europeu ou decisões jurídicas do Conselho de Ministros da CE que justamente fazem da protecção dos direitos do homem

uma orientação a cumprir e um objectivo a concretizar".

O ministro português recordou ainda a ocupação ilegal e as sucessivas violações dos direitos do homem em Timor-Leste por parte das autoridades de Jacarta, salientando que pelo menos

100 mil timorenses foram mortos desde 1975 pelas forças militares indonésias.

A decisão britânica de não colocar a questão "ASEAN" à votação facilitou a vida a toda a gente: por um lado, a Comunidade está pouco à vontade para debater Timor, conhecidas que são as suas preferências pelos negócios lucrativos com a Indonésia; por outro lado, Portugal, que agora faz voz grossa com os direitos do povo maubere, não consegue fazer esquecer os seis meses de silêncio a que votou Timor enquanto esteve na presidência da CEE. Em Setembro, quando a questão dos acordos CEE/ASEAN voltarem a debate, a ver vamos se a posição de princípio tem algo mais do que uma manifestação de intenções.



Manifestação em Berna

Emigrantes na Suíça lutam pela reforma

Cerca de trinta mil emigrantes na Suíça, na sua maioria portugueses, manifestaram-se no início do mês em Berna contra uma proposta de lei que visa eliminar da legislação em vigor a disposição que permite o reembolso do capital acumulado da Caixa de Pensões, a 'provisão profissional', quando os trabalhadores abandonam definitivamente aquele país.

A iniciativa, coordenada pelo Sindicato da Construção e Madeira (SICOM/FOBB), foi despoletada pelas recomendações aprovadas pelo Conselho Federal suíço destinadas à preparação da integração da Suíça no Espaço Económico Europeu (EEE). A proposta, que será discutida na sessão extraordinária do Parlamento, no próximo mês de Agosto, é rejeitada pelos trabalhadores que a consideram lesiva dos direitos adquiridos.

De acordo com a legislação actualmente em vigor na Suíça, os emigrantes efectuam descontos para a Segurança Social através de um sistema composto por duas

vertentes: uma delas respeita aos descontos oficiais e tem carácter obrigatório; a outra, uma espécie de seguro ou complemento de reforma (também chamada o segundo pilar), consta de uma verba acordada entre os trabalhadores e a entidade patronal, cabendo a cada parte o desconto de determinado montante.

É justamente o reembolso do complemento de reforma que está em causa. De acordo com a proposta do Conselho Federal, a partir de 1993, com a entrada da Suíça no EEE, deixa de ser reembolsável o total do capital acumulado da Caixa de Pensões, quando se abandona a Suíça.

Dispostos a fazer valer o que consideram direitos adquiridos, milhares de trabalhadores manifestaram-se no passado dia 4 em Berna, fazendo ouvir a voz de "milhares de famílias de imigrantes indignadas e consternadas", pois muitas contavam "com o pagamento em dinheiro do seu capital de provisão profissional" para

recomeçar "uma nova existência ao retornar ao seu país de origem".

Num documento aprovado durante a manifestação, os imigrantes afirmam o seu "acordo com as disposições da Comunidade Europeia que prevêem para o futuro a exportação das prestações de seguro", mas contestam a aplicação da nova legislação aos que têm vindo a efectuar descontos com base nas disposições anteriores. A aplicação das novas disposições com efeito retroactivo, dizem, "equivale à violação do princípio de boa-fé", o que consideram "absolutamente inadmissível".

Assim, o documento aprovado em Berna exige que "o capital acumulado desde o início do seguro até 31 de Dezembro de 1993" seja pago no momento em que o trabalhador saia definitivamente da Suíça para um país da Europa Comunitária, e que a nova legislação só passe a ser aplicada nos acordos celebrados "a partir de 1 de Janeiro de 1993".

A «livre circulação» na Europa comunitária

Iniciou-se a 'livre circulação' para os países da Europa Comunitária. A partir do dia 1 de Janeiro deste ano "acabaram-se as fronteiras" para os portugueses, dentro da Casa Comum que é a Europa dos Doze.

Nas afirmações oficiais dos nossos governantes, que nos falam da nossa "democracia de sucesso", das conquistas obtidas com a integração europeia, nós, portugueses, deixámos de ser emigrantes quando vamos trabalhar para a França ou a Alemanha, para a Inglaterra ou a Espanha, porque somos "membros de pleno direito da Europa dos cidadãos".

"Passámos a fazer parte duma comunidade de 300 milhões de habitantes, com as mesmas oportunidades de sucesso que os belgas ou os holandeses, os italianos ou os dinamarqueses".

Tais afirmações, no entanto, estão a ser desmentidas pelas situações que os nossos compatriotas estão a encontrar e a viver pois não é essa a realidade que encontram nos países de acolhimento.

Porque muitos países tinham encerrado as suas portas à emigração oficial, os trabalhadores portugueses têm vindo a recorrer à emigração clandestina, entregando-se nas mãos de detentores de redes de autêntico tráfico de mão-de-obra e sujeitando-se às mais precárias condições de trabalho. Tem sido a fuga às desigualdades sociais, tem sido a fuga ao desemprego para que se foi lançado ou para não se ficar na aldeia, amarrado a uma agricultura de subsistência, ao subdesenvolvimento, a uma vida que apresenta cada vez menos perspectivas.

Na Europa, a França, a

Suíça e o Luxemburgo continuam a ser dos países mais procurados. Com a instituição da "livre circulação" estamos assistindo à legalização da situação dos trabalhadores clandestinos que começam a receber a sua 'carta de estadia', isto é, a autorização para estarem no país de acolhimento.

Mas quanto à situação laboral, o que acontece? Neste campo verifica-se, e tudo indica que continuará a verificar-se, o agravamento do regime de trabalho e consequente situação social: redução ou inexistência de segurança social, contratação temporária, sujeição a prepotências patronais, desprotecção quanto aos organismos oficiais.

É uma situação que não irá ser resolvida só porque se instituiu uma "Europa sem fronteiras", porque não é esse acto que cria novos postos de trabalho e porque essa mesma Europa atravessa uma crise em que avulta a recessão económica e, por isso mesmo, mais desemprego.

Em 1989 havia já neste espaço europeu mais de 13 milhões de desempregados. Um recente estudo da Eurostat revela que em 1991 a taxa de desemprego aumentou nos países da Comunidade Europeia e que no final de Janeiro deste ano ela se situava em 9,5 por cento.

Assim, o que a "livre circulação" vai criar é uma competição mais agressiva no mercado de trabalho e alimentar os fenómenos de racismo e o reforço das ideias nazi-fascistas, que voltam a surgir na Europa. Na Alemanha, na França ou na Bélgica, entre outros, os partidos de extrema direita utili-

zam como argumento que os cidadãos da Europa Comum "não deixam de ser estrangeiros que vêm roubar postos de trabalho aos nacionais".

A situação tende a agravar-se para os trabalhadores. Os governos dos doze países procuram "concertar-se" para construir uma unidade económica e monetária, uma unidade política, face a potências económicas como os Estados Unidos ou o Japão. Entretanto, sobre a unidade social pouco se fala. A Carta Social Europeia, visando "assegurar aos trabalhadores da Comunidade remunerações equitativas", apontando para a criação de "níveis de vida idênticos em todo o espaço europeu", não passa de um conjunto de intenções que não se concretizam e, por isso mesmo, não são resolvidas as discriminações salariais e sociais entre os diversos países comunitários.

Como alguém já afirmou, a integração económica europeia vai num comboio de alta velocidade enquanto que a integração social viaja num comboio que pára em todas as estações. A experiência tem demonstrado, ao longo da História, que quando as questões sociais são descuradas, são agravadas, "o comboio" da economia descarrila.

A unidade social na Europa comunitária é factor determinante para o desenvolvimento económico estável que se pretende. A "livre circulação" terá um sentido real quando a unidade social se concretizar.

José Cavaco
Dirigente da Associação de Reencontro dos Emigrantes

África do Sul Nações Unidas vão enviar representante especial a Pretória

A resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a África do Sul está «de acordo com o sentimento do ANC», e é um «avanço importante», declarou o porta-voz do Congresso Nacional Africano (ANC), após a aprovação, por unanimidade, em Nova Iorque, da Resolução 765, condenando a violência na África do Sul e preconizando o envio de um representante especial das Nações Unidas a este país.

Em declarações proferidas em Paris, depois da reunião do Conselho de Segurança, o presidente do ANC, Nelson Mandela, sublinhou ser necessário primeiro pôr fim à violência, antes de se retomar o diálogo com o presidente De Klerk.

«Enquanto a violência prosseguir, é impossível retomar as negociações», disse Mandela, que acrescentou — «aprovámos uma resolução segundo a qual ficou estabelecido o envio de um emissário especial do

secretário-geral na Nações Unidas à África do Sul para averiguar os factos e fazer um relatório». Medidas que talvez permitam avançar para o reinício do diálogo com o presidente sul-africano.

A sessão especial do Conselho de Segurança, agora realizada, convocada a pedido da Organização de Unidade Africana (OUA), e foi a primeira sobre a África do Sul desde 1988.

A proposta inicial da Resolução previa — além da condenação da violência, o apelo ao recomeço das negociações na CODESA e o envio à África do Sul de um representante do Secretário-Geral da ONU, Butros Ghali — a atribuição de responsabilidades às autoridades sul-africanas pela violência. Responsabilização que esbarrou com resistências, em particular por parte do representante do Reino Unido.

Na véspera desta reunião

Nelson Mandela, presidente do ANC, foi recebido pelo presidente da Câmara de Nova Iorque, quando se deslocou aos Estados Unidos para participar na reunião promovida pela ONU para debater o problema da violência na África do Sul. Essa violência — que tem vindo a agravar-se ainda mais — fez cerca de onze mil vítimas nos últimos anos.



especial, o governo sul-africano anunciou um pacote de medidas de combate à violência, que nomeadamente prevê a dissolução dos Batalhões 31 e 32 maioritariamente formados por naturais de Angola. Medidas que o ANC considerou terem «elementos positivos», mas serem insatisfatórias. Objectivo de crítica foi a ausência de referências, no comunicado presidencial, às responsabilidades, por acção ou omissão, das forças de segurança na crescente onda de violência em que, ao longo dos últimos anos, mais de 11 mil pessoas foram chacinadas.

Organizações anti-apartheid lançam apelo contra violência

Organizações anti-apartheid provenientes de 20 países, reunidas em Londres a semana passada, apelaram para a comunidade internacional intervir na África do Sul para pôr fim à violência política que assola o país.

Estas organizações não-governamentais, vindas de todo o mundo para uma reunião de dois dias sobre o tema da violência na África do Sul, pediram à comunidade internacional para promo-

ver «uma vigilância eficaz» e pressionar o governo sul-africano. Na reunião de Londres foi sublinhada a responsabilidade de Pretória nos massacres a que «não conseguiu pôr cobro».

O apelo pede também à comunidade internacional para apoiar o estabelecimento de uma nova ordem democrática na África do Sul.

O presidente do Movimento anti-apartheid

britânico, o arcebispo Trevor Huddleston, afirmou que a crise que a África do Sul enfrenta desde o massacre de Boipatong é mais grave e mais de fundo do que as que se seguiram aos massacres de Sharpeville e do Soweto.

«A opinião pública deve ser alertada a nível mundial para pedir o fim da violência na África do Sul e garantias de um futuro democrático», disse.

África em notícias

Moçambique

■ Emergência alimentar

As delegações do governo moçambicano e da Renamo chegaram a acordo em Roma quanto à distribuição de auxílio humanitário de emergência às populações mais carenciadas de Moçambique.

A seca que assola Moçambique tem agravado dramaticamente a situação de carência alimentar no país, decorrente nomeadamente do problema da guerra.

Segundo o acordo firmado, o auxílio humanitário será coordenado e fiscalizado por um Comité presidido pelas Nações Unidas e integrando o CICV (Comité Internacional da Cruz Vermelha) os mediadores e observadores às negociações, além de representantes do governo moçambicano e da Renamo.

Angola

■ Presidente convoca eleições

O Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, convocou eleições presidenciais e legislativas simultâneas para 29 e 30 de Setembro deste ano, segundo decreto presidencial lido pela Rádio Nacional de Angola.

O anúncio seguiu-se a consultas com o Conselho Nacional Eleitoral (CNE), conforme previsto pela Lei 5/92 do passado dia 16 de Abril.

Os angolanos deverão escolher, por voto universal e secreto, 223 deputados para um mandato de quatro anos, num sistema complexo, e um Presidente da República para um mandato de cinco anos.

As legislativas elegerão um mínimo obrigatório de cinco deputados por cada uma das 18 províncias de Angola e os restantes 135 deputados serão escolhidos pela regra de maioria, com o país constituindo círculo único.

A comunidade angolana residente no estrangeiro escolherá três deputados para a Assembleia Nacional,

dois pela zona de África e o outro pelo círculo do resto do mundo.

A lei prevê o início da campanha eleitoral 30 dias antes da data das eleições e prevê duas voltas para as presidenciais, a segunda até 30 dias depois da publicação dos resultados do primeiro escrutínio.

Segundo o decreto presidencial, «a nação angolana vive um momento de transcendente importância histórica, caracterizada pela aplicação dos acordos de paz» e pela «criação das bases principais da edificação no país de um Estado democrático e de direito, assente na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização política e reconhecimento dos direitos fundamentais do Homem».

■ Encontro sobre a Mulher

O poder e o lugar da mulher angolana na vida política nacional é tema de debates a decorrerem na capital angolana, em mesa-redonda agrupando delegados de partidos políticos e de associações femininas independentes.

O primeiro-ministro angolano, Fernando França Van-Dunen, abriu a sessão, sublinhando que o governo deve esforçar-se na sua acção para que o «fosso que separa a Mulher do Homem seja cada vez menor».

A fase de «profundas» transformações políticas, económicas e sociais que Angola atravessa, embora implique «um agravamento temporário» das condições de vida, em participar para a Mulher, é o «primeiro passo para o desenvolvimento» e uma «possibilidade real de mudanças», disse França Van-Dunen.

Centena e meia de delegados participaram no encontro, em que se discutem os temas «a Mulher e o poder político», «a Mulher e os "mass media"» e «a Mulher e a religião».

Corno de África

As Nações Unidas lançaram, em Genebra, um apelo à concessão de 541 milhões de dólares de ajuda

humanitária para os cinco países do Corno de África afectados pela seca e pela guerra.

No apelo à comunidade internacional, a ONU afirma que 23 milhões de pessoas na Etiópia, Sudão, Somália, Djibuti e Quênia necessitam de ajuda urgente.

Charles Lameuniere, o responsável da ONU para assuntos humanitários em Genebra, estima que 500 a 1000 pessoas estão a morrer diariamente nas áreas mais afectadas.

Na Etiópia, de acordo com o quadro traçado por Lameuniere, a situação é agravada pela existência de cerca de 600 000 refugiados somalianos e dos 311 000 repatriados etíopes que fogem à guerra, à pobreza e à escassez de alimentos.

Cerca de nove milhões de pessoas vivem actualmente em zonas afectadas por diversas epidemias, 7,5 milhões das quais se encontram em locais onde os serviços de saúde foram destruídos pela guerra, segundo documentos da ONU.

A situação no Sudão não é menos grave, pois, segundo Lameuniere, os confrontos que se registam no Sul do país motivaram o êxodo maciço de pessoas, mulheres e crianças na sua maioria, o que aumenta a necessidade de alimentos numa região ameaçada pela seca e pela fome.

Em relação à Somália, o trabalho das Nações Unidas é mais complexo, afirmou Lameuniere, devido à inexistência de governo e à dificuldade de actuar num país dominado por diversos grupos guerrilheiros.

No Djibuti, o apelo lançado hoje pela ONU destina-se a amenizar a situação dos quase 100 000 deslocados internos e dos quase 70 000 refugiados dos países vizinhos, assim como para garantir alimentação para cerca de 21 000 crianças subnutridas e mulheres grávidas.

No Quênia, onde a população refugiada chega às 300 000 pessoas, existem actualmente cerca de 20 distritos em alerta vermelho em consequência da seca, o que coloca em situação desesperada quase um milhão de pessoas.

Setúbal

O TEJO E O SADO

A importância do Tejo e do Sado no desenvolvimento do distrito de Setúbal é o tema da exposição do espaço de Setúbal na festa do Avante.

Esta exposição que ocupa 100 metros quadrados inclui uma interessante mostra de barcos destes 2 rios.

Um variado programa de espectáculos preenche o palco do Pátio dos Petiscos, principal pólo de animação de Setúbal. Inclui conjuntos de baile, a Banda do Andarilho (música popular portuguesa), fadistas amadores e marchas populares da região.

Serão muitos os petiscos que se podem apreciar nas tascas circundantes deste pátio: carapau frito, salada de polvo, passarinhos, caracóis e bifanas que estão à disposição dos visitantes nas tascas do tanoeiro, do pescador, do porco, do choco frito e das saladas frias.

O tradicional ponto forte da representação de Setúbal — a gastronomia genuína e de muita qualidade dos seus restaurantes — reforça-se e inova-se, com os restaurantes: Seixal (dobrada à pescador), Sines (caldeirada), Setúbal (arroz de tamboril), Moita (churrasco de frango) e a Marisqueira de Sesimbra.

O moscatel e tortas de Azeitão, as peles e bonecos de trapo de Grândola são alguns dos produtos regionais de muita qualidade que aí se encontram à disposição dos visitantes de todo o país.

Do distrito vem sempre (e cada vez mais) muita gente à Festa. Seja dos concelhos circundantes da Atalaia, seja dos concelhos mais distantes. Para facilitar o acesso já estão em organização dezenas de excursões em Grândola, Alcácer do Sal, Sines, Santiago de Cacém, Alcochete e Setúbal.

As inscrições nestas excursões estão abertas nos Centros de Trabalho do PCP.

Évora

QUINZE ANOS DE PODER LOCAL DEMOCRÁTICO

No seu Restaurante, Évora apresentará o já tradicional e apreciado ensopado de

trata o tema: «Os 15 anos do Poder Local Democrático».

Cidade da Juventude

Criatividade

Na Cidade da Juventude encontra-se a criatividade dos jovens no «V Tomar a Iniciativa» concurso-exposição de artes plásticas, na «Exposição/Venda de Artesanato» feito por jovens e nas várias iniciativas musicais, teatrais e plásticas que animarão a Cidade e em particular a sua Esplanada.

Lá pode-se ainda praticar *skate* na pista, estampilhar em camisas o que se quiser, participar em jogos vários e assistir a diversas iniciativas de animação (teatro de rua, marionetas, etc.).

A Festa do «Avante!», e nela em particular, a Cidade da Juventude são espaços de encontros e reencontros de muitos jovens e de convívio. Localizada bem perto do palco

principal, o palco 25 de Abril, tem na Esplanada da Juventude o local privilegiado, apoiado por um Bar de Hamburguers e jogos (matraquilhos, entre outros).

Na Cidade da Juventude da Festa do «Avante!» não podiam faltar (em exposições e debates) as lutas, reivindicações e aspirações dos jovens portugueses bem como a actividade e propostas da JCP (em fase preparatória do seu IV Congresso).

Tem ainda um espaço de recolha de apoios à juventude cubana, vítima do bloqueio imperialista dos EUA. Esta solidariedade com Cuba, sob o lema «Si por Cuba» traduz-se no apelo à oferta de produtos vários, nomeadamente leite em pó.

Algarve

MARISCOS, ARTESANATO E BOLOS

No seu Restaurante, o Algarve apresentará de novo o já tradicional e apreciado arroz de marisco, mas não só. Os visitantes da Festa poderão ainda saborear dois outros pratos da cozinha tradicional algarvia: a feijoada de lingueirão e a espinheta de atum guisado.

A marisqueira do Algarve terá, como sempre, o bom marisco para vários gostos: o camarão, a sapateira, os perceves e as ostras que podem ser acompanhados pela imperial bem

tiradinha.

No cocktail-bar, uma gama variada de cocktails, confeccionados pela competência e pela imaginação de experientes profissionais da hotelaria, aguarda os visitantes da Festa.

No Pavilhão do artesanato e bolos, encontra-se à venda desde a tradicional doçaria algarvia (doce de amêndoa, D. Rodrigo, doce de figo) ao artesanato regional (empreitas, cestos, loiças, bancos de Monchique), passando pelos frutos secos, pelo

medronho e outros produtos regionais.

Na sua exposição política, o Algarve procurará mostrar a actividade do PCP na Região.

Do Algarve vai muita gente à Festa. Nesta altura organizam-se excursões que partem de: Aljezur, Vila do Bispo, Lagos, Portimão, Silves, S. B. de Messines, Almancil, Faro, Olhão e Vila Real de St.º António.

As inscrições nestas excursões estão abertas nos centros de trabalho do PCP na Região.

Cidade Internacional

Cuba, Timor e Palestina

A solidariedade internacionalista tem estado sempre presente nas nossas festas, designadamente na Cidade Internacional.

Este ano, através de painéis expositivos mostramos que tem sido uma constante na acção do PCP e é comum aos outros partidos comunistas e forças revolucionárias. Ao longo deste século, desde a Revolução de Outubro, durante a Guerra Civil de Espanha, na resistência antifascista, no apoio às democracias populares, na luta anticolonial e anti-imperialista, nas acções pela conquista de direitos dos trabalhadores, contra a guerra, pela paz e o desarmamento, numerosas forças, comunistas e outras, se solidarizaram na luta contra a guerra, a exploração e as discriminações, pela liberdade, justiça social, paz e socialismo. Hoje é necessário reforçar a solidariedade.

A presença na Festa de numerosos partidos comunistas e outras forças democráticas e progressistas de todos os continentes, testemunha esse sentimento comum.

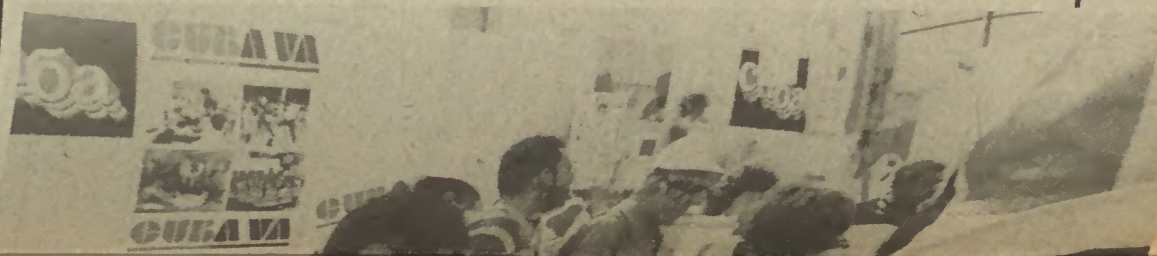
O visitante da Festa poderá tomar conhecimento de realidades e situações tão diversas como Cuba ou Timor-Leste, China ou Bolívia, só para citar alguns dos que já anunciaram a sua presença. Dirigindo-se à Cidade Internacional, o visitante da Festa poderá alargar os seus conhecimentos sobre a situação e a perspectiva da luta de povos da Europa, África, Ásia e América Latina e ficar com artesanato ou recordações que se encontram em exposição nos diferentes stands.

Poderá deter-se nos restaurantes de Timor-Leste, da China, Cabo Verde ou Cuba, conviver mais um pouco enquanto se delicia com as sassate (espetadas) ou tukir, especialidades mauberes,

os crepes e a variada cozinha chinesa, a cachupa, modjo e os doces e licores de Cabo Verde, ou o congri, o cerdo à la habaneza, acompanhados com o mujito crioulo de Cuba. Nos períodos de refeições há acompanhamento musical.

Se o visitante desejar manifestar a sua solidariedade e contribuir para a Campanha «Leite para Cuba» poderá encontrar na Cidade Internacional um espaço próprio para tal, assim como tomar posição relativamente à luta do povo de Timor-Leste pela liberdade e independência.

Estão também previstos debates sobre os temas: «A situação nos países da Europa central e do leste», «A nova ordem mundial, as desigualdades no mundo e a defesa do meio ambiente» e Momentos de Solidariedade com: Cuba Socialista, Timor-Leste, a OLP e o Povo Palestino, entre outros.



Avante! Festa!

AMORA-SEIXAL • 4, 5 e 6 SETEMBRO

Avante!

Director
Carlos Brito
SUPLEMENTO Nº 1
23 de Julho de 1992
Não pode ser vendido
separadamente

Pavilhão Central

AS PROPOSTAS DO PCP A IMPRENSA DO PARTIDO E AS ÁREAS METROPOLITANAS DE LISBOA E PORTO

«Os caminhos da alternativa no limiar do século XXI» e «Viver melhor nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto» são a temática dos 2 grandes espaços expositivos do Pavilhão Central.

A 1ª, realizada em vésperas do XIV Congresso do PCP, documenta alguns dos traços mais significativos da situação em Portugal e no mundo no momento presente.

A perspectiva histórica do

fenómeno urbanístico, os principais problemas das áreas metropolitanas em Lisboa e Porto, a sua importância demográfica, as razões do seu crescimento e a acção desenvolvida pelo Poder Local Democrático são algumas das áreas da exposição «Viver melhor nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto». Esta tem ainda mostras fotográficas, nomeadamente «Vidas da Cidade» e

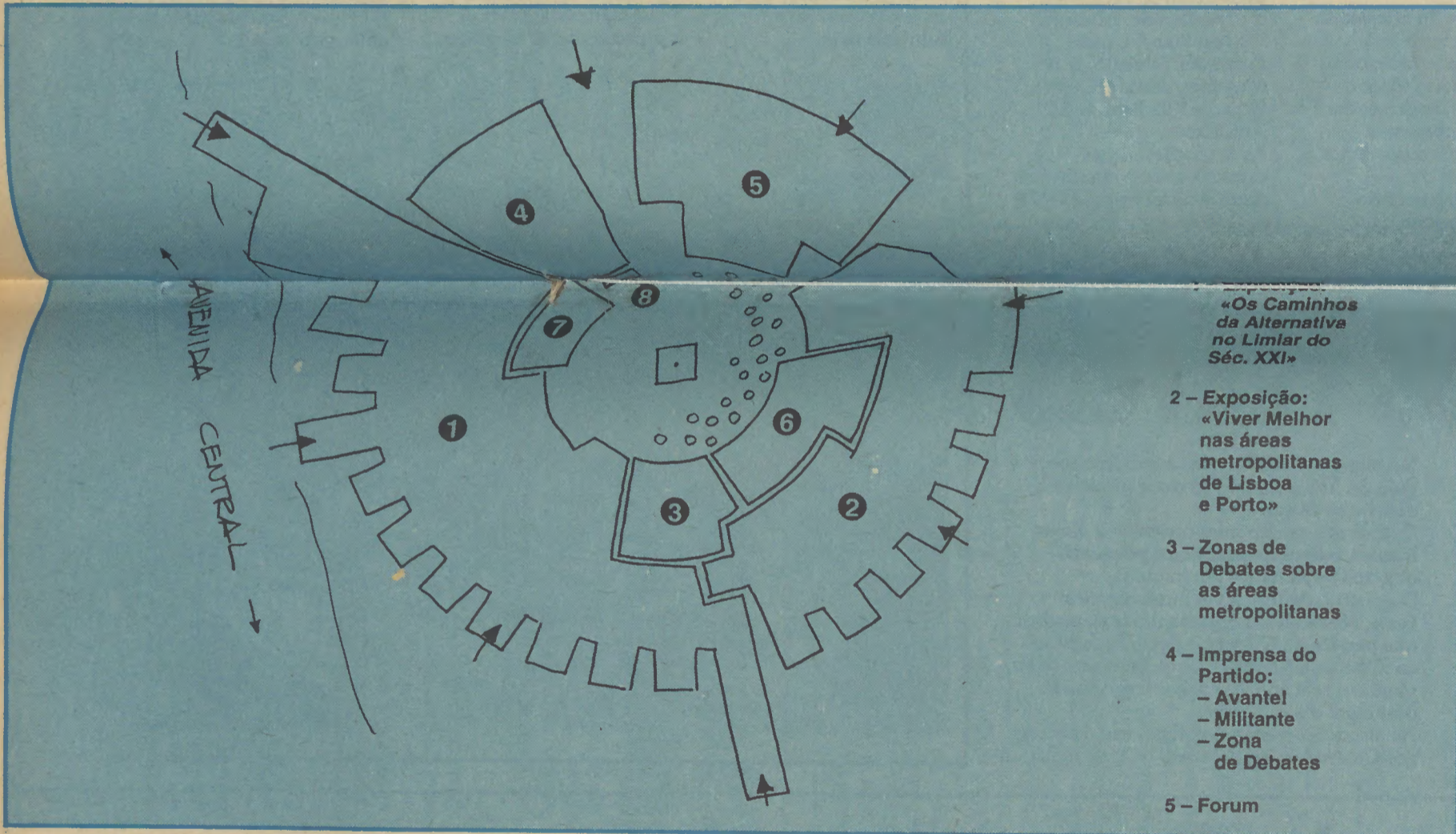
conversas/encontros com personalidades com responsabilidades políticas e sociais.

Num pequeno Auditório os visitantes podem participar nas conversas alusivas à imprensa do PCP. Uma Exposição sobre a actividade do «Avante!» e outra sobre «O Militante», estarão integradas neste espaço.

O Forum é o já prestigiado e grande espaço de debate onde, em foco, estão este

ano os direitos dos trabalhadores, a democracia, a soberania e a independência nacional, o bem-estar dos cidadãos e o XIV Congresso do PCP.

A Praça Central é o espaço lúdico para onde convergem o Café da Amizade e a Casa das Artes, com sombras, água, bancos, mesas e onde se desenrolam momentos de animação cultural. É o local apropriado para uma pausa de descanso e de convívio.



Há muito que fazer na Atalaia e todos os esforços são necessários para ajudar e edificar mais uma Festa do «Avante!». Gente com ou sem especialização pode contribuir para a construção da cidade dos três dias, participando nas Jornadas de Trabalho. Faltam apenas doze, inscreva-se numa delas (pelo menos), contactando o Gabinete da Festa do «Avante!» pelos telefones 793.09.73 ou 796.91.47, ou ainda o...

JORNADAS DE TRABALHO MILITANTE

Avante com a construção da NOSSA Festa do «Avante!» 92!

Lista de disponibilidades (assinalar com uma cruz os compromissos)

Organização:

Meses		JUNHO							JULHO							AGOSTO							Os últimos dias são da FESTA									
NOMES	PROFISSÃO	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	1	2	3	4	5

Só faltam 12 jornadas antes da «Festa!»

Lisboa UMA VISITA CAPITAL

«A juventude», «As comunidades africanas em Portugal», «As lutas sociais, factor essencial de transformação» e «O trabalho autárquico da CDU» são temas da exposição que ocupa 100 metros quadrados do espaço de Lisboa na «Festa do Avante!» e que juntamente com um monumento e painéis artísticos distribuídos pela sua zona preenchem a sua presença política.

O Café-Concerto e o Palco de Lisboa constituem os seus dois grandes pólos de animação.

No Café, Concerto-além de um variado programa de Música ao Vivo, constituirão pontos altos a referência à Obra de Adriano Correia de Oliveira no 10.º aniversário da sua morte, o momento de Solidariedade com Cuba e o debate sobre A Cultura de Lisboa/Cruzamentos de Culturas.

No Palco de Lisboa, a programação é variada:

«Luísa Basto e Banda», «3 de Abril», Fado de Abril e momentos de «Fado Vadio», «Sol Água», Gordilho, grupos corais alentejanos de Tires e Amadora e os ranchos folclóricos da Azambuja e da Carvoeira trazem a música de intervenção ligeira e popular.

Em consideração, ainda, a presença de música africana. Já confirmado um extenso programa de rock com: Tropa Morta, Psico Critico, Refugiados, Febre Ébria, Corrosão Caótica, Caso Crónico, Gatos do Telhado, Lulu Blino, FRRT e BNAU.

Um Mercado de Mel, com mostra de produção e venda, Mercado Agrícola com venda de produtos agrícolas da região, Pavilhões de Artesanato da região e artesãos (pintura em vidro, bilhas de Sacavém) Pavilhão do Coleccionador/Filatelia e uma grande Quermesse com 60.000 prémios são outros grandes atractivos. Por fim, a Gastronomia,

com presença particularmente destacada: Bar do Oeste (petiscos de Torres Vedras), Bar Ribatejano (carne à ribatejana, lulas e merendeiras), Petisqueira Costa Estoril (petiscos, surpresas e hamburguers) Bodeguita (prego na pedra), Adega Típica, (morcela e moelas na chapa, entremeada grelhada, «punheta» de bacalhau e vinho da região), Retiro de Abril (cacholeira assada, perminhas de rã, salada de polvo, polvo frito e moelas), Gelataria de Sintra (gelados e hamburguers), Café-Concerto (bacalhau à Brás), Cervejaria Lisboa (arroz de marisco e de caril, açorda de marisco, salada de polvo e moelas) Grelhados de Lisboa (franco, espetada e entremeada grelhada e pratinhos de camarão) e Ginginha de Lisboa e Marmelada de Odivelas, com venda destas tão gostosas iguarias.



Porto

No Porto não se passa. Vai-se e fica-se. Porque apeetece. Porque vale a pena. Porque o programa é uma tentação. Na área do Porto encontrará uma Exposição sobre aspectos da realidade social e política da região, uma mostra e venda de Artesanato (barros de Santo Tirso, cerâmica de V. N. Gaia, móveis de Paredes, rendas de bilros, mantas e malhas de Vila do Conde, e os Tapetes de «Arraiolos», em Vila Nova de Gaia).

Mas poderá também saborear belíssimos pratos da culinária regional.

Apure o seu paladar. No Restante do Porto, temos para lhe oferecer: trips à moda do Porto e bacalhau frito com o saboroso arroz de feijão vermelho. Mais ao lado no Restaurante de Santo Tirso, a famosa cabidela de frango e bacalhau com grão. Circulando pelos bares, encontrará em Amarante o famoso vinho verde, acompanhado de presunto e salpicão: em Penafiel, o prático e económico (e sempre apetitoso) frango no churrasco, regado com um vinho da região de alto lá com ele; no Bar da Maia, poderá apreciar um bellissimo prato de feijão frade com bolos de bacalhau; no de Gondomar, a chisplhada da ordem. Mas há outras especialidades à sua escolha: o arroz de lulas de Matosinhos, a sopa à mineiro, febras e presunto de Valongo, o arroz amarisado, a broa de Avintes e o vinho do Porto nos Bares de Gaia. E, para adoçar a festa, terá um serviço de pastelaria requintada no Bar do Porto, os deliciosos jesuítas e o inefável licor de Singeverga...

Para completar o roteiro gastronómico, poderá acabar no Pub da ORP, com uns bons copos — Cuba Livre, rum, vodka com laranja, sangria e a sempre fresquinha cerveja de barril, tudo acompanhado de boa música num ambiente rico de calor humano.

alentejano e vinho do Redondo. A Venda de produtos regionais terá como sempre os bons produtos da região: vinhos (branco e tinto) de Borba, Redondo e Reguengos de Monsaraz; vinho doce (abafado) de Borba; queijo de ovelha; pão alentejano; frutos secos da região e mel. No Pavilhão do artesanato, encontra-se à venda desde os genuínos barros das olarias de S. Pedro do Corval, Redondo, Viana e Estremoz, aos chocalhos de Estremoz, à cutelaria de Azaruja e às madeiras de Viana e de Redondo. A sua exposição política

Quermesse com bonitas prendas, muitas delas trabalhadas pelas gentes do distrito, um Bar com pestiscos regionais e uma Cafeteria onde se fornecem pequenos-almoços, sandes, bolos da região e café acompanhado com aguardente, também produto regional. De Évora vai muita gente à Festa. Nesta altura organizam-se excursões que partem de: Alandroal, Arraiolos, Borba, Mora, Montemor, Évora, Vendas Novas, Portel e Bencatel. As inscrições nestas excursões estão abertas nos centros de trabalho do PCP no distrito.

A LUTA NOS TÊXTEIS

A presença do Baixo Minho na Festa, é marcada de forma bem viva. O espaço de Braga tornou-se quase como passagem obrigatória e ponto de referência dos visitantes; desde o alentejano ao alfacinha poucos são os que dispensam a malguinha do bom vinho verde — animador da malta.

Tem grande variedade de petiscos, sempre apetitosos, desde a morcela ao chispe, bacalhau, chouriço e muitos outros.

Também este ano tem um stand com doces regionais: as clarinhas de Fão, o toucinho do céu e outras variedades.

No plano político há uma exposição sobre a vida e a luta dos trabalhadores têxteis no distrito de Braga.

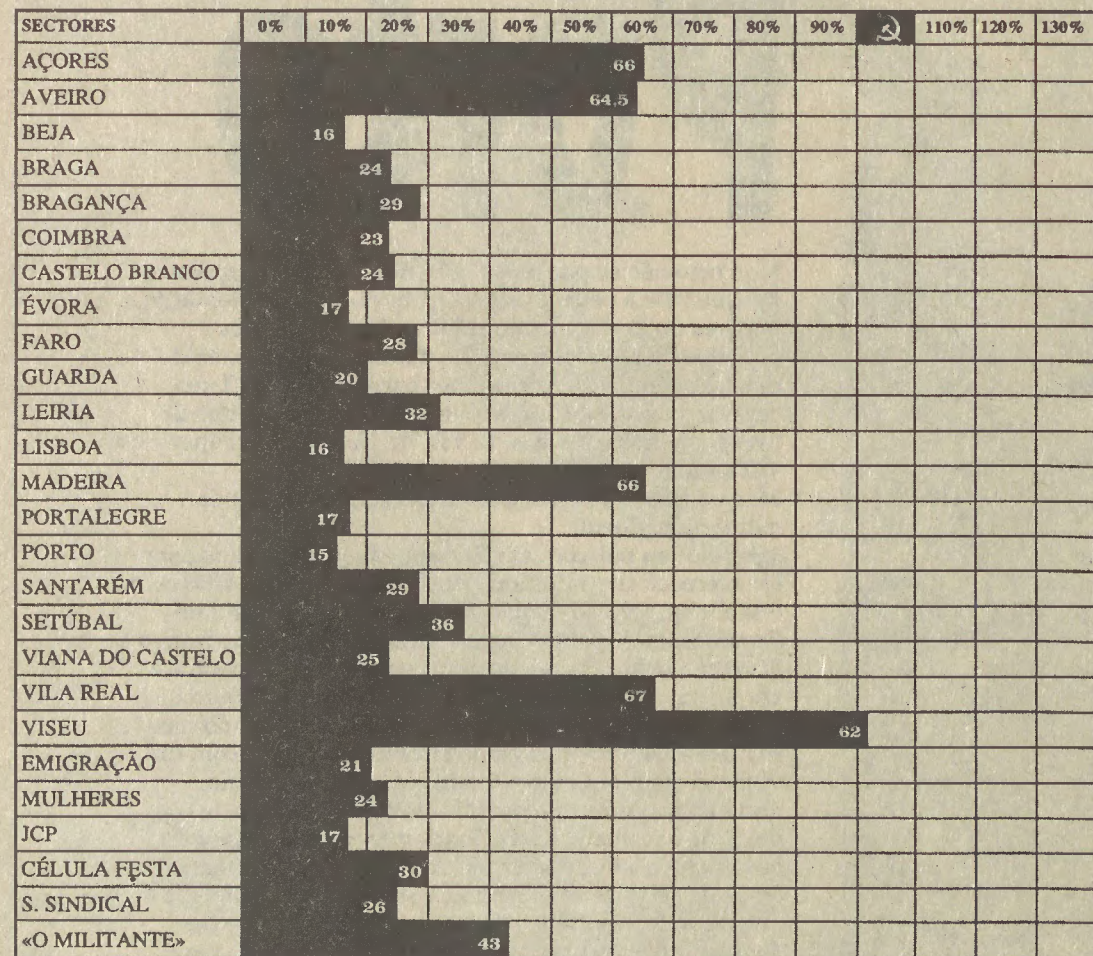
Do rico artesanato minhoto estão à venda mantas, barros de Barcelos e pequenos objectos trabalhados em madeira.

Do distrito de Braga vai muita gente à Festa. Nesta altura organizam-se excursões que partem de Guimarães e de Famalicão na noite de 6.ª-feira, dia 4 de Setembro, e na manhã de sábado, dia 5, com regresso no domingo, dia 6, à noite.

As inscrições nestas excursões estão abertas nos Centros de Trabalho do PCP na região.



Avante com a venda antecipada da EP



O mapa comparativo dos resultados até agora obtidos pelas diversas organizações do PCP no que diz respeito ao ritmo de vendas antecipadas de Entradas Permanentes (EPs) na Festa do «Avante!» mostra que algumas organizações estão ainda muito atrasadas em relação ao cumprimento dos objectivos que se propuseram alcançar. Há que aumentar os esforços para a venda antecipada da EP. À medida que se aproxima a data da inauguração da XVI edição desta iniciativa, também naturalmente aumentando o volume de despesas que o Partido tem de suportar. Cumprir este gesto de solidariedade que é comprar ou vender, já, o bilhete de ingresso para os três dias da «festa!», é acto urgente e necessário.



← 30 de Agosto
Quinta da Atalaia

Compra já a tua EP, ingresso e título de solidariedade para com a Festa do «Avante!»

1.º Prémio:
Duas viagens à
Tunísia
em colaboração com Agiturismo

AGITURISMO

2.º Prémio:
Câmara de filmar vídeo modelo SV500/Super VHS

3.º Prémio:
50 contos em livros em colaboração com a CAMINHO



A guerra deu origem a milhares de refugiados

Jugoslávia

Mantém-se aposta na guerra

O cessar-fogo assinado em Londres, por proposta do dirigente sérvio da Bósnia, Radovan Karadzic, e que deveria prolongar-se por 14 dias, sob a fiscalização da ONU, ficou comprometido com a escalada da violência militar em Sarajevo, que levou mesmo ao encerramento do aeroporto.

Trata-se de 39º cessar-fogo patrocinado pela Comunidade Europeia, e os falhanços que nesse domínio se têm vindo a suceder testemunham não apenas da gravidade dos problemas, a ultrapassar, mas também de que há interesses em jogo em que se aposta forte na via militar.

Na opinião do responsável da FORPRONU na Jugoslávia, os líderes das comunidades muçulmana, sérvia e croata da Bósnia parecem ter perdido o controlo sobre as respectivas milícias. Há ainda quem admita que as diferentes forças em presença consideram prejudicial aos seus interesses a estabilização da situação actual. A verdade é que, para além das declarações de boas inten-

ções, os combates prosseguem e o bombardeamento de populações civis é bem real. Simultaneamente, alguns políticos, como o presidente da Croácia, Franjo Tudjman, continuam a defender abertamente uma intervenção militar externa.

Alguns elementos novos haverão entretanto a considerar.

Em carta dirigida a Butros-Ghali, o dirigente do Partido Democrático Sérvio da Bósnia, Radovan Karadzic (que esteve na origem deste projecto de

cessar-fogo), afirmou que a parte sérvia da Bósnia-Herzegovina está pronta para encarar uma «solução pacífica da crise», defendendo que «em vez de admitir uma intervenção militar estrangeira, seria mais aconselhável pensar num alargamento do mandato da FORPRONU».

A necessidade de um acordo político é particularmente sublinhada pelo actual presidente da nova Jugoslávia (Sérvia e Montenegro), que defende a transformação da Bósnia e Herzegovina num Estado

confederado, considerando que «as pessoas só pararão de combater quando a Bósnia e a Herzegovina se tornarem num estado confederado, dividido em cantões étnicos, onde as três comunidades (sérvios, croatas e muçulmanos) possam sentir-se igualmente protegidos». Mas alerta para a situação hoje vivida pelas populações sérvias: «Não podemos esquecer que 25 por cento da população sérvia vive fora das fronteiras da República Federal Jugoslava. E o nosso dever sagrado é de cuidarmos dos seus interesses nacionais e dos seus direitos fundamentais».

O actual primeiro-ministro jugoslavo propôs a desmilitarização da Bósnia-Herzegovina e preconizou a reconciliação entre os povos sérvio, croata e muçulmano.

Entretanto, a realidade quotidiana da guerra mantém-se, com o seu cortejo de mortos, feridos, refugiados. E enquanto a urgência de uma solução política se impõe, há quem continue a apostar na força das armas. Dentro e fora do que foi Federação Jugoslava.

Tráfico de armas

A polícia austríaca desmantelou uma cadeia de tráfico de armas entre a Croácia, a Bósnia-Herzegovina e a Áustria. Foram descobertos stocks de armas numa busca a uma casa de Graz. Calcula-se que este grupo de traficantes terá enviado cerca de 100 000 munições para as regiões em crise da antiga Jugoslávia, em particular para a Croácia. As armas eram vendidas a bandos que as transportavam nomeadamente para a Bósnia-Herzegovina.

Alguém ganha com esta guerra que já se fez milhares de mortos.

Entretanto, em Bona, o Bundeswehr começou a formar batalhões especiais destinados, oficialmente, a participar nas operações da ONU na Jugoslávia. O ministro alemão da Defesa, Volker Ruhe, afirmou que este projecto não contraria a Constituição alemã.

Mensagem do PCP à Frente Sandinista

Por ocasião do 13º aniversário da revolução popular sandinista, o Comité Central do Partido Comunista Português enviou à Direcção Nacional da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) a mensagem que transcrevemos.

Queridos Camaradas

Em nome dos comunistas portugueses transmitimos-vos calorosas e fraternas saudações por motivo do 13º aniversário da revolução popular sandinista acontecimento do maior alcance e significado libertador para o povo nicaraguense e para os povos, da América Latina e de todo o mundo, que lutam pela sua emancipação nacional e social.

Por experiência própria os comunistas portugueses sabem que o caminho da liberdade, da independência, do progresso e da justiça social é complexo e acidentado, comporta avanços e recuos, vitórias e derrotas, tanto ao nível de cada povo e país como no plano internacional. Em Portugal, fazemos frente a uma vasta ofensiva da direita visando restaurar o domínio dos monopólios e do imperialismo e liquidar direitos e conquistas democráticas alcançadas com a revolução do 25 de Abril. E no plano mundial, perante o brutal desequilíbrio de correlação de forças resultante das

derrotas do socialismo, assistimos a um ofensiva dos EUA e do imperialismo em geral visando impor uma «nova ordem» mundial contra os povos. Consciente das dificuldades da hora presente, o nosso Partido mantém inteira confiança nos trabalhadores e nas massas populares, confirma os seus ideais e objectivos revolucionários, empenha-se no fortalecimento da amizade e cooperação de todas as forças do progresso social, factor indispensável para contrariar e finalmente derrotar as pretensões hegemónicas do imperialismo.

Na nossa acção em defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo português temos sempre presentes as experiências de luta de outros povos e forças progressistas. Temos sempre presente o valor histórico da revolução popular sandinista e somos solidários com a luta que os nossos camaradas da FSLN travam nas novas condições por uma Nicarágua livre, próspera e progressista.

Formulando os melhores votos à vossa acção em defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo nicaraguense, expressamos a nossa vontade de fortalecer sempre mais as relações de amizade, cooperação e solidariedade entre o PCP e a FSLN.

EUROPA

Um acordo sobre reduções profundas de tanques e outras armas não nucleares na Europa entrou em vigor e peritos canadianos chegaram à Rússia para a primeira inspecção bélica no âmbito do pacto.

O Tratado sobre Forças Convencionais na Europa terá ainda de ser ratificado pelos parlamentos da Bielorrússia e da Arménia.

Nos próximos quatro meses, os 29 países signatários do Acordo podem visitar-se mutuamente para inspecções às respectivas instalações militares.

Segundo o Tratado, os países signatários procederão nos próximos 40 meses às reduções que se propuseram no número de tanques, artilharia, veículos de combate, helicópteros e aviões de combate.

GUATEMALA

O governo e a guerrilha da Guatemala decidiram recomençar as conversações de paz na primeira semana de Agosto, após cinco meses de divergências sobre os Direitos Humanos.

O presidente da Comissão Nacional de Reconciliação (CNR), o Bispo Rodolfo Quezada, anunciou que a Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca e governo aceitaram a sua convocatória de uma nova ronda de negociações directas.

Quezada explicou que só falta determinar a data do reinício das conversações entre os representantes da guerrilha e do governo do presidente Jorge Serrano.

NUCLEAR

A administração Bush, que enfrenta um plano do Congresso para suspender os testes nucleares, propôs limitá-los a seis por ano.

Entretanto, o presidente François Mitterrand, declarou que o seu país recomençar os seus ensaios nucleares no Pacífico-Sul se a Rússia e a Grã-Bretanha os reatarem e os EUA mantiverem os seus testes.

A França suspendeu os seus ensaios nucleares no atol de Mururoa, no Pacífico, em Abril passado e até 1993, afirmando que o fim da guerra fria reduzira a sua necessidade.

Os ensaios, criticados pela Nova Zelândia e outros países do Pacífico, foram suspensos um mês depois das eleições regionais, aparentemente para facilitar alianças entre o Partido Socialista Francês e os partidos ecologistas.

O presidente francês afirmou ainda que não há motivo para reduzir o arsenal francês, concebido como arma dissuasiva, apesar das reduções nos arsenais americano e russo, acordadas pelos presidentes George Bush e Boris Ieltsin.

JAPÃO

A empresa japonesa Sanyo Electric, anunciou em Osaka ir reduzir, em dois milhares, o seu número de empregados no âmbito de um plano de reestruturação a ser posto em prática até ao ano fiscal de 1995.

A redução será conseguida através da contratação anual de um número menor de pessoas e do não preenchimento de postos cujos titulares passem à reforma, precisou um responsável da empresa.

As áreas de produção da empresa serão as mais duramente atingidas esperando os seus responsáveis cortar dos actuais 30 mil trabalhadores para 28 mil a força de trabalho nas referidas áreas.

A Sanyo, com sede social em Osaka, estama atravessar um período difícil, pois se as exportações se têm mantido sem grande alteração os custos fixos têm subido.

BRASIL

O número de crianças assassinadas mensalmente na cidade do Rio de Janeiro aumentou de 24 em 1991, para 39 nos cinco primeiros meses deste ano, lê-se num texto judicial divulgado pelo jornal «O Globo».

O texto judicial revelou que entre Junho e Dezembro de 1991 foram mortas 174 crianças na área metropolitana do Rio de Janeiro, enquanto nos primeiros cinco meses de 1992 já foram assassinados 197 jovens com idade inferior a 18 anos.

Os crimes, de acordo com um documento do Congresso do Brasil, são cometidos por grupos de extermínio e «limpeza social», nos quais participam membros dos organismos de segurança.

«Um país que mata as suas próprias crianças não merece o respeito internacional e as estatísticas demonstram que o extermínio de jovens é criticado no estrangeiro», afirmou Sirio Darlan, juiz de um tribunal de menores do Rio de Janeiro.

Há dois meses, face ao alarme internacional sobre o assunto, o presidente brasileiro, Fernando Collor de Melo, ordenou que os governos estaduais fossem mais rigorosos na investigação dos crimes.

Dos 371 menores assassinos entre Junho de 1991 e o mesmo mês de 1992, 331 eram rapazes, 40 raparigas, 11 com idade inferior a 12 anos e incluindo um bebé de um ano e 138 tinham 17 anos.

Reformas da PAC

Dez sofismas laudatórios (1)

A propósito do acordo «histórico» sobre a Reforma da Política Agrícola Comum, vulgo PAC, foram expandidas diversas opiniões e apreciações.

Em geral, correspondem a defeituosos, distorcidos e interesseiros argumentos para justificar muitas coisas, excepto esclarecer ou avaliar com objectividade a decisão do Conselho de Ministros da Agricultura da CEE, para nossa vergonha presidido por um ministro português.

Por exemplo:

O Governador de Cavaco Silva, para fazer de conta que sabe governar a Europa e para esconder o fracasso da Presidência Portuguesa.

O PS para fazer de conta que ataca o PSD e está contra o Governo, enquanto o Grupo Socialista do Parlamento Europeu apoia a Reforma e ainda acha pouco.

A Plataforma, mostrando uma profunda ignorância da Reforma, para fazer de conta que é muito europeísta e de «esquerda» (da nova) por contraposição a outros que estão ao lado da CAP.

O Álvaro Barreto quer mais eucaliptos e salários mais baratos, portanto 1+1=2.

E etc.

Analisemos 10 dessas apreciações:

1. A Reforma da PAC é boa porque corrige injustiças. Vai corrigir as distorções provocadas pela «velha» PAC, na distribuição de fundos comunitários entre agricultores, entre regiões e entre países. Entre os ricos que recebiam mais e os pobres que recebiam menos.

«Não era justo que 80 por cento das verbas comunitárias estivessem afectas aos agricultores dos países mais ricos», B. Moura dixit.

A «nova PAC beneficiará os Estados membros menos competitivos em detrimento dos países mais eficientes que até agora recebiam maior volume de dinheiro», garantiu A. Cunha na Curia e na televisão.

Mentira. A Reforma aprovada vai manter, se não agravar, a distância entre agriculturas e entre agricultores.

A necessária correcção da desigual distribuição dos dinheiros do orçamento comunitário agrícola - 20% dos agricultores absorvem 80% dos fundos - foi brandida como um argumento de peso, no lançamento da iniciativa da Reforma por MacSharry, em Fevereiro de 1991. Para satisfazer essa exigência, foi avançada a proposta de «modulação» das ajudas e apoios em função da «dimensão das explorações» e do desenvolvimento das agriculturas.

Nesse relatório de MacSharry, de 11 de Fevereiro de 1991, referia-se que as ajudas deveriam «ser moduladas em função de factores como a dimensão, o rendimento, a situação regional ou outros factores pertinentes» e que «a lógica do apoio concedido com dinheiros públicos deve consistir (...) em corrigir (as) desigualdades, proporcionando mais apoios àqueles que menos vantagens colhem das organizações de mercado». Muito boas e justas intenções havia. No entanto, a tese da «modulação», isto é, adaptar, modular a ajuda às características do ajudado, ou seja, mais ajudas para os mais pequenos e menos produtivos, foi sendo subvertida no decurso das negociações, até ser transformada no seu contrário no acordo de 21 de Maio. Tudo como dantes no quartel da PAC: quem mais tem, mais continua a receber! Todas as causas das assimetrias existentes - diferenças nas produtividades, dimensão das explorações, acesso e controlo dos mercados, custo dos factores de produção, mais protecção dos produtos agrícolas do Norte - vão manter-se.

De uma modulação correctora chegou-se a uma modulação acentuadora de desigualdades.

A situação é mais imoral. Com a velha PAC recebia mais quem mais produzia, agora vai receber mais quem tiver mais terra! Isto, sem entrarmos em linha de conta com o facto de os produtos típicos do Sul da Europa - vinho, azeite, hortícolas e hortofrutícolas, etc. - permanecerem depois desta Reforma com um nível de ajuda e protecção claramente inferiores aos dos produtos característicos das agriculturas do Norte - cereais, carne e leite, beterraba, etc.!

No caso dos cereais passou-se de uma compensação (para fazer face à baixa de preços) que seria integral até um certo nível de superfície, e depois parcial e degressiva, para uma compensação igual por hectare, qualquer que seja a área de exploração. Mas, pior ainda, «modulou-se» a compensação atribuindo-lhe um valor proporcional às produtividades médias regionais. Vão continuar a receber mais ajudas as agriculturas mais avançadas. Por exemplo, um agricultor português receberá uma compensação que será cerca de metade da de um belga. Inicialmente, para explorações com determinada área, falava-se de uma obrigatoriedade de retirada da produção de uma parte da superfície consagrada às grandes culturas arvenses. Depois essas explorações que eram obrigadas a «congelar» 15% da área total, passaram a ter direito a uma indemnização, no máximo correspondente a 7,5 hectares vezes a compensação regional por hectare. Quando se chegou a 21 de Maio já toda a área de pousio tinha passado a ser indemnizada.

Ou, de como se esconde, manipula e mistifica, para se obter mais uma data histórica...

Relativamente aos prémios para bovinos de carne (igualmente para compensar a baixa de preços) estabeleceu-se, nas primeiras formulações, o limite máximo de 90 cabeças por exploração com direito a receber a indemnização. Quando se chegou a 21 de Maio já o número de bovinos machos a beneficiar do prémio era estabelecido em função do número de animais existentes em 1990, ou 1991, ou 1992, isto é, de forma vantajosa para as agriculturas e os países com uma pecuária mais desenvolvida e intensiva.

O limite mínimo de 90 cabeças das vacas de aleitamento com direito a prémio ainda chegou a 21 de Maio, mas caiu redondo nesta data! Também neste dia caiu o limite das 350 cabeças de ovinos, que passou a 500, para direito ao prémio nas zonas que não sejam desfavorecidas.

Conclusão: a distribuição dos fundos do FEOGA vai continuar com uma distribuição favorável aos agricultores e aos países ricos!

2. A Reforma da PAC é boa porque vai libertar fundos para outros objectivos. Vai aliviar o orçamento comunitário agrícola. «O acordo assinado em Bruxelas interessa a Portugal porque liberta fundos para a coesão económica e social», B. Moura dixit. O acordo «perspectiva para uma futura apreciação positiva do programado Pacote Delors II», F. S. Tavares dixit.

Mentira. Esse era também um objectivo que foi completamente subvertido no decurso das negociações e impossível desde o momento em que se liquidou a modulação das ajudas em função da dimensão das explorações.

Aliás, pergunta-se, quando se diz que os agricultores não vão sentir quebra nos rendimentos pelas compensações estabelecidas para as baixas de preços, como se consegue o milagre de gastar menos nas ajudas?

De facto, mesmo com o «estado» da Reforma antes do dia 21, e portanto antes de apagar os limites das compensações e prémios para o set aside e baixas de preços, já em 11 de Fevereiro, a Comissão, muito procaçamente («do Acto Único a Maastricht»), previa que a PAC, que custava em 1992,

35,3 milhares de milhões de ECU, custará 39,6 em 1997, ou seja, mais a módica quantia de 4,3 milhares de milhões de ECU! Aliás, o documento da Comissão sobre a Evolução e Futuro da PAC previa, só para o FEOGA-Garantia, um acréscimo de 2300 milhões de ECU.

Estes são os cálculos da Comissão, interessada em fazer passar a Reforma. Mas há quem admita que na nova PAC as compensações para as baixas de preços custarão mais 10 000 milhões de ECU!

Haverá, de imediato, no mínimo um significativo crescimento de despesas de gestão/administração, sem qualquer vantagem para os agricultores.

Também não era verdade que a Reforma ia viabilizar o Pacote Delors II. Como se viu! Bem dizia o documento da Presidência Portuguesa de Dezembro de 1991: «O Pacote Delors II deverá permitir (...) a incontornável Reforma da política agrícola comum...»

Bem pregava Frei Cavaco!

3. A Reforma da PAC é boa para os consumidores. Vai permitir preços mais baixos dos produtos alimentares. «Era inteiramente indispensável para defender os interesses da maioria da população, dos consumidores», B. Moura dixit.

Mentira. Aliás só os profundamente ignorantes dos mecanismos de formação dos preços podem avançar semelhante argumento.

Basta recordar a experiência alheia dos outros países da Comunidade e do nosso próprio, nos últimos anos, para verificar, preto no branco, que um congelamento, e mesmo descida dos preços agrícolas à produção, bem reflectido pela perda de rendimento dos agricultores, nenhum impacte teve nos preços ao consumidor. Pelo contrário, a curva do índice de preços da produção alimentar tem estado sempre acima da curva do índice de preços à produção.

Produzir semelhante afirmação é esquecer a intermediação da agro-indústria e do comércio, que absorvem significativas mais-valias sem qualquer vantagem para o produtor agrícola. Uma grossa parte da produção agropecuária, é hoje consumida após transformação/embalagem/armazenagem, pelo que os sectores industriais e comerciais absorvem, de forma integral, as baixas dos preços da produção agrícola, como lucros suplementares.

Mas mais ainda: é que não obtendo vantagens da baixa dos preços à produção provocada pela Reforma da PAC, o consumidor, que também é contribuinte, pode vir mesmo a suportar, via IVA (e já se fala de um novo imposto), uma contribuição agravada para o orçamento comunitário para suportar a Reforma da PAC... Tudo para «maior glória» das multinacionais!

4. A Reforma da PAC é boa para o ambiente e a qualidade dos produtos. A Reforma vai apoiar a desintensificação e a produção de qualidade.

A Reforma vai «favorecer a extensificação da produção e a resolução dos problemas ambientais», Ministério da Agricultura dixit.

Mentira. Esta Reforma, no sentido das anteriores, vai acelerar a sobre-intensificação das zonas já com agriculturas intensivas, vai desertificar e empobrecer as áreas de agricultura extensiva das regiões desfavorecidas.

E neste processo, vai certamente degradar ainda mais a qualidade da produção alimentar. Vão produzir-se mais «falsos» produtos biológicos ou bioprodutos através de empresas agro-industriais especializadas, enquanto se liquida a pequena e média agricultura familiar e artesanal, produtora de bens alimentares «típicos», «naturais» e «regionais». A agricultura europeia de dominância «familiar» caminhará para a total «industrialização da agricultura», sobretudo pela penetração crescente das agro-indústrias, através de uma verticalização (sobre formas diversas) da actividade da produção agrícola e do desenvolvimento de um número significativo de grandes empresas «agrícola-industriais» reconstituídas sobre as «cinzas» das explorações agrícolas familiares (prevê-se a eliminação de 3 agricultores em cada 4) e até de muitas médias empresas capitalistas arruinadas por esta Reforma e pela concorrência internacional, com todos os aspectos negativos em termos da terra, do ar, das águas, do ambiente em geral.

Pôr terras em pousio não significa proteger o ambiente e, em geral, tem-se traduzido por intensificar as terras que ficam a produzir... Transformar terras agrícolas em floresta (apoiar a florestação), pode significar o prosseguimento da floresta industrial (de eucalipto e não só...).

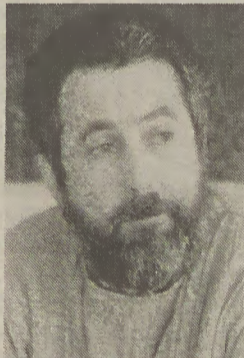
Entretanto, a produção florestal em áreas até hoje utilizadas na agricultura pode ter crescimentos superiores mas baixar a qualidade da madeira pela utilização de espécies inadaptadas a essas terras. Por outro lado, a arborização das terras agrícolas acrescenta novos riscos aos grandes problemas que hoje afectam a floresta existente: os incêndios e os problemas fito-sanitários.

Não se ataca a sobre-intensificação; pelo contrário, a concentração acelerada da produção em certas regiões e explorações (as que produzem cereais/carne aos preços do mercado mundial...) vai ser intensificada. A baixa dos preços dos cereais vai agravar certamente a produção pecuária intensiva, as «fábricas de leite» do Norte da Europa.

Um sector de produção tão intensiva, em que praticamente acabou a produção «artesanal», e tão poluente como a suinicultura, não mereceu uma única linha da Reforma da PAC. Não serão os limites ao encabeçamento na produção de carne de bovino que vão ser travão ou inverter as actuais tendências. Não houve qualquer tentativa para limitar a aplicação de adubos nem sequer para promover o necessário debate e estudo para fixar as modalidades dessa limitação. Não foram proibidas as hormonas de crescimento animal, as hormonas leiteiras (BST) e os reguladores de crescimento vegetal. Não se promoveu a defesa da biodiversidade e dos recursos genéticos. Pelo contrário, as normas de qualidade induzem à liquidação das variedades indígenas, como aliás aconteceu e continua a acontecer em Portugal, com diversas espécies vegetais.

A acção dita agro-ambiental, integrada nas Medidas de Acompanhamento da Reforma da PAC, destinada «a reconhecer a dupla função dos agricultores, enquanto produtores e gestores do ambiente e da paisagem», não terá força suficiente, em razão até do pequeno orçamento da dotação prevista, para romper com a lógica brutal de uma concorrência agudizada e dos acréscimos de produtividade necessários para obstar à baixa de preços.

(continua no próximo número)



AGOSTINHO LOPES
Membro da Comissão Política

Com a velha PAC recebia mais quem mais produzia, agora vai receber mais quem tiver mais terra!

EM FOCO

Jogos Olímpicos de Barcelona



Os Jogos Olímpicos de Barcelona aí estão com cerimónia de abertura marcada para o próximo sábado à noite.

O grande espectáculo do Desporto Mundial vai começar e poderá ser visto, mesmo em casa, por 3,5 milhões de telespectadores.

Estarão em palco os atletas de elite de todo o mundo. Viver-se-ão momentos de glória e de tristeza.

A contabilidade das medalhas não terá termo de comparação com edições anteriores, face à radical alteração do mapa político da Europa Central e de Leste com o desaparecimento de países que eram das maiores potências desportivas do mundo e da bandeira que mais vezes flutuava nos mastros olímpicos, nos jogos mais recentes.

É uma situação ainda em movimento mas que provocou uma alteração profunda no sistema desportivo mundial.

O envolvimento dos negócios no desporto, esse é que não sofreu qualquer abalo. É crescente a comercialização dos Jogos, situação «incontornável», reconhecida com preocupação pelos próprios responsáveis do Comité Olímpico Internacional, que «esperam que o factor desportivo não seja nunca relegado para plano secundário». Mas o facto é que os interesses económicos e os milhões de dólares envolvidos nos Jogos batem todos os recordes precedentes.

Delegação portuguesa: quantidade e qualidade apesar dos governos PSD

A Delegação Portuguesa para os Jogos de Barcelona é a maior de sempre, com cerca de cem atletas em dezassete modalidades.

Poder-se-ia pensar que estaríamos perante uma evolução espectacular do desporto nacional, ou que esta realidade resultaria de uma aposta de fundo e séria no desenvolvimento desportivo, por parte do Estado e do Governo, que detêm a responsabilidade primeira de assegurar o acesso à prática desportiva por parte dos cidadãos portugueses.

Infelizmente não é disso que se trata.

A última década constituiu um período de grandes avanços ao nível do desporto mundial.

Alguns países europeus duplicaram ou obtiveram aumentos espectaculares do número dos seus praticantes desportivos.

A revolução do desporto da actualidade passou e continua a passar ao lado do nosso país, fruto de incapacidades governativas e ausência de políticas de desenvolvimento adequadas, mantendo-se ou agravando-se uma situação de inadmissível atraso desportivo.

Ao contrário da tendência internacional, em Portugal, o investimento do Estado no desporto decresce em termos relativos e são as famílias que suportam a prática desportiva; o número de atletas federados estagnou ou sofreu aumentos insignificantes, conforme as modalidades ou regiões consideradas; agravou-se de forma irrecuperável, nas próximas décadas, o défice de instalações desportivas de todas as tipologias.

A responsabilidade desta situação, sem ambiguidades, é dos sucessivos responsáveis e dos governos do PSD, que têm revelado nesta matéria (em mais de uma década em que detêm a área governativa do desporto) uma completa incapacidade, um completo desnoite e mesmo uma certa «paralisia cerebral» para acertar com as políticas indispensáveis para a promoção do acesso dos portugueses à prática desportiva generalizada, para um desenvolvimento desportivo compatível com as apetências e necessidades culturais da população de uma sociedade moderna.



As promessas não cumpridas

No Verão de 1988, ainda se ouviam os sons da sessão de encerramento dos Jogos Olímpicos de Seul, o Governo fez inúmeras promessas no calor de resultados positivos dos atletas portugueses. Promessas obviamente não cumpridas nos últimos quatro anos e que corresponderam à necessidade de dizer alguma coisa para aparecer em bicos de pés a colher frutos e louros a que não tinha direito. De facto, Portugal continua a ser o único país europeu sem uma única piscina coberta de 50 metros; as pistas de sintético ou não foram construídas ou não estão apetrechadas; a Nave Desportiva do Jamor («peça fundamental na preparação dos atletas portugueses para Barcelona» e «centro de apoio à preparação de atletas de outros países») que deveria estar inaugurada em Junho de 91 é uma obra ainda a ser submetida a concurso internacional, situação que provocou enormes prejuízos desportivos e financeiros para o país; o Centro de Alto Rendimento Desportivo, criado com pompa e circunstância, abortou, nunca funcionou e já foi extinto; o plano de preparação olímpica (duração prevista de quatro anos), com vista a Barcelona, não chegou a começar.

As prendas pré-olímpicas

Os exemplos poderiam multiplicar-se mas para a matéria que estamos a abordar talvez seja útil referir, já não as promessas, não cumpridas, mas algumas acções recentes do Governo PSD.

Em primeiro lugar, a disponibilização, a três meses dos Jogos, de uma verba de 500 mil contos para a «preparação olímpica». É facto que foi melhor ter vindo o dinheiro, que sempre permitiu a participação dos nossos atletas em algumas provas internacionais com vista à obtenção de mínimos. Mas também é verdade que a três meses dos Jogos bem que se poderia disponibilizar todo o Orçamento de Estado para a preparação dos atletas que os resultados, como é óbvio e compreensível, não seriam significativamente diferentes.

Em segundo lugar, a duplicação do valor do prémio pecuniário para os atletas portugueses que obtenham medalhas. Decisão logo desmontada por inúmeros atletas porque profundamente demagógica. Pretendia ser uma medida simpática, mas que sobretudo visa aparentar apoio ao desporto gastando quase nada (porque os medalhados serão poucos) e escamoteando os milhões sonogados à real preparação dos atletas.

Em terceiro lugar, a propósito da assinatura de contratos-programa do Governo com as federações para a próxima época (assinados com rapidez mas sem se saber quando vem o dinheiro), contendo uma pequena rasteira. É que se acabou o dinheiro para projectos de formação, atribuídos no ano anterior num quadro de apoio específico, decisão que não constava dos acordos estabelecidos, deixando as federações sem meios para assegurar os compromissos já assumidos nesta área.

Em quarto lugar, as recentes medidas relativas ao apoio técnico às federações por parte do pessoal docente. Face à inexistência de uma Carreira Técnica na área do desporto (à

espera de legislação regulamentar da Lei de Bases do Sistema Desportivo, que o Governo não consegue concretizar), a solução encontrada até agora para os treinadores e outros técnicos ligados à Administração Central tem sido a requisição, com encargos remuneratórios assumidos pela Direcção Geral de Desportos. A um mês dos Jogos, o Governo decidiu brindar as federações com novas regras que no essencial se traduzem no seguinte: as federações indicam os técnicos que gostariam de ter e para quê e a DGD decide se os requisita ou não. Concretizando-se a requisição, os encargos financeiros com os técnicos passam a ser assumidos pelas federações; é excluída a hipótese destes técnicos requisitados trabalharem em projectos ou acções que as federações desenvolvam em cooperação com as autarquias.

Para completar o quadro sintético que estamos a traçar, falta referir uma situação incompreensível. Isto é, o Estatuto de Alta Competição não cobre o período de formação, preparação e desenvolvimento do atleta, mas apenas aqueles atletas que obtenham já resultados de nível internacional, e mesmo assim o valor pecuniário do apoio dado é de uns irrisórios 40 mil escudos. Mas, mais grave do que isso, é inacreditável que atletas portugueses que participam nos Jogos Olímpicos, logo que cumpriram os mínimos e têm nível internacional, não beneficiem de qualquer apoio ao abrigo do Estatuto de Alta Competição!

Uma saudação necessária

A Delegação Portuguesa aos Jogos de Barcelona é a maior de sempre e é uma delegação de qualidade.

Mas é uma evidência que uma presença digna de Portugal nos Jogos só é possível pela enorme dedicação de atletas, treinadores e outros técnicos e dirigentes dos clubes, associações e federações, que empenhada e esforçadamente teimam em provar que Portugal tem condições e poderia ter um lugar de maior destaque na cena desportiva internacional. Face às dificuldades e à grave e completa ausência de apoios e condições de preparação adequadas, a presença destes atletas em Barcelona é por si só uma grande vitória do sistema desportivo, do movimento associativo português.

Para toda a delegação, as mais calorosas saudações e votos de que obtenham os mais elevados êxitos desportivos, apesar dos governos PSD. No regresso, a luta em prol do desporto continua.

CARLOS RABAÇAL
Membro da Comissão Executiva Nacional



Da cimeira de Madrid aos acordos de Maastricht

A voz do PCP contra esta

O Tratado de Maastricht anda nas bocas do mundo. Com uma febre algo inusitada, diversos sectores da sociedade portuguesa acordaram de súbito para o problema e fazem correr rios de tinta dizendo de sua justiça. Um direito legítimo, há que reconhecer, mesmo quando não se partilham razões. O mesmo não se poderá dizer das culpas que na matéria se assacam ao PCP, pretensamente desatento a tão grave questão e só tardiamente trazido a reboque para o debate - dizem.

Em política, já afirmava Salazar, o que não se sabe é como se não existisse. Cá pelo burgo há quem cultive a máxima e a leve ainda mais longe, silenciando primeiro quem nunca esteve calado e apontando depois o fabricado silêncio como se de um facto se tratasse.

O que se passou com as posições públicas do PCP em relação ao processo de construção europeia em curso - de que o Tratado de Maastricht representa uma importante mudança qualitativa - é disso bem o exemplo.

Nos dias que correm, comentadores e analistas da nossa praça - por preguiça ou falta de seriedade - não perdem uma oportunidade de chamar a si os louros das exigências de debate sobre a 'nova Europa', acusando o PCP de só tarde e a más horas ter acordado para o assunto. De uma penada, passam em claro coisas como a conferência de imprensa dos deputados comunistas ao Parlamento Europeu, em 3 de Julho de 1989, sobre a Cimeira de Madrid e a preparação da economia portuguesa para o Mercado Único de 1993, ou a nota da Comissão Política do CC do PCP, de 17 de Dezembro de 1990, sobre os resultados da Cimeira de Roma, onde se alertava para a existência de **matérias e orientações que exigiriam a intervenção da Assembleia da República e até mesmo uma revisão da Constituição.**

Mais do que reavivar a memória dos que deliberadamente a têm tão curta, esforço porventura inútil, importa repor a verdade dos factos. Por isso fazemos hoje uma retrospectiva, que não se pretende exaustiva, das posições do PCP sobre a União Europeia e suas implicações na vida nacional. Nesta viagem pelos últimos anos vamos encontrar as sucessivas denúncias feitas pelos comunistas do **secretismo do Governo** sobre a integração europeia, a crescente **governamentalização** de tal matéria e a **coerência do PCP** na abordagem de tão importantes questões.

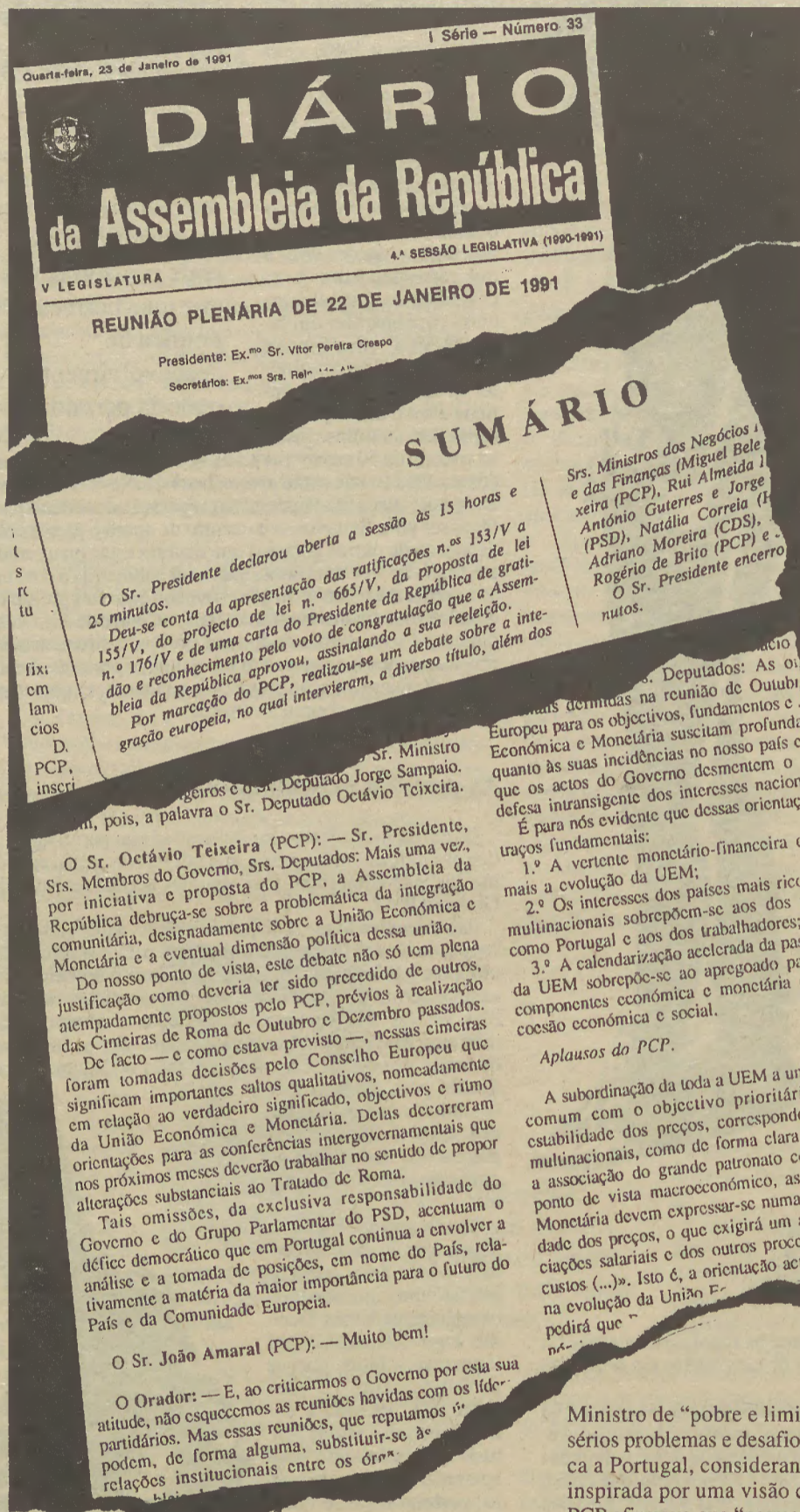
O secretismo governamental

Em Julho de 1989, após a cimeira de chefes de Estado e de Governo, em Madrid, os deputados comunistas ao PE vieram a público denunciar o facto de o Governo português não ter "previamente informado e discutido os temas da agenda na Comissão dos Assuntos Europeus, violando mais uma vez a lei de acompanhamento pela Assembleia da República dos assuntos europeus". Já então o executivo não prestou "qualquer informação às organizações sindicais e patronais".

Na ocasião, os eurodeputados alertaram para as "concessões generosas" feitas à livre circulação de capitais, enquanto os "princípios da coesão económica e da dimensão social do desenvolvimento - salários, direitos e regalias dos trabalhadores, segurança social, livre circulação - continuam sem medidas concretas e em manifesta subalternização". Após denunciar as reservas do Governo português à "Carta Social Europeia", os eurodeputados fizeram notar que as posições do executivo sobre a União Económica e Monetária davam "razão ao PCP que há muito reclama a especificidade da economia portuguesa e medidas concretas para a efectivação do princípio da coesão económica e social", bem como "o preenchimento de condições prévias para a integração do escudo no Sistema Monetário Europeu".

Uns meses depois, em Março de 1990, uma nota sobre o encontro de deputados do PCP na Assembleia da República e no PE dava conta que o Governo continuava a "sonegar informação e a silenciar posições", furtando-se "à fiscalização e ao confronto de opiniões" sobre a integração europeia. Os deputados comunistas reafirmavam que "a governamentalização das questões comunitárias não pode continuar", tanto mais que se estavam a "processar significativas alterações e a aproximar os grandes choques da integração". Exigiram, na altura, a explicitação da posição do executivo em relação à Carta Social Europeia e Programa de Acção Social, à modernização e reestruturação da indústria têxtil em ligação com a evolução do Acordo Multifibras, e a União Económica e Monetária e as suas consequências para a economia portuguesa.

O silêncio do executivo de Cavaco Silva levou o Grupo Parlamentar do PCP a agendar uma interpelação ao Governo



na AR, sobre questões comunitárias. A interpelação viria a ocorrer em 3 de Abril de 1990. Tal como afirmaria na ocasião o deputado comunista Rogério de Brito, hoje, tal como em Maio do ano passado, é de novo o Grupo Parlamentar do PCP que toma a iniciativa de interpelar o Governo sobre as grandes questões que envolvem a integração de Portugal na CEE, procurando assim, e mais uma vez, preencher o enorme vazio de informação, esclarecimento e debate crítico, situação inaceitável em quaisquer circunstâncias e particularmente nesta fase crucial para o futuro do País e para a evolução das Comunidades.

O debate, de que reproduzimos alguns excertos em separado, confirmou a justeza das preocupações do PCP, mas não alterou o secretismo do Governo no respeitante às questões europeias.

Comunistas exigem debate nacional

Em meados de Junho de 1990, o secretário-geral adjunto do PCP, Carlos Carvalhas, defende em conferência de imprensa a **necessidade urgente de um amplo debate nacional sobre as questões da integração e sobre o seu aprofundamento, a União Económica e Monetária e a União Política.**

Acusando o Governo de continuar a "governamentalizar as questões da integração" e de procurar "furtar-se ao controlo democrático e a não informar minimamente as instituições e os parceiros sociais", Carlos Carvalhas chamava então a atenção da opinião pública para o facto de o executivo, sem prestar qualquer informação, "ter estado associado por intermédio do Ministro dos Negócios Estrangeiros à elaboração de um documento de síntese sobre a União Política" a submeter a deliberação na cimeira de chefes de Estado e de Governo em 25 de Junho em Dublin.

Entre outras coisas, o secretário-geral adjunto do PCP exigiu, na referida conferência de imprensa de 18 de Junho, que o Governo explicitasse com clareza as suas posições sobre a **convocação da Conferência Intergovernamental sobre a União Política; sobre a questão da 'cidadania europeia'; sobre a transferência de competências e de soberania, sobre as alterações institucionais (aumento dos poderes do Parlamento Europeu, desenvolvimento da co-decisão, associação dos parlamentos nacionais ao controlo democrático...); sobre a extensão do voto por maioria, nomeadamente em relação às questões sociais ou a sua aplicação generalizada.**

Nos finais de Junho, Cavaco Silva fez uma comunicação sobre os resultados da cimeira de Dublin. Em nota do seu gabinete de imprensa, o PCP classificou a comunicação do Primeiro-

Ministro de "pobre e limitada", designadamente sobre os sérios problemas e desafios que a integração europeia coloca a Portugal, considerando-a "claramente insuficiente e inspirada por uma visão cor-de-rosa". Na mesma nota, o PCP afirmava que "permanece como justa a reclamação de uma profunda desgovernamentalização das questões da integração" e reclamava "um verdadeiro debate nacional sobre a matéria".

O Governo continuou a fazer orelhas moucas. E assim se chega à cimeira de Roma, cujos resultados foram comentados numa nota à imprensa pela Comissão Política do CC do PCP, em 17 de Dezembro do mesmo ano. Nessa nota, o PCP fazia notar que a carta de François Mitterrand e Helmut Kohl, na véspera das conferências intergovernamentais, pretendendo antecipar objectivos e orientações, corresponde a uma intenção de hegemonia e controlo de decisões por parte de grandes potências da CEE. Salientava-se ainda o facto de em todo este processo avultar a marginalização da opinião pública, dos partidos que representam as correntes mais significativas e dos parlamentos nacionais, particularmente acentuada no caso português.

Na sua nota, a Comissão Política do PCP sublinhava que o memorando da delegação portuguesa sobre "a união política na perspectiva da Conferência Intergovernamental" só foi distribuído aos partidos representados na Assembleia da República vários dias após a sua entrega à Comunidade Europeia, apesar de conter matérias e orientações que exigiriam intervenção da Assembleia da República e até mesmo uma revisão constitucional.

União Europeia

A cimeira de Maastricht

Durante o ano passado, várias foram as tomadas de posição públicas do PCP sobre os problemas da integração europeia. Delas destacamos o debate na AR proposto pelo Grupo Parlamentar do PCP sobre a integração europeia, em 22 de Janeiro, e as conferências de imprensa dos deputados comunistas no Parlamento Europeu, em Março e Julho, destinadas a analisar a situação da agricultura portuguesa e a política agrícola comum (PAC), onde de novo se denunciou o facto de o executivo não ter acautelado os interesses dos agricultores nem favorecido o desenvolvimento da agricultura.

Em Dezembro, na sua reunião de dia 19, o CC do PCP volta a debater os novos desenvolvimentos no processo de integração na CEE, fazendo uma apreciação dos resultados da cimeira de Maastricht. Na sua Resolução, o CC do PCP considera que as decisões de Maastricht "significam um salto qualitativo no processo de aprofundamento da integração comunitária", confirmam a sua "orientação neo-liberal" e subalternizam "com a concordância do Governo português" a dimensão social.

A Resolução do CC do PCP afirma expressamente que apesar de na Cimeira de 9 e 10 de Dezembro não terem tido vencimento as teses dos que defendiam a imediata consagração de uma comunidade federal, e de ser necessária uma posterior e cuidada análise quanto ao exacto significado, âmbito e processo das decisões relativas à estrutura da Comunidade, à política externa e de segurança comum, à política comum de defesa e à aplicação do princípio da subsidiariedade, entre outras, a verdade é que foram dados novos e importantes passos no sentido do reforço da supranacionalidade, afectando corresponsavelmente a soberania dos países menos desenvolvidos.

O documento considera ainda causa de preocupação "o facto de os avanços registados na 'União Europeia' aumentarem os riscos do chamado 'défice democrático', em especial com o perigo de uma ainda maior marginalização dos Parlamentos nacionais na definição e controlo de orientações e decisões de maior importância para os povos respectivos".

Na sua análise, o CC do PCP reitera a sua crítica pela inadmissível governamentalização do processo que culminou em Maastricht e reclama do Governo a abertura de um amplo debate público sobre as implicações para Portugal e os portugueses dos resultados da Cimeira. Para o PCP, tal debate de matérias que implicam com o futuro do país e com a própria soberania nacional deve, necessariamente, preceder o exame pela Assembleia da República da proposta de ratificação dos tratados, e mesmo da sua assinatura pelos chefes de Estado e de Governo.

A presidência portuguesa

O Tratado de Maastricht viria a ser formalmente assinado a 7 de

Fevereiro deste ano, já durante a presidência portuguesa da Comunidade. Nos seis meses de tal desempenho, o Governo português não defendeu melhor os interesses nacionais.

Em 28 de Abril, uma nota da Comissão Política do PCP chamava a atenção da opinião pública para a "verdadeira capitulação" do executivo em relação ao Pacote Delors II. Em 12 de Maio, uma Resolução do Comité Central do PCP alertava de novo para o facto de o Tratado de Maastricht comportar importantes transferências de soberania (política monetária única, com a criação de uma moeda única e de um Banco Central Europeu, política externa e de segurança comum...) e acrescidos constrangimentos a um mais rápido desenvolvimento e maiores exigências à frágil economia portuguesa, ao mesmo tempo que subalterniza a dimensão social do desenvolvimento e acentua o chamado duplo défice democrático. Importantes matérias deixam de ficar sujeitas ao controlo democrático, porque são subtraídas aos poderes de fiscalização da Assembleia da República e não são objecto de apreciação pelo Parlamento Europeu. Algumas normas do Tratado de Maastricht colidem frontalmente com o texto constitucional.

Na ocasião, o CC do PCP reiterou uma vez mais que o Governo deve ao País uma ampla e objectiva informação sobre as graves incidências do Tratado e reclamou que os acordos de Maastricht sejam objecto de um amplo e profundo debate nacional, que envolva sindicatos, associações empresariais, autarquias e o povo português.

No dia 22 do mesmo mês, um comunicado da Comissão Política do PCP sobre a reforma da PAC insistia de novo no

debate nacional sobre o Tratado de Maastricht, em que "não podem deixar de ser inseridas as novas preocupações decorrentes" da aprovação da referida reforma, uma vez que em "ambos os casos se desenvolvem orientações e se definem caminhos que se traduzem numa efectiva perda de capacidade de decisão em matérias fundamentais da vida do País, e se abdica de uma firme defesa dos interesses nacionais".

Em Junho, três notas da Comissão Política do PCP voltam a abordar a questão de Maastricht. Na primeira, datada de dia 2, o PCP manifesta a sua preocupação e firme oposição em relação a concepções, orientações e caminhos - consagrados em Maastricht - que representam graves e extensas mutilações da soberania nacional, a acentuação do chamado défice democrático, a subordinação dos países menos desenvolvidos aos mais poderosos, o sacrifício da dimensão social do desenvolvimento, o avanço para inaceitáveis e insensatas soluções de carácter federalista. Na segunda, datada de dia 9, o PCP reafirma a sua convicção de que a "construção europeia" deve ser erigida na base de nações livres nas suas escolhas, no quadro de uma profunda e intensa cooperação com igualdade de vantagens, de uma Europa de justiça social que responda às aspirações dos povos, que contribua e exerça a sua acção pelo desenvolvimento dos outros espaços e por uma nova ordem económica internacional mais justa e solidária.

Na mesma nota, o PCP manifesta-se contrário ao Tratado de União Europeia nos termos em que este foi arquitectado em Maastricht, mas sublinha que tal posição não põe em causa a permanência de Portugal nas Comunidades Europeias decorrentes do Tratado de Roma e do Acto Único Europeu, uma vez que a União Europeia resultante dos acordos de Maastricht não é uma mera decorrência da evolução das Comunidades Europeias nem a única alternativa para o aprofundamento das relações de cooperação no âmbito das Comunidades. Neste contexto, salienta-se que o projecto de União Europeia saído de Maastricht assenta numa via federalista e implica transferência de parcelas substanciais da soberania dos Estados para instâncias supranacionais, não se tratando de uma 'partilha de soberania' livremente aceite e comumente gerida pelos Estados-membros, mas de uma efectiva perda de poderes soberanos dos países pequenos e mais fracos, como Portugal, e a sua sujeição às decisões tomadas pelas grandes potências comunitárias, como a Alemanha e a França.

Finalmente, no passado dia 29, a Comissão Política do PCP divulga uma nota em que faz uma primeira avaliação da Cimeira de Lisboa que culminou a presidência portuguesa da Comunidade, considerando-a um impasse em termos comunitários e um fracasso para os interesses nacionais.

O documento, após referir o impasse criado com o Pacote Delors II e a indefinição dos montantes respeitantes ao Fundo de Coesão, salienta que mais uma vez foram os grandes países que ditaram, segundo os seus interesses, o tempo e o modo de evolução comunitária, procedimento que se tenderá a agravar se avançar Maastricht, com a maior parte das decisões a serem tomadas por maioria, em circuito fechado, longe do quotidiano dos cidadãos. Razões de sobra para o PCP considerar, com preocupação, que a 'construção europeia' vai continuar a avançar segundo os dogmas neoliberais, sob o comando das multinacionais e da burocracia de Bruxelas, com a secundarização do princípio de coesão económica e da dimensão social do desenvolvimento, cada vez mais decorativos.

Já no presente mês, e para além de diversas intervenções de dirigentes comunistas e da campanha nacional de esclarecimento sobre os acordos de Maastricht, o Comité Central do PCP voltou a analisar o processo de integração europeia, na sua reunião do passado dia 9. Na Resolução então aprovada, o CC do PCP reafirma a indispensabilidade de um verdadeiro debate nacional (que deveria culminar na realização de um referendo) para o que, entre muitos outros aspectos, assume primordial importância a organização de um vasto conjunto de debates e entrevistas da RTP com uma composição não discriminatória e efectivamente pluralista do ponto de vista político-partidário. A propósito, o CC do PCP salienta ser muito esclarecedor que, constituindo Maastricht pelo menos desde há três meses um dos temas dominantes da vida nacional e da política europeia, o principal programa de debate político da RTP - o 'Primeira Página' (que desde há nove meses não convida qualquer dirigente do PCP) - não tenha ainda promovido qualquer debate multipartidário sobre o Tratado.



O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 10 minutos.

Deu-se conta da apresentação de diversos diplomas. O Sr. Deputado Rogério Brito (PCP) e os Srs. Ministros dos Negócios Estrangeiros (João de Deus Pinheiro) e do Planeamento e da Administração do Território (Valente de Oliveira) abriram o debate da interpeleção ao Governo n.º 12/V — debate de política geral centrado nas questões comunitárias, com especial incidência nas circunstâncias e políticas relativas à distribuição e aplicação dos fundos comunitários, à criação de uma moeda única e monetária e à dimensão social do Mercado Interno.

Para proceder à abertura do debate, tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Brito.

O Sr. Rogério Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Hoje, tal como em Maio do ano passado, é de novo o Grupo Parlamentar do PCP que toma a iniciativa de interpelar o Governo sobre as grandes questões que envolvem a integração de Portugal na CEE, procurando assim, e mais uma vez, preencher o enorme vazio de informação, esclarecimento e debate crítico, situação inaceitável em quaisquer circunstâncias e particularmente nesta fase crucial para o futuro do País e para a evolução das Comunidades.

O processo de realização do mercado interno acelerou-se e entrou numa fase decisiva. Está-se em vésperas da Conferência das Instituições Comunitárias, onde desde logo se alinharam estratégias para a Conferência Intergovernamental inicialmente prevista para o fim de Maio, que se realizará a breve prazo. A transformação da Comunidade na base federalista, assim como as questões designadamente quanto ao reforço do Parlamento Europeu.

Perante todos estes acontecimentos e opções que comportam e que irão determinar o futuro do País, que o Governo prestado à Assembleia da República? Que esclarecimentos e feitos pelo Governo à Assembleia da República? Quando na Comunidade a noção de parceria social?

Helena Torres Marques (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Estamos a atravessar um período extremamente importante e exaltante da nossa vida de europeus.

A revolução democrática que pulverizou os regimes comunistas na Europa Central e do Leste significou também o fim do sistema europeu de blocos antagónicos estabelecido no fim da Segunda Guerra Mundial.

Não podendo haver na Europa um vazio político, estão em curso neste momento iniciativas preparatórias de decisões da mais alta importância que não de condicionar o nosso futuro por várias gerações.

É perfeitamente claro que neste momento estão em jogo os interesses vitais de Portugal e dos Portugueses por largos anos. Perante este imenso desafio, tão cheio de oportunidades como de gravíssimos riscos para o bem-estar dos Portugueses, o Governo e o PSD parecem ser considerados pela responsabilidade e consequências das

Cavaco e as Forças Armadas

1 Com os votos contra do PCP, PS (que fez a curva), PSN e UDP foi aprovada pela bancada laranja e CDS a «Lei de racionalização dos efectivos», conhecida pela «Lei dos Coronéis» e ultimamente denominada, na oratória do ministro de, «Lei dos excedentes». Não é de nomes que tem falta...

A alteração denominativa da Lei por parte do ministro Nogueira visou focalizar que era de pessoal além dos quadros que se tratava. Mas alguém disse que não era? É só habilidades visando desviar a questão do essencial, ou seja, a ausência de diálogo com os interessados e a compulsividade que por artes mágicas o PSD quis transformar em... incentivo!

O PR promulgou a Lei, para não entrar num desagradável pingue-pongue que a maioria PSD proporcionaria.

2 Lá vai a Nau Catrineta de seu nome Roberto Ivens. Rumo: Jugoslávia. Máquinas a toda a força. Missão: Bloqueio. Ninguém pergunta quem ateou a loucura que ali é vivida. Bloqueie-se. Ninguém interroga sobre que forças ali se mexem. Bloqueie-se.

Só o Governo não bloqueou a ida da Roberto Ivens. Tem de se bloquear o Governo.

3 É interessante verificar o cuidado e a força postos em destrinçar que no bloqueio participam uma força naval no âmbito da NATO e outra da UEO. Trata-se do primeiro passo de afirmação da UEO, o mesmo é dizer da Comunidade Europeia. Isto é Maastricht. Isto é mais triste.

4 Na recta final dos trabalhos parlamentares, o Grupo Parlamentar do PCP assumiu, entre outras, duas iniciativas que imorta destacar: a entrega de dois projectos de lei visando alterar o Estatuto da Guarda Fiscal e da GNR e um projecto de alteração do Artº 31º da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (LDNFA), visando a alteração do quadro das restrições dos cidadãos militares.

Trata-se de iniciativas de grande significado e conteúdo que anunciam um recomeço do trabalho parlamentar em pleno.

5 «Agora, nas novas Forças Armadas podes tirar um curso, ter um ordenado...». É assim o anúncio do MDN que a TV passa. Lá atraente e jovem é o anúncio. Mas ter-se-á de ver se resulta.

Além deste aspecto, ou para além deste aspecto, é interessante verificar que o anúncio transmite uma imagem de separação entre o agora e o antes — agora nas novas FA's; agora podes tirar um curso; agora tens um ordenado...

É uma linha que é seguida em toda a acção governativa, a de passar a imagem de que agora (leia-se com este Governo) tudo é diferente, novo.

Importa pois dizer que antes também havia cursos, ordenados, etc. A questão não é esta. A questão é que modernidade mede-se pela inovação dos conceitos, posturas e práticas.

E aqui não há nada que permita anunciar o novo.

RF

Novo sistema de avaliação dos alunos do Ensino Básico Um progresso ou um retrocesso?

O novo sistema de avaliação dos alunos do Ensino Básico, recentemente criado pelo Ministério da Educação, sem deixar de incorrer em algumas imprecisões e mesmo erros de concepção, no plano teórico, apresenta algumas melhorias em relação ao despacho publicado por Roberto Carneiro (que nunca chegou a ser aplicado) e contra o qual múltiplas opiniões críticas se levantaram.

Qualquer sistema de avaliação de alunos não pode deixar de ser considerado em diversos planos de análise: o plano científico-técnico, o plano de contexto escolar de aplicação, o plano dos efeitos sociais gerais da avaliação produzida.

Estritamente no plano científico-técnico, o sistema de avaliação agora aprovado pelo Ministério da Educação distingue finalmente avaliação formativa a avaliação sumativa, de modo suficiente, não atribui à avaliação aferida finalidades de avaliação sumativa (o que o despacho Roberto Carneiro fazia), responsabiliza os Conselhos Pedagógicos e os professores pela definição de objectivos mínimos de cada disciplina ou área disciplinar e da área-escola, estabelece que no final de cada período ocorram registos de avaliação formativa seja de avaliação sumativa (na escala de 1 a 5), tendo esta última o carácter de um juízo globalizante de grande importância para a orientação dos percursos escolares dos jovens.

O novo diploma não consagra, como deveria, as reuniões do conselho de turma a meio de cada período lectivo, tendo, entre outros, objectivos de avaliação do percurso de cada aluno e remete para um momento tardio (o final do 2º Período) as decisões de proceder no fim do ano lectivo à avaliação sumativa extraordinária, de que poderá decorrer a retenção dos alunos no mesmo ano escolar e decisões de, entretanto, pôr em marcha o plano de recuperação desses alunos o qual poderá estar votado ao fracasso dado o tempo breve a que frequentemente o 3º Período lectivo corresponde. Tais decisões deveriam, com vantagem, ter lugar na reunião de meio do 2º Período que deveria corresponder sensivelmente ao meio do ano lectivo.

O novo sistema de avaliação dos alunos deve, no entanto, ser apreciado noutra plano: o da sua exequibilidade face a cada contexto escolar.

E é neste plano que, face às múltiplas deficiências que afectam o funcionamento actual das nossas escolas, a Comissão para as Questões da Educação e do Ensino do PCP não pode deixar de ter uma atitude crítica e exigente face ao novo sistema de avaliação.

De, duas, uma: ou mudam radicalmente as condições de trabalho das escolas e, nomeadamente, as acções de apoio e de complemento educativo se tornam viáveis e de qualidade, permitindo a recuperação de alunos em dificuldade ou, sem a tomada de tais medidas, estaremos perante uma inadmissível pressão do Ministério da Educação para que os professores se inibam de reprovar alunos ou de os reter num determinado ano lectivo, mesmo que estes não tenham realizado as aprendizagens tidas por essenciais.

No quadro da reclamação do cumprimento integral dos

princípios e objectivos estabelecidos na LBSE, são especialmente de exigir para a implementação do novo sistema de avaliação as seguintes condições:

— condições físicas e materiais das escolas (diminuição do número de alunos por escola e de alunos por turma; existência de espaços para as actividades de apoio e complementos educativos, melhoria da qualidade e quantidade dos recursos pedagógicos);

— formação dos professores (desenvolvimento de capacidades para criar e concretizar currículos apropriados para os alunos com dificuldades de aprendizagem; actualização quanto aos processos de avaliação);

— revalorização significativa da profissão docente (que crie condições e estimule uma dedicação mais activa à escola).

A Comissão para as Questões da Educação e do Ensino do PCP regista, com apreensão, que o diploma sobre o novo sistema de avaliação não contém uma palavra que seja quanto ao necessário compromisso do Governo com medidas que alterem radicalmente as actuais condições de trabalho nas escolas.

Por outro lado, o Governo prefere responsabilizar, por inteiro, as escolas e os respectivos órgãos de gestão pela criação de condições de exequibilidade das medidas agora tomadas quanto à avaliação dos alunos, o que é, no mínimo, desonesto, mas representa, mais uma vez, no plano político um caso de desresponsabilização do Estado em matérias em que a sua responsabilidade deveria ser tomada como inalienável.

Finalmente, mas não menos importante, é a apreciação do novo sistema de avaliação dos alunos no plano dos efeitos sociais dele decorrentes. A questão aqui estará em saber se, no futuro, a totalidade (ou quase) dos jovens vão concluir a escolaridade obrigatória com sucesso e, portanto, o direito a um diploma, ou se boa parte deles (a maioria?) apenas sairá da escola com um certificado de presença — possibilidade que o novo diploma continua a admitir.

O valor social de tal certificado de presença — ninguém tem ilusões — será nulo.

Entretanto, o Governo espera provavelmente que os pais, os professores e os próprios jovens se satisfaçam com tal solução dado que ela mascara (ainda que grosseiramente) o insucesso escolar real, tendo apenas como efeito «útil» o fim, ou a forte diminuição do triste espectáculo de pautas onde a palavra «reprovado» no fim de cada ano surge com frequência assustadora.

Em suma, a Comissão para as Questões da Educação e do Ensino do PCP considera que a acção empenhada, esclarecida e colectiva dos pais, dos professores e dos jovens tem de orientar-se pela exigência de reais condições de sucesso escolar autêntico, para todos os jovens, no ensino básico. Só essa solução interessa a cada um, individualmente, e à construção de um país mais democrático e mais desenvolvido.

(Documento elaborado pela Comissão para as Questões da Educação e do Ensino do PCP)



Gazetilha

Ter e não ter

Santana Lopes, gaiteiro solene, enfático, avisa que possui todo o dinheiro para aquilo que precisa.

Que será? Dá para haver temor pelo que aí vem. Dinheiro, ele pode ter. Cultura é que ele não tem.

Tratos de boatos

Há sempre alguém que diga para alguém o que convém em tal momento. Pronto. Para o ano que vem (diz-se...) a inflação não tem senão uns seis por cento...

Quem desbragadamente desvenda o seu «estudo» quer, baga a baga, convencer a gente que é mui bom ver-se Braga por um canudo...

Ao menos, não falem!

Eu vi com estes dois o boss na TV. Depois ouvi o parlapié do optimismo: o Algarve ia ter a mais alta maré este ano, de turismo. O tempo leve passa. Caem as folhas do optimismo. Dizem no Algarve os homens do turismo que é um ano de desgraça...

Que o governo não fale, pois se aperta a broca, é um desafio de faca aberta de mau agouro...

O iate

A onda que bate, bate bate que é um disparate no costado do iate do patrono do cifrão e senhor de tantos pontos que são mais de três mil contos por mês, para a tripulação do real irreal iate

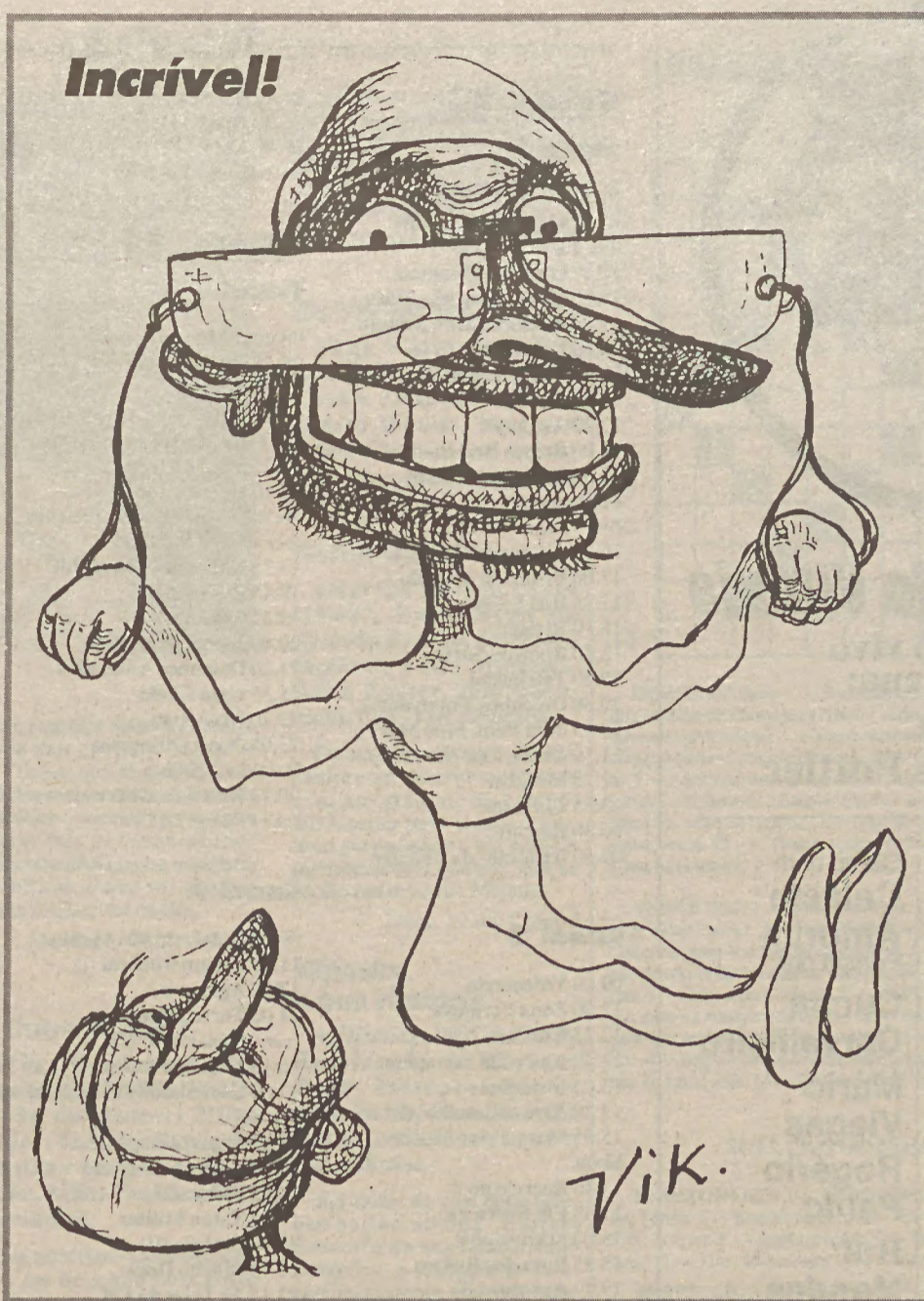
(e a onda bate que bate bate que é um disparate...)

Vejam o imenso caudal de ricos, picos e nobres. Ainda há quem diga que Portugal é um país de pobres...

■ **IGNOTUS SUM**

PONTOS CARDEAIS

Incrível!



Seguranças

O ministro da Administração Interna, Dias Loureiro, subiu à Covilhã, deu uma mirada ao País e descobriu, lá de cima: "Não há falta de agentes nas forças de segurança, estão é mal distribuídos". Lá isso estão, e não é preciso trepar à serra da Estrela para o descobrir. Mas se as forças policiais são suficientes, estão mal distribuídas e o ministro sabe disso, não se compreende por que perde ele tempo a constatar o óbvio em vez de decidir o que, aliás, está nas suas competências: distribuir as forças policiais - que pelos vistos são suficientes - em função das necessidades - que são cada vez mais urgentes. Veja-se o que está a acontecer no Castelo de S. Jorge, em Lisboa (e isto apenas a título de exemplo), onde os carteiristas e afins se movem cada vez mais à vontade no meio de uma falta de policiamento contra a qual toda a gente clama, a começar pela autarquia local (a Freguesia do Castelo) e continuando pela generalidade dos moradores e visitantes. Sabem qual foi a resposta do Ministério do senhor Dias Loureiro? Encerrar o posto local da PSP, situado no Pátio D. Fradique! Contradições dum Governo que vê os problemas de alto...

As provas

O jovem líder do CDS, Manuel Monteiro, foi à Madeira afirmar ter "provas de que, para além do PSD, somos a única alternativa

credível" nesta Região Autónoma.

Quanto ao actual CDS constituir alternativa seja ao que for, é coisa que levanta algumas dúvidas, mas em relação à credibilidade única, essa está provadíssima.

As partes

Como se aproximam eleições, as Regiões Autónomas são de novo alvo dos desvelos do Poder Central. Cavaco Silva, "lui mème", deslocou-se agora à Madeira onde, em matéria de promessas e demagogia barata, não se ficou atrás do próprio Alberto João Jardim, afirmando, a dado passo do espectáculo e após prometer pela enésima vez os inevitáveis alargamento do aeroporto e criação da zona franca, que, "como todos sabem, preocupo-me com o desenvolvimento do País e, por isso, quando verifico que uma parte do País está no bom caminho, no sentido do progresso e do desenvolvimento, não posso deixar de sentir uma certa satisfação".

A "parte do País" que, para Cavaco Silva, está no "bom caminho" é a Região Autónoma da Madeira, onde continua a viver (e a morrer) gente em buracos de rocha, onde o desemprego, subemprego e exploração desenfreada têm a particularidade de florescer num quadro de prepotência governamental próprio dum país republicano das bananas, onde a vida democrática está bem espelhada no que se passou no recente Congresso das Comunidades

Madeirenses, quando este foi impedido de eleger os 20 representantes na África do Sul, cujos foram escolhidos pessoalmente por Alberto João Jardim sob o argumento de que "a eleição dos representantes madeirenses não pode ser por votos, porque assim não seriam enviados os verdadeiros representantes da comunidade"... É verdade que tem sido com "partes" destas que Cavaco Silva se tem aguentado no poder. Tempos virão em que se perceberá que isso não leva a parte nenhuma...

Questão criminal

Rebentaram há dias violentos conflitos sociais na cidade inglesa de Bristol entre multidões de desempregados (grande parte jovens) e a polícia, que já provocaram mais de 50 detenções e 12 feridos, temendo-se que os incidentes prenunciem o regresso dos "Verões quentes" nos bairros pobres e periféricos das principais cidades inglesas, onde os dois últimos anos de recessão económica mais se têm feito sentir. O governo de John Major prefere, entretanto, resumir o problema a uma "questão criminal".

Entretanto, os dois últimos inquéritos sobre a economia britânica revelaram recentemente que a recessão persiste e que os principais indicadores económicos demonstraram uma tendência negativa no período pós-eleitoral. Será que também constituem uma... questão criminal?!...

frases da Semana

"Os hotéis portugueses estão em saldo. No Algarve, oferecem-se estadas a cerca de três contos por noite. No Porto e em Lisboa há unidades com taxas de ocupação a oscilarem entre os 15 e os 20 por cento. É a crise depois do «boom» de 1991"

*** (Título do suplemento «Economia» - «Expresso», 18.07.92)

"A quantidade global do «benefício» em 1992 não deverá exceder as 90 mil pipas, o que significa que a generalidade dos produtores durientes vão sentir uma nova quebra nos rendimentos, agravando-se a crise do Vinho do Porto"

*** (idem)

"Para terminar, recordemos que, já há dois milénios, o Senado Romano, para fundamentar a política expansionista e o poder, tinha como lema «dive ac dominat». Nos nossos dias, que Aker, Italcementi, Lafarge, Holdbank adoptem a mesma divisa é perfeitamente lógico, mas que entidades da nossa Governação também a adoptem - cisão da Cimpor - então valha-nos Deus."

*** (Eng. José Dias Coelho - idem)

"Um dos primeiros actos de José Casanova, na qualidade de presidente do Conselho de Administração da Mundial Confiança em representação de Champalimaud, consistiu em dispensar um casal de cozinheiros que se encontrava ao serviço da seguradora. O casal tinha sido contratado há cerca de um ano por José Casanova, presidente da seguradora em representação do Estado, para confeccionar as refeições destinadas a convidados e aos membros da gestão."

*** (Suplemento «Economia» - «Expresso», 18.07.92)

"O sucesso empresarial passa mais do que nunca pela capacidade em conseguir uma vincada personalidade de gestão na empresa que conduza a matriz da capacidade efectiva da resposta da liderança na inovação e na modelação do mercado."

*** (Francisco Jaime Quesado - idem)

"Chegou-se à conclusão que 20 por cento dos trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho tinham idades inferiores a 25 anos. (...) De todos os entrevistados pela Império, apenas 1 por cento detinha formação de nível superior. As mãos são a parte do corpo mais «sacrificada» pelos acidentes de trabalho. Segundo indicam os valores apresentados pela Império, cerca de 30 por cento dos acidentes incidiram exactamente sobre aquela parte do organismo, seguindo-se os pés (com 17%) e o tronco (16%)."

*** (Suplemento «Emprego» do «Expresso» - 18.07.92)



À sexta-feira
no Terraço

Noites do Vitória

Música ao vivo
esta semana:
o pianista
Fernando Pottier

SOLIDARIEDADE
COM CUBA

ENCONTRO - CONVÍVIO
24 JULHO 92 - 21 H.
CASA DO ALENTEJO

VIDEO
MÚSICA
POESIA

INICIATIVA DA ASSOCIAÇÃO
DE AMIZADE PORTUGAL-CUBA
(Associação Amizade
de Portugal e Moçambique)

COM A PARTICIPAÇÃO
DO SENHOR
GERMAN BLANCO
EMBAXADOR DE CUBA
EM PORTUGAL

Canto com
**Celeste
Amorim**
Poesia por

**Cucha
Carvalho**
**Mário
Viegas**
**Rogério
Paulo**
**Rui
Mendes**

Jornadas de Trabalho na Festa do «Avante!»

promovidas pela DORL:

Sábado, 25

(Transporte do CT Vitória
a partir das 8h)

promovidas
pela Organização de
Cascais:

Domingo, 26

(com transporte)

● Sector Público da ORL

Com a participação do camarada Octávio Teixeira, realiza-se hoje no Centro de Trabalho Vitória, com início às 19h, um plenário de militantes do Sector Público da ORL, durante o qual serão discutidos o Tratado de Maastricht e outras questões da actualidade política e partidária.

● Debate na Azambuja

Realiza-se amanhã, sexta-feira, a partir das 21.30, no salão dos Bombeiros Voluntários da Azambuja, um debate sobre Associativismo, Cooperativismo e Mutualismo em que participam os dirigentes do PCP Carlos Rabaçal e José Bernardino.

● Convívio na Parede

No próximo sábado, realiza-se no Centro de Trabalho da Parede um almoço-convívio promovido pela organização local do PCP. Participa o camarada Romeu do Rosário.

Quinta, 23

Canal 1

07.30 Férias no Mar
08.10 O Menino Doutor
09.35 Rua Sésamo
10.00 O Corpo Humano
11.05 Quem Ama não Mata
11.30 A Memória do Mundo
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Azimutes
14.00 Brinca Brincando
14.35 Reportagem com Fantasmas
(ver «Filmes na TV»)
16.10 A Grande Corrida
17.00 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.30 Desenhos Animados
20.45 Meu Bem, Meu Mal
21.50 Chefe, Mas Pouco
22.15 Dinastia
23.55 24 Horas
00.30 Remate
00.50 Bandidos da Falange

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Zona Perigosa
12.25 Curso de Inglês
12.40 Austrália Selvagem
13.05 Gerações
13.30 Agora, Escolha! (I)
15.05 Mary Tylor Moore Show
15.30 Recreio do 2
17.35 Em Busca de...
18.00 Francofolia
18.35 Rosa dos Rumos
19.40 Aventura do Conhecimento
20.10 Música no 2
21.00 Jornal das Nove
21.30 O Sr. Almanaco
21.40 Lendas da Guitarra
22.25 O Outro Lado de Linda
22.50 Os Carrascos Também Morrem
(ver «Filmes na TV»)

Sexta, 24

Canal 1

07.30 Férias no Mar
08.10 O Menino Doutor
09.35 Rua Sésamo
10.05 O Corpo Humano
10.30 Quem Ama não Mata
11.05 National Geographic Magazine
11.30 A Memória do Mundo
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 O Museu Alemão
14.15 Brinca Brincando
14.45 Os Três Ladrões
(ver «Filmes na TV»)
16.20 Bob Geldof
17.15 Brinca Brincando
17.40 Rua Sésamo
18.15 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.15 Desenhos Animados
20.30 Meu Bem, Meu Mal
21.35 Malditas Férias
(ver «Filmes na TV»)
23.15 Allô, Allô
23.45 24 Horas
00.10 Jogos Olímpicos - Barcelona Hoje
01.15 A Mão Fria do Medo
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Zorro
12.30 Curso de Alemão
12.40 Austrália Selvagem
13.05 Gerações
13.30 Agora, Escolha!
15.05 Recreio do 2
16.35 Grandes Desastres
17.45 Jogos Olímpicos - Barcelona Hoje
20.00 Como Nasce um Herói
21.00 Jornal das Nove

Televisão

21.40 Neneh Cherry
22.30 Riacho Doce
00.20 Rotações
01.10 Tudo Vai Bem

Sábado, 25

Canal 1

08.00 À Mão de Semear
08.25 Canal Jovem
13.00 Notícias
13.15 Luta Livre Americana
14.00 A Esfera Ki
14.25 Marés Vivas
15.10 Deacon Blue
16.20 D. Camillo e as Eleições
(ver «Filmes na TV»)
17.55 National Geographic
18.45 O Irlandês
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
21.20 Desenhos Animados
21.35 Casa Cheia
22.20 Araponga
23.05 Jogos Olímpicos - Barcelona Hoje
00.20 Ritual de Guerra
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Universidade Aberta
11.35 Forum Musical (I)
13.00 Agarra o 2
14.00 Terra Bendita
(ver «Filmes na TV»)
16.10 Miss Macau 91
17.00 Paul Simon em Central Park (I)
18.45 Jogos Olímpicos - Cerimónia de Abertura
19.05 Eldorado
19.35 Tatro Militar
21.00 Estádio (II)
22.15 Riacho Doce
23.15 As Teias da Lei

Domingo, 26

Canal 1

08.00 Canal Jovem
11.35 Missa
12.30 70 x 7
13.00 Notícias
13.15 O Clube dos Seis
13.45 Viagem ao Mundo da National Geographic
14.05 Top +
15.15 Jogos Olímpicos
19.05 A Estrada da Lei
20.00 Jornal de Domingo
20.50 Araponga
22.30 Jogos Olímpicos
01.00 No Calor da Noite

Canal 2

08.00 Jogos Olímpicos
12.45 Fórmula 1 - GP Alemanha
15.00 Notícias
15.15 Sarilhos com Marujos
(ver «Filmes na TV»)
16.45 Paul Simon em Central Park (II)
17.45 O Outro Amante
(ver «Filmes na TV»)
19.00 Jogos Olímpicos
20.45 Notícias
21.00 Nós Dois
21.35 Artes e Letras - «Patricia Highsmith»
22.30 Os Homens Nascem Iguais
(ver «Filmes na TV»)
00.35 Tauromaquia

Segunda, 27

Canal 1

07.30 Pássaros da Austrália
08.10 O Menino Doutor
09.35 Rua Sésamo
10.05 O Corpo Humano
11.05 Quem Ama Não Mata
11.30 A Memória do Mundo
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Um Oceano de Sonhos
14.00 Brinca Brincando
14.00 Jogos Olímpicos
18.10 Riviera

18.40 A Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.25 Meu Bem, Meu Mal
21.30 Jogos sem Fronteiras
23.25 A Guerra Privada de Cleo Spearfield
00.25 24 Horas
01.00 Jogos Olímpicos - Barcelona Hoje
01.15 Os Visitantes
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

08.00 Jogos Olímpicos
14.00 Agora, Escolha! (I)
15.35 Mary Tylor Moore Show
16.15 Recreio do 2
17.15 O Cavalo de Fogo
17.00 A Trilogia Afegã
17.45 Jogos Olímpicos
21.00 Jornal das Nove
22.00 Jogos Olímpicos
23.00 Dramazine
23.30 Ópera - «Baile de Máscaras»

Terça, 28

Canal 1

07.30 Pássaros da Austrália
08.10 O Menino Doutor
09.35 Rua Sésamo
10.05 O Corpo Humano
11.05 Quem Ama Não Mata
11.30 A Memória do Mundo
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 O Futuro
14.00 Jogos Olímpicos
18.10 Riviera
18.40 A Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.30 Meu Bem, Meu Mal
21.40 Jogos Olímpicos
22.35 Primeira Página
00.10 Notícias
00.45 Jogos Olímpicos
Barcelona Hoje

Canal 2

08.00 Jogos Olímpicos
14.00 Agora Escolha!
15.05 Mary Tylor Moore Show
16.15 Recreio do 2
17.45 O Livro dos Recordes
18.00 Jogos Olímpicos
21.00 Jornal das Nove
21.40 Cinemazine
22.30 Berlim Blues
(ver «Filmes na TV»)
00.15 Pop Off

Quarta, 29

Canal 1

07.30 Pássaros da Austrália
08.10 O Menino Doutor
09.35 Rua Sésamo
10.05 O Corpo Humano
11.05 Quem Ama Não Mata
11.30 A Memória do Mundo
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Paragem no Tempo
14.00 Jogos Olímpicos
18.10 Riviera
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.20 Desenhos Animados
20.25 Meu Bem, Meu Mal
21.20 Vamos Jogar no Totobola
21.35 Nijinsky
(ver «Filmes na TV»)
24.00 24 Horas
00.35 Jogos Olímpicos

Canal 2

08.00 Jogos Olímpicos
14.00 Agora, Escolha!
15.35 Mary Tylor Moore Show
16.15 Recreio do 2
17.15 O Caminho das Estrelas
18.15 Jogos Olímpicos
21.00 Jornal das Nove
21.40 Jogos Olímpicos
24.00 Corrida de Touros
01.30 TV Artes

Reportagem com Fantasmas

«The Ghost and Mr. Chicken» (EUA/1965). Realização de Alan Rafkin. Interpretação de Don Knotts, Joan Staley, Liam Redmond. Cor, 87 minutos.

Uma série de gags e mirabolâncias mais ou menos hilariantes, à desfilada na história de um candidato a jornalista que procura fazer-se notar desvendando os segredos de uma casa assombrada, daquelas que, a crer nos filmes, existem em todas as pequenas comunidades americanas...

Quinta, 14.35, Canal 1

Os Carrascos Também Morrem

«Hangmen Also Die» (EUA/1943). Realização de Fritz Lang. Interpretação de Brian Donlevy, Anna Lee, Walter Brennan. P/B, 135 minutos.

Eis um filme imprescindível - aliás o único em toda a programação de cinema da RTP da semana que não se pode ignorar.

Esquecido ou depreciado durante muito tempo no contexto da obra de Fritz Lang, «Os Carrascos Também Morrem» é hoje considerado não apenas uma obra-prima mas ainda um raro exemplo do que hoje se chamaria uma «obra-aberta» em cinema, apelo à reflexão e à polémica como decerto o quiseram os seus autores: Fritz Lang, refugiado nos Estados Unidos da perseguição nazi, o poeta e dramaturgo comunista John Wexley e Bertolt Brecht, autor do argumento, igualmente refugiado nos EUA nesse início dos anos 40, que pretenderam com este filme - em 42 - intervir na luta antinazi e na que se travava então pelo empenhamento dos Estados Unidos na Guerra. E intervir também na consciência das pessoas e na sua capacidade de julgar amigos e inimigos para além das aparências. A história que contam é verdadeira e datada, e é a do assassinio de Reinhard Heydrich, o Carrasco, chefe da Gestapo em Praga, que em Maio de 42 foi eliminado pela resistência, mas a forma por que a contam pode muito bem ser ainda hoje uma espécie de «chave» (das muitas necessárias...) para bem avaliar a realidade.

É hoje às 23 horas na RTP-2.
Quinta, 23.00, Canal 2

Os Três Ladrões

«I Tre Ladri» (It-Fr/1954). Realização de Lionello De Felice. Interpretação de Totó, Jean-Claude Pascal, Simone Simon, Giovanna Ralli. Cor, 96 minutos.

Totó num daqueles filmes que talharam a sua personagem no cinema - um desgraçado que vai conseguindo sobreviver graças aos truques e pequenas espertezas em que é exímio... mas só enquanto isso serve os interesses do grande ou pequeno senhor cujos favores tenta ganhar. No caso, Totó é um pequeno ladrão que consegue fazer-se prender por um roubo que não cometeu e beneficiar na prisão de um regime especial, porque o ricao roubado acha que assim se revelará a pista do seu perdido dinheiro.

Sexta, 14.45, Canal 1

Malditas Férias

«Summer Rental» (EUA/1985). Realização de Carl Reiner. Interpretação de John Candy, Karen Austin, Kerri Green. Cor, 85 minutos.

Que o dia-a-dia seja uma sucessão de contratempos e cha-



«Os carrascos também morrem»

tices ninguém anota já; mas as férias... Quem é que não tem uma boa série de azares de férias para contar? Hollywood sempre aproveitou criteriosamente este valioso acervo, desmultiplicando-se em comédias cujo grande mérito é servir-nos de consolação: afinal, ao pé destes os meus azares são uma brincadeira...

Esta catastrófica aventura de um pacato chefe de família americano de férias na Florida é para isso que serve.

Sexta, 21.35, Canal 1

A Mão Fria do Medo

«Scream and Scream Again» (EUA/1969). Realização de Gordon Hessler. Interpretação de Vincent Price, Christopher Lee, Peter Cushing. Cor, 95 minutos.

De um filme britânico dos anos 60 protagonizado por Vincent Price, Christopher Lee e Peter Cushing espera-se obviamente o que este é: terror com muito sangue cruamente exposto, afloramentos de vampirismo, mistério, tudo condimentando uma história de crimes atrás dos quais se esconde um tenebroso projecto de criação de uma super-raça "humana".

Sexta, 01.45, Canal 1

Terra Bendita

«The Good Earth» (EUA/1937). Realização de Sidney Franklin. Interpretação de Paul Muni, Louise Rainer, Walter Connolly, Tilly Losch. P/B, 135 minutos.

O romance de Pearl Buck tratado pela grande produção de Hollywood, segundo um projecto concebido e posto de pé pelo célebre produtor Irving Thalberg, com meios financeiros e técnicos únicos na época, uma equipa técnica onde se destacam Sidney Franklin e Karl Freund, director de fotografia, galardoado com um Oscar por este seu trabalho, e um elenco de grandes actores com destaque para Paul Muni e para Louise Rainer, o outro Oscar do filme, intérprete do papel de O-Lan.

Sábado, 14.00, Canal 2

D. Camilo e as Eleições

«D. Camilo e as Eleições» (EUA/1955). Realização de Carmine Gallone. Interpretação de Fernandell, Gino Cervi, Claude Silvain. P/B, 94 minutos.

Terceiro filme de uma célebre série que a RTP tem estado a lembrar, situada num curiosíssimo período da história italiana do pós-guerra. O tema por excelência desse período - o das eleições e da partilha do poder - desenvolvido através do antagonismo/coexistência de Don Camilo, o irascível padre católico, e Don Peppone, o comunista

presidente da Câmara, personagens tão fortes que, quer Fernandell, quer Gino Cervi jamais delas se libertariam.

Sábado, 16.20, Canal 1

Ritual de Guerra

«The Beguiled» (EUA/1970). Realização de Donald Siegel. Interpretação de Clint Eastwood, Geraldine Page, Elizabeth Hartman. Cor, 100 minutos.

Equipa emblemática de muitos outros filmes, Don Siegel e Clint Eastwood abandonam aqui os cenários habituais do western ou do filme de gangsters e recuam até à Guerra Civil americana, conservando no entanto o habitual clima de violência. «Ritual de Guerra» baseia-se num romance de Thomas Cullian e conta a história de um soldado ferido que se acolhe a um instituto feminino, desencadeando paixões tumultuosas. Entre os intérpretes brilha naturalmente Geraldine Page, uma grande senhora do cinema e do teatro americanos.

Sábado, 00.20, Canal 1

Sarilhos Com Marujos

«Les Bleus de la Marine» (Fr/1934). Realização de Maurice Cammage. Interpretação de Fernandell, Ouvrard, George Plécllet. P/B, 94 minutos.

Fernandell, de novo - 20 anos antes de Don Camilo e em começos de carreira, numa hila-

riante comédia sobre as aventuras de dois marinheiros à solta em Toulon, que se disfarçam de grandes senhores depois de uma bebedeira e acabam por se fazer passar por personalidades governamentais numa inauguração oficial, o que vai naturalmente resultar em cadeia...

Domingo, 15.15, Canal 2

O Outro Amante

«The Other Lover» (telefim, EUA/1985). Realização de Robert Ellis Miller. Interpretação de Lindsay Wagner, Jack Scalia, Millie Perkins. Cor, 95 minutos.

Um telefilme xaroposo que deve ser de muito bom gosto ignorar.

Domingo, 15.15, Canal 2

Os Homens Nascem Iguais

«The Molly Maguires» (EUA/1970). Realização de Martin Ritt. Interpretação de Richard Harris, Sean Connery, Samantha Eggar. Cor, 120 minutos.

Boas referências para este filme de Martin Ritt, localizado numa zona mineira da Pensilvânia, no século passado, quando mineiros irlandeses trabalhavam e viviam sob insuportável violência, provações e humilhações. Para se defenderem, organizam-se em sociedade secreta e fazem justiça por suas mãos. Mas um dia deixam-

se infiltrar por um detective, são presos e condenados à morte. O pano de fundo de uma terrível exploração para um "policia" dirigido por um mestre e servido por grandes actores.

Domingo, 23.35, Canal 2

Os Visitantes

«The Visitors» (EUA/1972). Realização de Elia Kazan. Interpretação de James Woods, Patricia Joyce. Cor.

Segunda, 01.15, Canal 1

Berlin Blues

«Berlin Blues» (Esp/1988). Realização de Ricardo Franco. Interpretação de Julia Migenes, Keith Baxter, José Coronado. Cor, 110 minutos.

Os amores cruzados de uma cantora de cabaret americana com um pianista da (então) RDA serão pelo menos o pretexto para admirar a voz e outros incontestáveis talentos que se conhecem em Julia Migenes.

Terça, 22.35, Canal 2

Nijinsky, a sua História

«Nijinsky» (EUA/1985). Realização de Herbert Ross. Interpretação de Alan Bates, George de La Peña, Leslie Brown. Cor, 121 minutos.

Episódios da vida deste célebre bailarino dos «Ballets Russes» e da sua relação com Diaghilev, o fundador da companhia, em obra um realizador que veio ele também do bailado e da coreografia.

Quarta, 21.35, Canal 1

TEATRO

TEATRO DA MALAPOSTA

Rua de Angola, Olival Basto (à Calçada de Carriche). Tel. 9373299. ONDE ESTÁ A MÚSICA, de Costa Ferreira, encenação de Rui Mendes (até 31/7).

PALCO ORIENTAL

Calç. Duque de Lafões, 76, ao Beato, 6.ª, sáb. e dom. às 22.00. MACBETH, de Shakespeare, adaptação e encenação de Pedro Wilson (até 26/7).

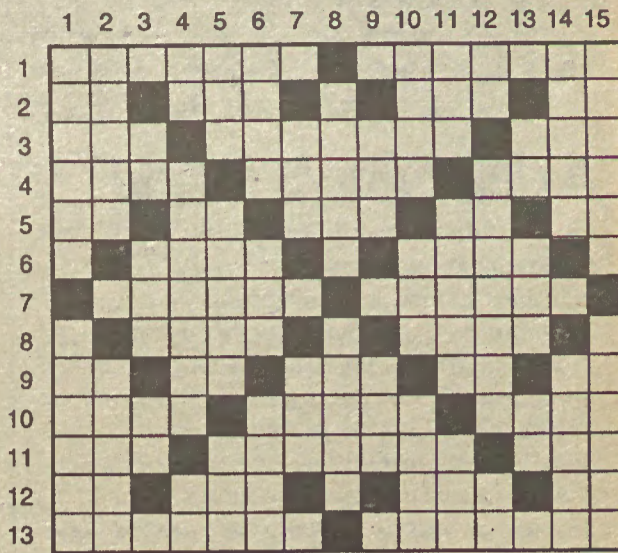
TEATRO DA GRAÇA

Trav. de S. Vicente, 11. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. A GAIVOTA, de Anton Tchekov, encenação de Gastão Cruz (até 26/7).

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Rossio. Tel. 3472246. De 3.ª a sáb. às 20.30, dom. às 16. PASSA POR MIM NO ROSSIO, texto e encenação de Filipe La Féria (até 31/7).

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 — Escorrega; forçar. 2 — Era cristã; eleva; freguesia do concelho de Oliveira do Bairro; cério (s.q.). 3 — Saudáveis; encher completamente; preposição. 4 — Saco; verbais; toureio. 5 — Artigo; disco de longa duração (abrev.); sono; pronome pessoal; érbio (s.q.). 6 — Partículas; alimento. 7 — Preveniu; membrana muito delgada. 8 — Rio da Polónia; espreita. 9 — Língua antigamente falada ao Sul do Loire; amónio (s.q.); textualmente; átomo (abrev.); o Sol no Egipto. 10 — Pipilar; palidez; em forma de ovo. 11 — Pala; sabor; acolá. 12 — Oferece; maior; sofrimento; prefixo de direcção. 13 — Paixões; brincadeira.

VERTICAIS: 1 — Sobrar; asneira. 2 — Dás aviso de alguma coisa em voz alta; alimentar-se. 3 — Senhor (abrev.); antepassado; em partes iguais. 4 — Observei; esquecer; pedra de moinho. 5 — Mau cheiro; coloquem-se em posição de serem fotografados; preposição. 6 — Extensivo; rio de Portugal; estação. 7 — Época; condimento. 8 — Utilizado; descascar. 9 — Irmão do progenitor; cabo na América do Norte. 10 — Bondosas; comandante persa; porto abrigado por terras mais ou menos altas. 11 — Gracejar; receber; grande quantidade. 12 — Seguia; desoprimido; letra grega. 13 — Cento e um (romanos); remoinho de água; siga. 14 — Socorre; moei. 15 — Demora; quente.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

HORIZONTAIS: 1 — Iucatão; Esmirna. 2 — Siar; lista; duas. 3 — Aviar; lia; Témis. 4 — Barras; namoro. 5 — Eva; sonetos; sem. 6 — Ia; beras; sã. 7 — Sim; mil; ter. 8 — Pagas; cegam. 9 — Ba; aias; lama; el. 10 — Ola; América; Ana. 11 — Tina; ânimo; agir. 12 — Adora; amo; abane. 13 — Sósias; ácaros.

VERTICAIS: 1 — Isabéis; botas. 2 — Uivava; pálido. 3 — Caíra; sã; anos. 4 — Arar; Riga; ari. 5 — Rás; Maia; aa. 6 — Al; sob; sama. 7 — Oil; nem; Sena. 8 — Sibéria; rima. 9 — ETA; tal; limo. 10 — Sã; nós; caco. 11 — Tas; tema; Ac. 12 — Idem; cega; aba. 13 — Rumos; ra; agar. 14 — Naires; menino. 15 — Assomam; lares.

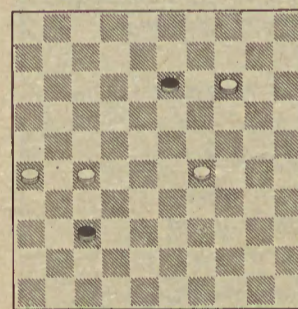
DAMAS

CCCLXV
23 de Julho de 1992
PROPOSIÇÃO N.º 1992D059

Por: LOUIS DALMAN
La Marsillaise, 5.1.1962

Pr.: [2]: 13-37

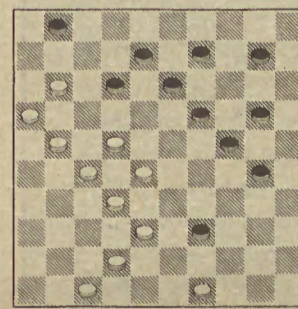
Br.: [4]: 14-26-27-29



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO N.º 1992D060
Por: HENRI CORDIER

1.º Prémio Blancs et Noirs, VI. 1964
Pr.: [1]: 1-8-9-10-12-13-19-20-24-30-39
Br.: [1]: 11-16-21-22-27-28-32-38-42-47-48



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CCCLXV
N.º 1992D059 [L.C.]: 1. 29-23, (13-19); 2. 14-10, (19x28); 3. 27-22!, (28x17); 4. 10-5=D, (37-42); 5. 5-37+ Se: 1.... (37-41/42); 2. 23-18!+ N.º 1992D060 [H.C.]: 1. 21-17, (12x21); 2. 11-7, (1x12); 3. 28-23, (19x48); 4. 49-43, (21x32); 5. 43x3=D, (32x43); 6. 22-17 (12x21); 7. 3x26, (43-49=D); 8. 47-42, (48x31); 9. 25x27, (49x21); 10. 16x27+

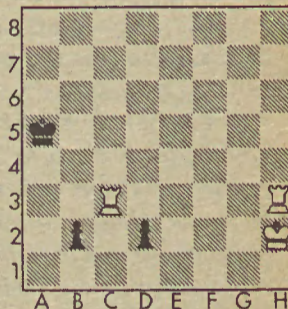
A. de M.M.

XADREZ

CCCLXV
23 de Julho de 1992
PROPOSIÇÃO N.º 1992X059
Por: L. OLMUTSKY — 1964

Pr.: [3]: Ps.b2, d2-Ra5

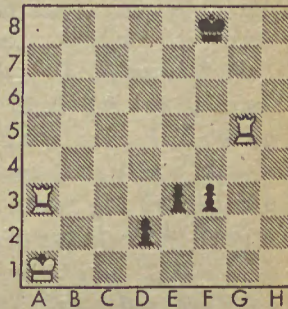
Br.: [3]: Tsç3, h3-Rh2



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO N.º 1992X060
Por: D. GURGUENIDZE

Pr.: [4]: Ps.d2, e3, g3-R8
Br.: [3]: Ts.a3, g5-Ra1



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CCCLXV
N.º 1992X059 [L.O.]: 1. Ta3+, Rb4; 2. Tab3+, Rç4; 3. Thç3+, Rd4; 4. Td3+, Rç4; 5. Tbç3+!, Rb4 [Se:..., Rb5; 6. Td8]; 6. Tç7, b1=D; 7. Td8!, d1=D; 8. Tb8+, Ra3; 9. Ta7++ Se: 2.... Ra4; 3. Tbg3!!, d1=D, ou b1=D; 4. Th4+, Rb5; 5. Tg5+, Rç6; 6. Th6+, Rd7; 7. Tg4+, Rç8; 8. Th8++. N.º 1992X060 [D.G.]: 1. Tg1, f2; 2. Tf1!, d1=D+!; 3. Td1, e2; 4. Tf3+, Rg7; 5. Tg3+, Rf6; 6. Tg g1!, Rç5; 7. Tg6! eg. Se: 6.... Rf5; 7. Td1 eg.

A. de M.M.

Tempo

Céu pouco nublado ou limpo, vento fraco nas regiões do interior e moderado no Litoral Oeste
(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

Cinema

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Até ao Fim do Mundo	★★	—	★★
B Batman Regressa	★★★★	—	★★★
C Casablanca	★★★★	—	★★★★★
D Desejos Finais	★★	—	★★★
E Mentos que Brillham	★★★	—	★★★★
F Os Últimos Dias do Paraíso	★★	—	★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Wim Wenders — King Triplex/3 (13.00, 15.45, 18.45, 21.45) — Lisboa.
- B — Real. Tim Burton — Alfa/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Amoreiras/1 (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 24.00), Fonte Nova/2 (14.15, 16.30, 18.45, 21.15), Mundial/3 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45), São Jorge/1 (15.30, 18.30, 21.45), Star (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- C — Real. Michael Curtiz — King Triplex/1 (14.00, 16.00, 18.00, 22.00, 24.00) — Lisboa.
- D — Real. Phil Joanou — Amoreiras/4 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa.
- E — Real. Jodie Foster — Fonte Nova/1 (14.45, 17.00, 19.15, 21.45), São Jorge/2 (14.30, 16.45, 19.15, 21.45) — Lisboa.
- F — Real. John McTierman — Amoreiras/9 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15) — Lisboa.

a talhe de FOICE

A deficiência imune

Cerca de duas dezenas de hemofílicos já morreram no nosso país vítimas da SIDA e mais de 100 foram contaminados pelo vírus. Em todos os casos, a doença foi contraída através de sangue importado da Áustria pelo Ministério da Saúde português, corria então o ano de 1986. Com um pormenor: as autoridades portuguesas, e em particular a então ministra da Saúde, Leonor Beza, foram avisadas da possibilidade desse sangue importado da Áustria estar contaminado, por sucessivos alertas produzidos pelo então director do Instituto Nacional do Sangue, Benvindo Justiça, pela Associação Portuguesa de Hemofílicos e pelo próprio Ministério da Saúde austríaco.

A primeira resposta do Ministério de Leonor Beza foi exonerar Benvindo Justiça, como retaliação pela denúncia feita.

A segunda, exigida por inquérito parlamentar instaurado em 1988 pelo PCP através do seu deputado Fernando Gomes, deu-a a própria Leonor Beza, em plena Assembleia da República, com estas espantosas palavras:

"Quanto à referência de denúncias que provieram de uma organização de hemofílicos e a eventual contaminação do factor VIII importado da Áustria, gostaria de esclarecer esta Câmara de que foram imediatamente tomadas medidas pelo Ministério no sentido de se verificar se havia ou não serologia positiva no factor VIII importado. (...) Em caso algum se confirmou que havia de facto seropositividade."

Quatro anos depois já morreram cerca de 20 pessoas infectadas pela seropositividade que "em caso algum se confirmou" e mais de 100 estão igualmente contaminadas.

Hoje, Leonor Beza, instalada como vice-presidente da Assembleia da República (onde, aliás, decorre novo inquérito promovido pelo PCP acerca deste caso), alega "falta de memória pessoal" sobre o que disse e fez quando, como responsável pelo Ministério da Saúde, atirou para a morte mais de uma centena de pessoas.

Tal como a maioria de deputados do PSD que deu, então, cobertura aos actos e às explicações da ministra Leonor Beza, continuam hoje muito tranquilamente repimpados nos assentos onde dizem representar o povo, ouvindo o novo responsável do Ministério da Saúde, Arlindo de Carvalho, reconhecer o que a sua antecessora havia negado.

Que o sangue estava infectado e fez vítimas. Que os avisos chegaram a tempo, a retirada do sangue contaminado é que não.

Daí a justeza das afirmações do deputado do PCP, Luís Peixoto, quando se virou há dias para a bancada da maioria e disse: "O PSD, a maioria dos deputados do PSD nesta Assembleia deve retirar deste facto algumas ilações e reflectir seriamente cada vez que desculpabiliza cegamente o Governo. (...) Os ministros, senhores deputados, passam, mas V. Excias ficam. Como se sentirá hoje um deputado a defender uma causa que ontem criticou só porque o ministro mudou e tem opinião diferente?"

Provavelmente sente-se com "falta de memória pessoal". Se esta maioria e o Governo que dela se serve esquecem tão facilmente as promessas eleitorais que fazem, por que razão se haviam de lembrar dos crimes que cometem?!... Eles são imunes. Pelos vistos até às suas deficiências.

■ HC

CGTP e UGT recebidas pelo PR

Defesa do direito à greve obriga a todos os esforços e a toda a convergência

Na segunda-feira delegações da CGTP-IN e da UGT foram recebidas em Belém pelo Presidente da República

Esta foi a primeira vez que as duas organizações tiveram uma audiência conjunta com o PR e o grande tema do encontro foi a tentativa de revisão da lei da greve.

«Efectivamente, trata-se de um violento ataque, que obriga a todos os esforços e a toda a convergência», afirmou Carvalho da Silva aos jornalistas no final da reunião, comentando o facto de CGTP e UGT surgirem lado a lado neste momento da defesa do direito à greve.

«O facto de irmos aqui juntos visa demonstrar ao Presidente da República o significado que têm para nós as alterações produzidas na AR», diria, por seu turno, Torres Couto.

Durante a audiência os sindicalistas apresentaram a Mário Soares «uma exposição que julgamos suficientemente fundamentada e que mostra ao senhor Presidente as preocupações profundas que a CGTP e a UGT têm perante esta tentativa de revisão da lei da greve que o PSD votou na Assembleia da República», como referiu o coordenador da Intersindical Nacional.

«A nossa afirmação - e julgamos que a identificamos com valores importantes, de defesa da democracia, de defesa dos direitos dos trabalhadores - é que não pode, não deve, haver revisão da lei da greve», reafirmou Carvalho da Silva.

Escusando-se a falar da posição de Mário Soares, Torres Couto disse aos jornalistas que «as duas organizações têm plena confiança nas decisões do PR». Para o dirigente da UGT, «apesar do recuo do PSD, as alterações são profundamente graves e continuam a pôr em



causa o exercício do direito à greve».

Solicitado pelos jornalistas, Carvalho da Silva reiterou que «nós não admitimos alteração à lei da greve, e queremos lembrar que há compromissos do Governo e do patronato, ainda relativamente recentes, quanto a esta matéria».

Para o coordenador da CGTP, «toda a invocação que é feita, designadamente pelo Governo, da necessidade de alteração dos serviços mínimos é uma invocação que é complementar da lei da greve, não tem a ver com a lei da greve».

A violenta ofensiva contra o direito à greve leva a que os sindicatos vão «continuar a expor os nossos argumentos em todos os espaços da sociedade portuguesa, às forças políticas, às forças sociais, vamos mobilizar os trabalhadores com mais intensidade ainda». «Mas quem vai, em última instância também, determinar os momentos e as formas de luta dos trabalhadores e dos seus sindicatos é o comportamento do Governo», afirmou Carvalho da Silva, expressando a esperança de que «ainda haja algum bom senso e que, por

exemplo, o primeiro-ministro tenha um rebate de consciência e cumpra aquilo que prometeu a todos os parceiros sociais, que foi não mexer nas leis laborais sem uma discussão consensual».

«Nós acreditamos que os trabalhadores vão ter capacidade e força na sua luta suficientes para demonstrar que a razão está do seu lado e, portanto, estamos convencidos de conseguir a vitória na dimensão que reclamamos, ou seja, impedir que a revisão da lei da greve seja um facto», disse Carvalho da Silva.

O coordenador da CGTP negou que a greve geral seja «uma ideia mais esbatida neste momento», sublinhando que «a greve geral continua, tal como até aqui ou com mais razões ainda, a estar na ordem do dia». Torres Couto afirmou a propósito que «nunca aceitaremos o princípio de "casa roubada, trancas na porta". Nós não vamos pôr trancas na porta só depois de nos roubarem os direitos, vamos é opor-nos, mas opor-nos com toda a veemência, para que não nos roubem os direitos». (Mais informação na página 5).

Carvalho da Silva, respondendo a uma pergunta do «Avante!», valorizou a «acção conjunta», considerando-a «importante» e com «aspectos indispensáveis». «Julgamos de grande significado a convergência conseguida até aqui, mas depois cada organização tem a sua dinâmica própria, a sua intervenção. Nesse quadro, temos um Conselho Nacional quarta e quinta-feira e daí sairão algumas orientações concretas.»

Na segunda-feira teve lugar uma reunião da Executiva da CGTP, que preparou o CN de ontem e hoje e onde foi analisada «a jornada de dia 14 e toda a luta desenvolvida até agora». «A nossa opinião é muito favorável, julgamos que a CGTP deu um belo contributo a toda esta movimentação e ao desenvolvimento da consciencialização dos trabalhadores», afirmou o coordenador da CGTP-IN.

A tentativa do PSD de alterar a lei da greve motivou ainda, anteontem, o encontro de uma delegação da Intersindical Nacional com o secretário da Conferência Episcopal Portuguesa.

Não ao aumento das propinas!

A Federação dos Estudantes do Ensino Superior Politécnico solicitou anteontem ao Presidente da República o veto da lei do aumento das propinas. Para aquela organização, o diploma do Governo viola a Constituição quanto à gratuidade da educação e ao princípio de justiça social, refere um telegrama da Lusa. O porta-voz da federação disse ainda à agência que o PR vai ponderar a sua atitude depois de auscultar alguns juristas.

O aumento das propinas é uma das questões de actualidade do ensino superior que a Juventude Comunista Portuguesa ia abordar numa

conferência de imprensa convocada para ontem, e onde iriam ser tratados outros temas de política educativa (acção social escolar, financiamento do ensino superior público, situação do ensino superior privado) e do movimento associativo estudantil (como as conclusões do último encontro nacional de dirigentes associativos e os resultados de recentes eleições).

No próximo número do «Avante!» incluiremos uma entrevista com um membro da Direcção Central do Ensino Superior da JCP sobre estes problemas.



PCP com aduaneiros

Uma delegação das organizações representativas dos trabalhadores aduaneiros em luta foi recebida, a seu pedido, no centro de trabalho da Rua Soeiro Pereira Gomes, por uma delegação do PCP encabeçada pelo secretário-geral adjunto do Partido, Carlos Carvalhas. Aos problemas expostos pelos aduaneiros, o PCP reafirmou a sua solidariedade e a disposição de continuar a intervir para que o Governo satisfaça as justas reivindicações dos trabalhadores.